



Coleção de Teses, Dissertações e Monografias

de Servidores do Senado Federal

2015

Tese

Da influência dos
valores culturais na
percepção e prática
da corrupção: de
perspectivas teóricas a
evidências empíricas

Thiago de Azevedo Barbosa

SENADO FEDERAL



Coleção de Teses,
Dissertações
e Monografias
de Servidores do Senado Federal

2015

**DA INFLUÊNCIA DOS VALORES
CULTURAIS NA PERCEPÇÃO E
PRÁTICA DA CORRUPÇÃO:
De perspectivas teóricas a
evidências empíricas**



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIA POLÍTICA

THIAGO DE AZEVEDO BARBOSA

DA INFLUÊNCIA DOS VALORES CULTURAIS
NA PERCEPÇÃO E PRÁTICA DA CORRUPÇÃO:
De perspectivas teóricas a evidências empíricas

BRASÍLIA
2015

Barbosa, Thiago de Azevedo

Da influência dos valores culturais na percepção e prática da corrupção : de perspectivas teóricas a evidências empíricas/ Thiago de Azevedo Barbosa – Brasília : Senado Federal, 2015.

167 p. – (Coleção de teses, dissertações e monografias de servidores do Senado Federal)

ISBN: 978-85-7018-714-7 (obra completa)

ISBN: 978-85-7018-717-8

1. Corrupção na política, aspectos sociais. 2. Cultura política.
I. Título. II. Série.

CDD 364.1323

THIAGO DE AZEVEDO BARBOSA

DA INFLUÊNCIA DOS VALORES CULTURAIS
NA PERCEPÇÃO E PRÁTICA DA CORRUPÇÃO:
De perspectivas teóricas a evidências empíricas

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade de Brasília, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Ciência Política.

Orientador: Prof. Dr. Ricardo W. Caldas, Ph.D.

BRASÍLIA
JULHO 2012

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIA POLÍTICA

DA INFLUÊNCIA DOS VALORES CULTURAIS
NA PERCEPÇÃO E PRÁTICA DA CORRUPÇÃO:
De perspectivas teóricas a evidências empíricas

THIAGO DE AZEVEDO BARBOSA

Esta dissertação foi julgada adequada para a obtenção do título de Mestre em Ciência Política e aprovada em sua forma final em 12 de julho de 2012 pelo Orientador e pela Banca Examinadora.

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Ricardo W. Caldas, Ph.D.
Orientador

Prof. Dr. David Verge Fleischer, Ph.D.
Membro

Prof. Dr. Carlos Roberto Pio da Costa Filho
Membro Externo

Prof. Dr. Lúcio Remuzat Rennó Júnior, Ph.D.
Suplente

À minha mãe, para quem eu sempre fui o melhor, e ao meu pai, que sempre se esforçou para que ela estivesse certa.

AGRADECIMENTOS

Cursar um Mestrado é sempre uma experiência desafiadora, e conciliar o emprego com a academia e concluir essa etapa, com sucesso e dentro do prazo, pareceu por vezes algo inalcançável. Se você está lendo isso, porém, significa que eu consegui – mas não sozinho. Tive a imprescindível colaboração de muitas pessoas, que, de diferentes formas, tornaram essa conquista possível. Sem vocês, eu não teria chegado até aqui, e por isso registro meus sinceros agradecimentos.

Ao Professor Ricardo W. Caldas, de quem tive o privilégio de ser orientando, por estar sempre presente para me dizer exatamente o que eu precisava ouvir.

À Universidade de Brasília e, especialmente, aos professores e funcionários do IPOL, pelo estimulante ambiente de aprendizado proporcionado, e aos Professores David Fleischer, Lúcio Rennó e Carlos Pio, pela gentileza de aceitarem o convite para compor a banca examinadora e pelas valiosas contribuições.

À Consultoria de Orçamentos, Fiscalização e Controle do Senado Federal, pela confiança e apoio institucional.

Aos amigos Luiz Gusmão, Paulo Tanimoto, Renato Silva e Max Stabile, que contribuíram diretamente para esse trabalho, e aos demais, que ouviram minhas angústias e compreenderam minha ausência, pelo inestimável apoio – não apenas acadêmico – ao longo do mestrado.

Tenho a sorte de ter uma grande e plural família, a quem sou grato pelo amor e incentivo, e embora citar nominalmente cada um seja inviável, alguns agradecimentos são inescapáveis.

Às minhas irmãs, Larissa, pelo carinho e torcida, e Raissa, pelo incansável apoio e por estar sempre presente.

Aos meus tios Roberto e Maricleide, por me acolherem como a um filho nos primeiros e fundamentais anos de minha aventura candanga.

Aos meus avós, Agenor e Quitéria, Manoel e Maria, pelo exemplo.

Aos meus pais, Rui e Lúcia, por tudo.

Por fim, meu especial agradecimento à minha esposa, Lorena, pelo amor, paciência e companheirismo incondicionais, nessa e em outras jornadas, e a Valentim e Daniela, pelo porvir.

I often say that when you can measure what you are speaking about, and express it in numbers, you know something about it; but when you cannot measure it, when you cannot express it in numbers, your knowledge is of a meager and unsatisfactory kind. If you cannot measure it, you cannot improve it.

Sir William Kelvin

RESUMO

Neste trabalho procuramos testar, empiricamente, as diferentes relações entre fatores culturais e corrupção apresentadas pela literatura. Para investigar essas perspectivas teóricas replicamos integralmente a metodologia adotada por Power e González (2003), e, adicionando novas variáveis, estabelecemos 21 hipóteses de trabalho. Essas hipóteses foram analisadas a partir de uma série de modelos de regressão linear para aferir o impacto de valores culturais (tais como confiança interpessoal, religião e civismo) sobre o grau de corrupção nos países, usando como variável dependente o Índice de Percepção da Corrupção da Transparência Internacional. O estudo demonstra que cultura importa, e que mesmo que fatores estruturais como regime político e desenvolvimento econômico ofereçam elevado poder explicativo, a utilização de variáveis culturais adiciona uma importante dimensão de análise quanto às causas da corrupção, sendo em alguns casos mais significativa e relevante que as condições estruturais.

Palavras-chave: Corrupção. Confiança interpessoal. Capital social. World Values Surveys. Transparência Internacional.

ABSTRACT

In this paper we empirically test the different relationships between cultural factors and corruption presented in the literature. In order to investigate these theoretical perspectives, we fully replicate the methodology adopted by Power and González (2003), and by adding new variables, we established 21 hypotheses. These hypotheses were analyzed under a series of linear regression models to assess the impact of cultural values (such as interpersonal trust, religion and civics) on the degree of corruption in countries, using the Corruption Perception Index, provided by Transparency International, as our dependent variable. The study shows that culture matters, and even though structural factors such as political regime and economic development offer strong explanatory power, the use of cultural variables adds an important dimension of analysis of the causes of corruption, and in some cases they are more relevant and perform more significantly than structural conditions.

Keywords: Corruption. Interpersonal trust. Social capital. World Values Surveys. Transparency International.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Percepções internas e externas de Corrupção.....	96
Gráfico 2 – Corrupção e confiança na honestidade da maioria das pessoas.....	97
Gráfico 3 – Percepções de especialistas e leigos sobre corrupção	99
Gráfico 4 – CPI 2010 e porcentagem de pagadores de propina	100
Gráfico 5 – Percepções de corrupção e pagamento de suborno no exterior	102
Gráfico 6 – Percepções de corrupção por especialistas	103
Gráfico 7 – Corrupção e Confiança Interpessoal	109

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Posição de 53 sociedades no mapa cultural global em 2005-2007	60
---	----

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Correlação entre as diferentes fontes componentes do CPI 2010	76
Tabela 2 – Correlações simples do CPI 2010 com outras medidas internacionais de corrupção	104
Tabela 3 – Correlações Simples com o índice de Percepção da Corrupção (2000 e 2010) – variáveis originais	107
Tabela 4 – Correlações Simples com o índice de Percepção da Corrupção (2000 e 2010) – novas variáveis	112
Tabela 5 – Efeitos separados de variáveis culturais sobre o índice de percepção da corrupção, controlando democracia e desenvolvimento	122
Tabela 6 – Efeitos separados da filiação religiosa e participação feminina no governo sobre o CPI, controlando democracia e desenvolvimento.....	124
Tabela 7 – Efeitos separados das novas variáveis culturais sobre o índice de percepção da corrupção, controlando democracia e desenvolvimento.....	132
Tabela 8 – Modelos multivariados dos efeitos da cultura sobre a corrupção	135
Tabela 9 – Impacto dos eixos culturais sobre os modelos multivariados dos efeitos da cultura sobre a corrupção	140

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BPI: Bribe Payers Index

CIA: Central Intelligence Agency

CPI: Corruption Perception Index

EVS: European Values Study

GCB: Global Corruption Barometer

KKM: Índice de Controle da Corrupção do Banco Mundial

TI: Transparência Internacional

WVS: World Values Survey

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	21
1 CULTURA E CORRUPÇÃO: PERSPECTIVAS TEÓRICAS	30
1.1 A CULTURA COMO DETERMINANTE DO COMPORTAMENTO DOS ATORES	32
1.2 CORRUPÇÃO: DEFINIÇÃO E ESTADO DA ARTE NAS PESQUISAS	35
1.3 PROFUNDIDADE SEM GENERALIDADE: OS ESTUDOS DE CASO	36
1.4 GENERALIDADE SEM PROFUNDIDADE: OS MODELOS FORMAIS.....	37
1.4.1 Medir para comparar: os desafios na mensuração.....	38
1.4.2 Comparar para compreender: a pesquisa comparada transnacional.....	41
1.5 CAUSAS CULTURAIS DA CORRUPÇÃO	43
1.5.1 Confiança interpessoal e relacional.....	43
1.5.2 Tradições religiosas.....	46
1.5.3 Ética do trabalho e meritocracia	48
1.5.4 Gênero e corrupção	50
1.6 CAUSAS ESTRUTURAIS DA CORRUPÇÃO	51
1.6.1 Desenvolvimento, renda e corrupção.....	54
1.6.2 Liberdades política e de expressão.....	55
1.7 EIXOS CULTURAIS DE INGLEHART: DO MATERIALISMO À AUTOEXPRESSÃO	57
1.8 CULTURA, ESTRUTURA E CORRUPÇÃO: QUEM EXPLICA O QUE?.....	60

1.9 HIPÓTESES	62
2 FONTES, DADOS E VARIÁVEIS: ESTRUTURANDO A METODOLOGIA.....	69
2.1 ÍNDICE DE PERCEPÇÃO DA CORRUPÇÃO	70
2.2 WORLD VALUES SURVEY	76
2.3 VARIÁVEIS INDEPENDENTES.....	80
2.3.1 Índice alternativo de corrupção.....	81
2.3.2 Confiança Interpessoal	83
2.3.3 Orientações não cívicas	83
2.3.4 Tolerância ao suborno.....	84
2.3.5 Religião	84
2.3.6 Democracia política e liberdade de imprensa	84
2.3.7 Participação de mulheres no governo.....	85
2.3.8 PIB per capita e coeficiente de Gini ⁶	85
2.3.9 Mérito	85
2.3.10 Trabalho.....	86
2.3.11 Família.....	86
2.3.12 Tradição	87
2.3.13 Autoridade.....	87
2.3.14 Materialismo/Pós-materialismo.....	87
2.3.15 Autonomia	87
2.3.16 Valores tradicionais a secular-rationais e de sobrevivência a autoexpressão	88
2.4 METODOLOGIA: SELECIONANDO AS VARIÁVEIS E ESTRUTURANDO A BASE DE DADOS.....	88
2.4.1 Recorte temporal de análise.....	89

2.4.2 Construção do banco de dados.....	90
3 ANÁLISE DOS DADOS	91
3.1 QUÃO CONFIÁVEL É A VARIÁVEL DEPENDENTE?.....	93
3.1. Correlações do CPI com medidas de corrupção da WVS.....	95
3.1.2 CPI e o Barômetro da Corrupção Global.....	98
3.1.3 CPI e o Bribe Payers Index.....	100
3.1.4 CPI e o índice KKM.....	102
3.2 EXAME PRELIMINAR DE CORRELAÇÕES BIVARIADAS ENTRE AS VARIÁVEIS	105
3.2.1 Correlações bivariadas – variáveis originais	106
3.2.2 Correlações bivariadas – novas variáveis	111
3.3 EFEITOS ISOLADOS DAS VARIÁVEIS CULTURAIS SOBRE A CORRUPÇÃO EM MODELOS CONTROLADOS POR POLÍTICA E ECONOMIA	117
3.3.1 Efeitos individuais das variáveis culturais originais sobre a corrupção em modelos controlados.	119
3.3.2 Efeitos individuais das novas variáveis culturais sobre a corrupção em modelos controlados.....	127
3.4 EFEITOS COMBINADOS DAS VARIÁVEIS CULTURAIS SOBRE A CORRUPÇÃO EM MODELOS CONTROLADOS POR POLÍTICA E ECONOMIA.....	133
3.4.1 Efeitos combinados das variáveis culturais originais sobre a corrupção em modelos controlados por política e econo- mia.....	134
3.5 ANÁLISE EXPLORATÓRIA DOS EFEITOS DAS NOVAS VARIÁVEIS CULTURAIS SOBRE OS MODELOS ANTERIORES.....	139
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	146
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	157

INTRODUÇÃO

O que causa a corrupção? O conjunto de valores, crenças e atitudes compartilhados pode ajudar a explicar a forma como esse fenômeno se manifesta em uma dada sociedade? É possível estabelecer relações entre atributos culturais identificáveis e a percepção e prática da transação corrupta, ou será esta uma decorrência direta de outros fatores sociais, políticos, geográficos, econômicos ou institucionais independentes da cultura? Pretendemos no presente trabalho oferecer respostas a essas questões à luz do crescente corpo teórico do tema e dos mais atualizados e relevantes dados quantitativos disponíveis, buscando operacionalizar evidências empíricas que permitam testar os diversos postulados teóricos que relacionam cultura e corrupção.

Historicamente a maior parte das pesquisas sobre corrupção se enquadra em uma das seguintes categorias: estudos de caso, mais comuns na ciência política, ou modelos teóricos formais, preferidos nas abordagens econômicas. Este trabalho se filia a uma terceira categoria de estudos: a pesquisa comparada transnacional, que ganhou relevância nas últimas décadas (GERRING; THACKER, 2004).

A pesquisa comparada transnacional, ao passo em que se vale do importante legado das pesquisas mais tradicionais (*idem*, p. 299), busca suplementá-lo ao contornar algumas de suas restrições, permitindo mais facilmente comparar resultados e replicar métodos (limitação comum dos estudos de caso) e testar empiricamente as hipóteses (algo menos simples nos modelos teóricos econômicos). Esse tipo de análise se ampara principalmente na recente disponibilidade de dados de *surveys* mundiais sobre a percepção da corrupção, o que permitiu uma até então inédita comparabilidade dessa variável de difícil mensuração entre diferentes países e possibilitou novas perspectivas de análise (SPECK, 2000).

A corrupção não é uma exclusividade de um país, região, ou mesmo das nações em desenvolvimento. Silva (1996, p. 4) rejeita a ideia de que a corrupção seja “um fenômeno datado e regional (ocidental); pelo contrário, é universal, “transistêmica” e perpassa a história da humanidade”. Entretanto, mesmo admitindo como válida a noção de que corrupção seja universal e exista em todos os grupos sociais, é lícito afirmar que a maneira com que ela se manifesta nas diferentes sociedades não é homogênea.

O fato de a corrupção ser universalmente disseminada, ocorrendo tanto em nações ricas quanto pobres, nos setores público e privado, ajuda a evitar estereótipos fáceis de que somente determinados países seriam corruptos. No entanto, essa noção não deve ser confundida com a ideia de que toda corrupção é igual e que toda sociedade é homogeneamente corrupta. Questões como a poluição ou doenças também são universais, mas a sua variação em grau e extensão nos países faz diferença, e por isso merecem estudo específico (KLITGAARD, 1998, p. 4).

Além disso, a forma com que distintos grupos dentro de um mesmo país (e portanto, sob um mesmo aparato legal e institucional) reagem à corrupção também não é uniforme. Power e González (2003) afirmam que a incidência da corrupção varia bastante entre as sociedades, podendo ser um fenômeno raro ou sistemático, episódico ou endêmico, mas embora certamente existam países em desenvolvimento com menores índices de corrupção que nações tidas por desenvolvidas, Klitgaard (1991, p. 10) afirma que:

“[...] apesar de os dados serem necessariamente incompletos nessa questão, e embora alguns especialistas possam discordar, as atividades corruptas são mais difundidas e mais sistematicamente enraizadas em várias partes do mundo em desenvolvimento do que no ocidente [industrializado]”.

Quais seriam então as causas da corrupção? Que fatores são responsáveis por essa diferença observada na prática da corrupção entre diferentes países? Estudos com análises causais

de corrupção são cada vez mais frequentes, e segundo Gerring e Thacker (2004), se dividem em três grandes áreas: a primeira estuda o papel da organização e gestão governamentais e dos atores internacionais, incluindo recrutamento burocrático, comissões anticorrupção e reforma do judiciário, dentre outros mecanismos de combate à corrupção. outra área se ocupa das políticas públicas, carga e estrutura tributárias, políticas comerciais e marcos regulatórios. Uma terceira seara, mais ampla, busca a resposta em fatores históricos e sociais, tais como religião, herança colonial, formação e estrutura do Estado, heterogeneidade social, liberdade de imprensa, gênero, cultura política, confiança e capital social.

Percebe-se que não há uma única resposta ou mesmo uma resposta mais amplamente aceita para a questão das causas da corrupção e de sua variação em diferentes sociedades. Alinhada a essa terceira categoria de estudos, a presente pesquisa aborda uma das possíveis respostas: a de que a cultura – entendida como o conjunto de valores, crenças e atitudes partilhados pelos membros de uma sociedade (HARRISON, 2006, p. 15) – influencia a prática e a percepção dos indivíduos com relação à corrupção, atuando como um referencial de análise segundo o qual os indivíduos interpretam o ambiente e apreendem a realidade. Desse modo, a cultura desempenharia um importante papel na decisão do indivíduo confrontado com a situação de agir conforme as normas e regras (não apenas legais, mas também éticas, morais e sociais) estabelecidas ou desviar-se delas para atingir um ganho privado, material.

Essa pesquisa tem a sua pertinência e relevância justificadas sob pelo menos dois aspectos. Primeiramente, o objeto da pesquisa é um tema vivo, atual e ainda distante de uma solução satisfatória, fato evidenciado pela sucessão em escala global de escândalos de má gestão do dinheiro público, desvios de recursos, fraudes eleitorais e abusos de poder, dentre outros. Por ser nociva ao desenvolvimento, a corrupção desperta acentuado in-

teresse não só no âmbito acadêmico, mas também na agenda da comunidade internacional, o que reafirma a relevância do estudo do fenômeno e de suas possíveis causas.¹

Em segundo lugar, e a despeito da crescente produção sobre o tema, a presente pesquisa aborda uma perspectiva importante e relativamente nova acerca do fenômeno, explorando a literatura e os dados empíricos quanto a um aspecto central muitas vezes negligenciado nas políticas de combate à corrupção: o papel desempenhado pela cultura. Nessa linha, Fernando Filgueiras analisou criticamente as principais correntes de pensamento que explicam a corrupção, concluindo que todas elas eram falhas em explicar o fenômeno, pois careciam da dimensão ética:

[...] o aparato institucional do Estado melhor funciona – no sentido de maior transparência e eficácia – quando certos valores dos participantes da ordem política se vinculam às leis positivas, legitimando essa ordem e assegurando a existência de certos valores que definirão a vida do corpo político e não sua corrupção. Ao passo dessa argumentação, afirmamos que as teorias sociais da corrupção, [...] prescindem desse recurso à ética entendida enquanto valor, afirmando serem as instituições políticas o fator de legitimidade que define a corrupção ou não da ordem. (2004, p. 126)

Este trabalho pretende portanto testar quantitativamente, por meio da pesquisa comparada transnacional, a existência de potenciais influências e correlações entre os valores socialmente compartilhados e a percepção e prática da corrupção.

1 No plano internacional, a corrupção passou a ocupar uma posição importante na agenda principalmente a partir de meados da década de 1990, e em 09 de dezembro de 2003 foi assinada a Convenção das Nações Unidas Contra a Corrupção, maior e mais importante texto internacional juridicamente vinculante sobre a corrupção, com a finalidade expressa de: “a) Promover e fortalecer as medidas para prevenir e combater mais eficaz e eficientemente a corrupção; b) Promover, facilitar e apoiar a cooperação internacional e a assistência técnica na prevenção e na luta contra a corrupção, incluída a recuperação de ativos; c) Promover a integridade, a obrigação de render contas e a devida gestão dos assuntos e dos bens públicos. (Organização das Nações Unidas, art. 1, 2003). Disponível em:<http://www.unodc.org/pdf/brazil/ConvONUcorrup_port.pdf>.

Assim, um de nossos objetivos nesta pesquisa é investigar as diferentes contribuições teóricas da literatura a respeito das relações entre cultura e corrupção, visando identificar quais elementos culturais são mais fortemente apontados como relacionados à prática corrupta, para então, a partir dessas perspectivas teóricas, elaborar hipóteses empiricamente falseáveis sobre a sua eventual inter-relação com a corrupção.

A operacionalização desse objetivo nos impôs alguns desafios: como medir, de forma isolada, a influência da cultura na corrupção? Que dados utilizar para quantificar a corrupção, e como mensurar de forma objetiva algo tão amplo e amorfo quanto a cultura? Que métodos utilizar para testar a relação entre os dados? Mais importante: que fontes de dados poderiam fornecer informação compatível e comparável para essas variáveis, proporcionando razoável margem estatística e abrangendo uma ampla gama de países distintos? A opção sobre as estruturas de análise, fontes de dados e variáveis adotadas na presente pesquisa envolveu uma importante escolha metodológica explanada a seguir.

Como dito anteriormente, apenas nas últimas décadas, em virtude da disponibilidade de pesquisas de âmbito mundial, foi possível comparar a corrupção percebida em vários países do mundo. Treisman (2007) afirma que os índices de percepção de corrupção mais frequentemente usados nos trabalhos empíricos são o Índice de Percepção da Corrupção (CPI, *Corruption Perceptions Index*, em inglês), levantado pela Transparência Internacional (TI), e o indicador de governança controle da corrupção, compilado por Kaufmann, Kraay e Mastruzzi (comumente chamado de Índice KKM, em referência a seus autores), publicada pelo Banco Mundial. Um terceiro indicador, igualmente conduzido pela Transparência Internacional, é o *Global Corruption Barometer* (GCB), Barômetro da Corrupção Global, elaborado a partir da experiência pessoal dos entrevistados. Por fim temos o BPI (*Bribe Payers Index*, ou índice dos pagadores de propina) medida internacional de percepção da corrupção, também da TI, que analisa o

fenômeno sob o ponto de vista da oferta, apurando como os empresários percebem a propensão de empresas de determinado país pagarem propinas em suas operações no exterior. Se há 20 anos não tínhamos qualquer medida internacional confiável para a corrupção, a atual gama de variáveis nos coloca a questão sobre qual delas seria mais apropriada ao nosso estudo.

No que concerne à comparação de valores culturais dos países, existe razoável consenso de que a *World Values Survey* (WVS) – Pesquisa Mundial de Valores, coordenada por Ronald Inglehart e que investiga os valores básicos e as convicções da população de mais de 80 países há mais de 30 anos é a mais completa fonte de dados disponível (World Values Survey, 2008). Ainda assim, subsistia a questão: que elementos dessa pesquisa, que abrange questões tão diversas sobre vários temas (como religião, participação do estado na economia, felicidade e xenofobia) mais diretamente se relacionam com a prática e percepção da corrupção?

Ante as várias possibilidades disponíveis para estruturar a metodologia do trabalho e selecionar os dados e variáveis referentes à cultura e corrupção a serem utilizados, optamos por reproduzir, integralmente e em detalhes, a solução metodológica adotada por Timothy Power e Júlio González (2003) em seu estudo quantitativo e comparativo sobre cultura política, capital social e percepções sobre corrupção em escala global.

Acreditamos que essa opção trouxe importantes benefícios. Primeiramente, utilizamos uma estrutura metodológica já madura, publicada e revisada pelos pares, desenvolvida por influentes pesquisadores do tema. Em segundo lugar, por meio da adição nos modelos dos mais atualizados dados disponíveis, substancialmente mais robustos, foi possível estabelecer um diálogo construtivo com o trabalho de referência, permitindo observar tendências, comparar resultados e reforçar ou confrontar conclusões anteriores. Conforme observa Gary King:

O método mais comum e cientificamente produtivo de edificação sobre uma pesquisa existente é replicar o achado existente – seguir precisamente o caminho tomado pelo pesquisador anterior, e então incrementar os dados ou a metodologia de uma forma ou de outra. Esse procedimento assegura que o segundo pesquisador vai receber todos os benefícios do duro trabalho do primeiro pesquisador. Afinal de contas, é por essa razão que os acadêmicos se referem aos seus artigos e livros como “contribuições acadêmicas” (1995 p. 445, tradução nossa).

Finalmente, a metodologia pioneira de análise quantitativa transnacional comparada, adotada por Power e González e replicada aqui, apresenta alguns diferenciais em relação às pesquisas mais tradicionais sobre a corrupção – geralmente estudos de caso ou modelos teóricos formais – complementando esse rico legado com dados quantitativos mais abrangentes e maior poder de comparabilidade.

Ressaltamos que os novos dados utilizados em nossa análise não são apenas mais recentes, mas são também consideravelmente mais completos e abrangentes, aumentando de forma substancial o número de casos em análise e consequentemente o vigor estatístico e a confiabilidade dos achados. Embora esse fato, por si, já adicione outra dimensão explicativa, mais robusta, ao estudo original, optamos ainda por, paralelamente à reprodução integral da metodologia de Power e González, acrescentar ao nosso estudo diversas outras variáveis culturais – não analisadas pelos autores – em nossos modelos, de forma a explorar novas hipóteses e agregar maior poder explicativo à pesquisa.

Por fim, a metodologia adotada, por ser objetiva e replicável, permite maior diálogo e comparabilidade com outras pesquisas correlatas, o que contribui para a construção de conhecimento cumulativo e avanços científicos concretos na disciplina.

Estrutturamos o trabalho da seguinte forma: após o capítulo introdutório, apresentamos a revisão bibliográfica do tema,

dividida em quatro tópicos principais: primeiramente, tecemos algumas considerações preliminares sobre a operacionalização da variável cultura como indutora ou inibidora de determinados resultados sociais, apontando suas possibilidades e limitações, principalmente sob o prisma da corrente culturalista. Em seguida, situamos a nossa pesquisa dentro do campo, analisando a evolução e o estado da arte da literatura sobre o tema. No terceiro tópico, abordamos as diversas hipóteses causais culturais apontadas pela literatura como relacionadas à corrupção (essas relações serão testadas empiricamente no Capítulo 4). No quarto tópico sobre a literatura, investigamos a questão do nexos e relação causal entre nossas variáveis, ou seja, considerando as relações entre cultura, estrutura e corrupção, como determinar quem explica o quê? Destaque-se que a revisão não pretende ser exaustiva, e ajudará a subsidiar e delinear a abordagem empírico-quantitativa do problema de pesquisa. Ao final desse capítulo, com a base teórica devidamente sistematizada e analisada, apresentamos as hipóteses testadas no trabalho.

No capítulo seguinte, detalhamos os dados utilizados, com a caracterização e operacionalização das variáveis a serem aplicadas na pesquisa, as fontes utilizadas para cada dado e delimitação precisa dos conceitos, sublinhando analiticamente as vantagens e limites das escolhas metodológicas adotadas por Power e González e replicadas aqui. Além das 13 variáveis presentes no trabalho de referência, operacionalizamos e incluímos em nossa análise outras 15, entre indicadores alternativos de corrupção e variáveis de valores culturais potencialmente relacionados à corrupção. Esse acréscimo não representou um desvio ou bifurcação do objetivo principal nem qualquer ameaça à objetividade e coesão do estudo. Ao contrário, buscamos, com a adição desses novos elementos, sugeridos pela literatura mas não explorados diretamente pelos autores, enriquecer ainda mais os resultados e oferecer suporte (e, em alguns casos, contraponto) aos achados originais. Ao final do terceiro capítulo descrevemos a metodologia utilizada para testar as hipóteses.

Apresentamos, no quarto capítulo, o teste das hipóteses propostas, conforme a operacionalização das variáveis e dados expostos no capítulo anterior, em uma série de modelos multivariados concebidos por Power e González, com variáveis de controle estatístico, buscando isolar a potencial influência dos valores culturais na percepção da corrupção. Nesse capítulo, contrastamos os achados alcançados com a teoria estudada e com pesquisas anteriores de escopo semelhante, notadamente o trabalho de referência.

Finalmente, no último capítulo, apresentamos as conclusões e considerações finais a propósito dos resultados obtidos e de sua relação com os achados anteriores, à luz das hipóteses levantadas.

1 CULTURA E CORRUPÇÃO: PERSPECTIVAS TEÓRICAS

Nossa pesquisa é do tipo comparada transnacional quantitativa, e a problemática de pesquisa é a potencial relação entre cultura e corrupção, ou mais detalhadamente, como os diferentes valores, crenças e atitudes compartilhadas socialmente influenciam na percepção e na prática da transação corrupta. O escopo delimitado para a investigação na literatura envolve as diferentes teorias que se ocupam do estudo das relações entre valores culturais e desempenho social, com foco especificamente na forma com que os valores se relacionam com a corrupção. Por sua pertinência para a questão proposta, empregaremos especial ênfase nas noções de capital social e cultura política.

Para subsidiar o alcance dos objetivos do presente trabalho, quais sejam, investigar e sistematizar a literatura quanto às potenciais relações entre cultura e corrupção, e, replicando a metodologia adotada por Power e González, submeter essas perspectivas teóricas a testes empíricos e contrastar os achados, é imprescindível abordar a literatura quanto a pelo menos quatro aspectos. Não pretendemos, dada a extensão da literatura pertinente, exaurir o tema com essa revisão, mas sim apresentar o referencial teórico no qual se insere o presente estudo e estruturar a abordagem quantitativa do problema de pesquisa.

Primeiramente, esse não é um estudo sobre corrupção mais do que o é sobre cultura, e a própria noção de que um valor cultural pode influenciar resultados sociais não é pacífica, animando discussões entre economistas, antropólogos e cientistas políticos. Assim para situar o debate, apresentamos no primeiro tópico algumas considerações preliminares sobre a relação entre fatores culturais e a promoção ou inibição de certas características sociais, com especial ênfase sobre a abordagem culturalista.

Em seguida, de forma integrada, abordamos a literatura específica sobre o fenômeno da corrupção, apresentando as suas diferentes perspectivas conceituais e teóricas. Ainda nessa seção introduzimos as recentes medidas internacionais de corrupção desenvolvidas para possibilitar a sua mensuração e comparação, destacando o impacto dessas ferramentas no aumento quantitativo e qualitativo da pesquisa na área. Essa revisão explora a evolução dos estudos e seu estado da arte, permitindo também situar e localizar o nosso trabalho dentro desse campo de pesquisa.

Na terceira seção deste capítulo, destacamos as principais hipóteses causais com relação à corrupção oferecidas pela literatura. Além das explicações culturais, serão apresentados como contraponto as abordagens institucional, política e econômica sobre o comportamento corrupto, evitando uma explicação monocausal ou determinista cultural.

Ainda que se reconheça que a cultura tem relação com temas como corrupção e desenvolvimento, como estabelecer o sentido dessa relação? Além disso, como isolar o efeito explicativo de uma variável cultural? Essas duas relevantes questões perpassam qualquer pesquisa sobre as relações entre valores culturais e desempenho social. Nossa quarta seção é dedicada a análise desses pontos, ou seja, como a literatura interpreta a inter-relação entre corrupção, cultura, política e economia.

Ao final deste capítulo, depois da sistematização da literatura pertinente, apresentaremos as hipóteses de trabalho, operacionalizadas a partir das explicações causais encontradas na literatura sobre as relações entre cultura, política, economia e corrupção.

A seguir, apresentamos uma revisão concisa desses tópicos na literatura, ressaltando que eles não são herméticos, mas, ao contrário, apresentam fronteiras fluidas e grande comunicação interna.

1.1 A CULTURA COMO DETERMINANTE DO COMPORTAMENTO DOS ATORES

Acreditamos que antes de abordarmos diretamente a literatura sobre a corrupção e suas causas, é de fundamental importância tecer algumas considerações preliminares a respeito da ideia que permeia a presente pesquisa: a de que valores culturais influenciam o comportamento dos indivíduos e o desenvolvimento das sociedades, condicionando a performance dos grupos sociais em questões como a corrupção.

Primeiramente, ressaltamos que essa ideia não é em si nova ou revolucionária. Autores clássicos como Alexis de Tocqueville (1987), ao descrever a incipiente democracia na América, e Max Weber (1985), em sua análise sobre a ética protestante e o florescimento do capitalismo industrial, já antecipavam que alguns valores e comportamentos socialmente partilhados podem ter reflexos importantes no desenvolvimento de uma sociedade, com implicações políticas e econômicas, inclusive.

Afirmar que os diferentes aspectos de uma cultura tendem a produzir resultados sociais diferentes não equivale a dizer que uma cultura é melhor que a outra. Este trabalho não pretende valorar culturas. É importante destacarmos, porém, de acordo com a literatura, que algumas atitudes, valores e crenças compartilhados em uma sociedade produzem ou influenciam determinados resultados. Reconhecemos que esse tipo de abordagem não é de simples aceitação, pois questiona alguns valores tidos por tabus, dogmas. Nas palavras de Lawrence E. Harrison (2000, p. 55), um dos expoentes dessa linha de pesquisa:

A conclusão de que a cultura importa desce pesada. Ela colide com o relativismo cultural, amplamente defendido no mundo acadêmico, que argumenta que as culturas só podem ser avaliadas nos seus próprios termos e que juízos de valores por estrangeiros são tabu. A implicação é que todas as culturas são igualmente valiosas, e aqueles que afirmam o contrário são geralmente tachados de et-

nocêntricos, intolerantes ou até racistas. Um problema semelhante é encontrado nos economistas que acreditam que a cultura é irrelevante – que as pessoas respondem a sinais econômicos da mesma forma, independente de suas culturas.

Uma crítica recorrente aos trabalhos que buscam associar valores culturais à ideia de progresso é que eles, em geral, partem de um modelo, um tipo ideal de sociedade, que compartilha determinados valores tidos por superiores ou progressistas. Com efeito, percebe-se esse padrão em vários trabalhos da área: Harrison (2002) classifica os valores entre “progressistas” e “estacionários”, Alberto Carlos Almeida (2007) usa os conceitos de “arcaico” e “moderno”, e Almond e Verba (1963) concebem a democracia americana como meta universal e a “cultura cívica” como:

O princípio de que parte a análise e padrão ótimo a que devem chegar as novas nações, para o que tem o aval da democracia americana posta à prova pela história. No esquema conceitual dos autores, a democracia americana é uma espécie de protótipo, fim último e parâmetro pelo qual se verifica a natureza de qualquer sistema político, se mede sua distância do protótipo, reificando-o, e pelo qual são corrigidas as estruturas políticas de cada país. (FAGUNDES, 2008. p.139).

Os valores tidos como progressistas ou modernos, de fato, coincidem – ou convergem – com os das democracias mais desenvolvidas. Embora Harrison (2002) afirme que mesmo com total respeito à diversidade cultural, de uma forma geral, os diferentes povos tendem a concordar que a liberdade é melhor que a escravidão, a prosperidade é melhor que a pobreza, a educação é melhor que a ignorância, e a justiça é melhor que a injustiça, é forçoso reconhecer que esse tema é controverso, e muitos defendem a ideia de que esses parâmetros (justiça, liberdade, desenvolvimento econômico, igualdade, representação política e mesmo corrupção) são valores ocidentais, e não universais. Um exemplo claro dessa resistência: a Associação Americana de Antropologia não endossou a Declaração Universal dos Direitos Humanos por julgá-la “etnocêntrica” (MESSER, 1997).

Ao optar por esse tipo de classificação, os autores citados acabam por “valorar” valores, identificando os valores “modernos” com o Estado Democrático de Direito Ocidental. Mesmo que se considere essa proposta como válida – o que é defensável sob vários aspectos –, resta claro que ela atrai desconfiança e críticas evitáveis, desnecessárias. Os mesmos objetivos seriam alcançados se, em vez de postularem os valores como arcaicos ou modernos, eles fossem simplesmente relacionados aos resultados sociais esperados, tal como faz Inglehart, coordenador da World Values Survey, ao posicionar os valores entre dois eixos: valores tradicionais vs. valores secular-rationais e valores de sobrevivência vs. valores de autoexpressão, sem estabelecer um juízo de valor prévio sobre eles.

A relação entre valores culturais e progresso humano é vista, segundo Harrison (2002, p. 25), com bastante ceticismo, tanto pelos antropólogos – que, de acordo com a tradição do relativismo cultural, rejeitam a análise de uma sociedade com base em valores de outro grupo, ainda que pretensamente universais – quanto pelos economistas, que acreditam que “políticas econômicas adequadas e aplicadas com eficácia produzirão os mesmos resultados, independentemente da cultura”. Harrison, porém, atesta a relevância dessa relação ao analisar diferentes grupos sociais e étnicos inseridos em um mesmo ambiente institucional:

O problema aqui é o caso dos países multiculturais, nos quais alguns grupos étnicos tem melhor desempenho do que outros, apesar de todos operarem com os mesmos sinais econômicos. Exemplos disso são as minorias chinesas na Tailândia, na Malásia, na Indonésia, nas Filipinas e nos Estados Unidos; as minorias japonesas no Brasil e nos Estados Unidos; os bascos na Espanha e na América Latina; e os judeus em qualquer lugar para onde tenham imigrado (Harrison, 2002, pp. 25-26)

Reiteramos que não se advoga aqui que uma cultura seja, em si, melhor que outra, mas, simplesmente, que os elementos cultu-

rais podem ter implicações no alcance ou não de objetivos por parte de uma sociedade – particularmente sobre o seu grau de corrupção.

Apresentadas essas ressalvas e considerações preliminares, abordaremos na seção seguinte as diferentes contribuições da literatura a respeito do fenômeno da corrupção, bem como suas potenciais relações com fatores culturais.

1.2 CORRUPÇÃO: DEFINIÇÃO E ESTADO DA ARTE NAS PESQUISAS

A palavra “corrupção” vem do latim *corruptione*, e remete à podridão, putrefação. Existem diversas formas de conceituar a corrupção, variando conforme a abordagem teórica utilizada na análise. Ela pode ser definida, por exemplo, como “prática do uso do poder do cargo público para a obtenção de ganho privado, à margem das leis e regulamentações em vigor.” (ANDRESKI, 1968, p. 92), ou como um desvio dos deveres formais associados a um cargo público, em função de benefícios privados (NYE, 1967). No presente estudo, optou-se por utilizar a definição de corrupção da Transparência Internacional, como o “abuso do poder confiado para fins privados” (Transparency International, 2010). Embora exista variação nos conceitos de corrupção, Silva (1996, p. 2) acredita que:

[...] há um denominador comum a todos: ela envolve a interação entre pelo menos dois indivíduos ou grupos de indivíduos que corrompem ou são corrompidos, e essa relação implica uma transferência de renda que se dá fora das regras do jogo econômico ou político-legal *stricto sensu*.

Percebe-se que, de maneira recorrente, a análise sobre a corrupção remonta à dicotomia entre as esferas pública e privada, remetendo ao clássico conceito weberiano de patrimonialismo (WEBER, 2004).

Apresentamos a seguir um breve histórico da pesquisa sobre corrupção, para melhor localizar o nosso estudo.

Conforme apontam Gerring e Thacker (2004), a vasta maioria da pesquisa sobre esse tópico se encaixa em um desses dois tipos: estudos de caso, mais frequentes na ciência política, ou modelos teóricos formais (*formal modelling*), geralmente utilizados nas abordagens econômicas. A seguir, apresentamos cada um desses dois tipos em detalhe.

1.3 PROFUNDIDADE SEM GENERALIDADE: OS ESTUDOS DE CASO

Estudos de caso geralmente trazem a análise de um único país e suas idiossincrasias, sua forma particular de lidar com a transação corrupta. Esse tipo de trabalho proporciona uma rica análise do objeto de estudo, mas seus resultados são quase sempre muito específicos e de difícil replicação em outros contextos. Alberto Carlos Almeida, por exemplo, afirma que o questionário de sua Pesquisa Social Brasileira – que mede os *core values* da sociedade brasileira, dentre eles a relação com a corrupção – não pode, em muitos aspectos, ser traduzido, pois trabalha com conceitos intrinsecamente brasileiros, como a noção de “jeitinho” (ALMEIDA, 2007, p. 21). Além disso, esse tipo de abordagem é mais suscetível a apresentar um viés particularista. Conforme alertam Power e González:

[...] fica fácil para certos especialistas, dedicados ao estudo de um só continente ou de algum país que considerem uma excepcionalidade regional, ver a corrupção como uma questão de “cultura”, das coisas serem feitas de maneira “diferente” no país “X” ou na região “Y” (2003, p.51)

Em resumo, os estudos de caso tendem a proporcionar grande profundidade de análise, dissecando as causas da cor-

rupção em um contexto específico, mas seus métodos são difíceis de replicar em outras situações.

1.4 GENERALIDADE SEM PROFUNDIDADE: OS MODELOS FORMAIS

De maneira geral, os modelos teóricos econômicos sobre a corrupção são construídos com base na teoria da escolha racional e pressupostos neoliberais, costumam dar grande ênfase ao aspecto legal e remontam à clássica economia do crime (BECKER, 1968). Segundo essa teoria, o indivíduo, antes de cometer um crime, pondera sobre a relação custo X benefício da empreitada, considerando os possíveis ganhos, as possibilidades de ser preso, bem como a provável pena. Em resumo, analisa os incentivos, positivos e negativos e, pesando os fatores, decide-se pela transgressão ou não. De acordo com essa perspectiva, a forma de desestimular a transação corrupta seria aumentar os custos dessa transação, com a previsão de penas mais duras.

A abordagem econômica mais influente sobre o tema é oferecida pela escola da *public choice*. A corrupção, segundo o modelo da *public choice*, ocorre na relação entre o público e o privado, na medida em que as autoridades tem espaço suficiente para conseguir, de maneira arbitrária, imputar custos ao agente privado (CARRARO; DAMÉ, 2007). Conforme Rose-Ackerman (2002), as falhas de mercado presentes na estrutura política podem facilitar a ocorrência de comportamento *rent-seeking* por parte dos agentes públicos, na medida em que esses buscam maximizar os seus ganhos, de forma legal ou à margem da lei.

O combate à corrupção passaria necessariamente pelo desmonte dos monopólios e privilégios, por meio da transferência das atividades do Estado para a iniciativa privada. O conceito neo-

liberal de Estado Mínimo influencia as noções de que quanto menor o governo, quanto menos agentes ele tiver, e quanto menor for o poder desses agentes, menor será a corrupção. Como em qualquer modelo teórico, trata-se de uma simplificação da realidade, evidenciada por Rose-Ackerman na passagem a seguir:

A gravidade da corrupção é determinada pela honestidade e pela integridade, tanto de agentes públicos quanto dos cidadãos. Entretanto, e em se **admitindo que esses fatores sejam constantes**, a dimensão e a incidência de propinas são determinadas pelo nível geral de benefícios disponíveis pelos poderes discricionários das autoridades, pelo risco das transações corruptas e pelo relativo poder de negociação do corruptor e do corrompido. (2002, p. 70, grifos nossos)

A ideia de que a honestidade e a integridade dos agentes públicos ou privados são constantes, embora traga estabilidade e coerência interna ao modelo, é uma simplificação que pode limitar o entendimento do fenômeno da corrupção, pois olvida quaisquer fatores históricos, econômicos, sociais ou culturais que possam influenciar na forma como o indivíduo percebe a corrupção e a ela reage. Assim, embora apresente modelos teóricos parcimoniosos de fácil replicação, essa linha de pesquisa é deficiente na análise de eventuais particularidades e nuances sobre a manifestação da corrupção em diferentes países.

1.4.1 Medir para comparar: os desafios na mensuração

Nenhuma das duas abordagens acima é eficiente para comparar a corrupção entre dois ou mais países. O estudo de caso, como vimos, trabalha com conceitos de difícil reprodução em outros contextos, e o modelo econômico se baseia em dois pressupostos (os indivíduos percebem e reagem à corrupção da mesma forma e o conceito legal de corrupção é universal) que não encontram eco na realidade, como demonstraremos abaixo.

A corrupção é, por sua própria natureza, um fenômeno de difícil mensuração. Primeiramente, conforme aponta o positivismo jurídico, teoria amplamente aceita e que assegura o ordenamento jurídico dos Estados modernos (BOBBIO, 1995), corrupção é aquilo que a lei define como tal. Assim, em um Estado de Direito, que se submete ao “Império das Leis”, somente as leis podem definir o que é corrupção.

Com efeito, essa é uma das questões que prejudica a mensuração e a comparabilidade da corrupção em diferentes países, ou no mesmo país em diferentes épocas, afinal, com a evolução natural da sociedade, aquilo que antes era aceito como normal pode, hoje, ser definido como corrupção. De forma análoga, o que a lei de um determinado país entende por ato corrupto pode ser distinto do que entende a legislação de outra nação.

Ainda que a corrupção fosse definida de forma idêntica em todos os ordenamentos jurídicos, como garantir que os indivíduos a interpretassem da mesma forma? Heidenheimer (1970) foi um dos primeiros a perceber a importância da percepção da corrupção, nem sempre idêntica ao plasmado no texto legal. Segundo ele, existiriam três categorias de corrupção, de acordo com o grau de congruência entre os valores socialmente aceitos e a lei propriamente dita: corrupção preta, quando lei e norma social coincidem, ou seja, o que a lei entende por corrupção é assim percebido pela sociedade; corrupção cinza, quando não há consenso por parte dos atores sociais quanto a determinado comportamento, e; corrupção branca, inverso da corrupção preta, quando há dissonância entre a prescrição normativa e a percepção da população. Nesse caso, a lei condena, mas a população tolera ou sequer reconhece determinado comportamento como passível de questionamentos². Sobre o tema, Speck (2000, p. 8) ensina:

² Ainda sobre o tópico, Almeida (2007, p. 71) afirma que os níveis de corrupção no Brasil estão relacionados à aceitação social do jeitinho. Em um exemplo de “corrupção branca”, a opinião pública nordestina seria mais

[...] nessa divergência entre norma e inserção social pode estar uma chave para se explicar a probabilidade dos indivíduos cometerem atos de corrupção. Somente se a norma está apoiada no reconhecimento social será ela obedecida. Caso contrário, haverá uma propensão a se infringir a lei — sem se contrariar a própria convicção moral.

Na mesma esteira, destaca Levitt:

[...] cada um de nós descarta regularmente várias oportunidades de lesar, roubar e fraudar. A possibilidade de acabar preso [...] decerto é um incentivo de peso. Mas quando se trata de criminalidade, as pessoas também reagem a incentivos morais (não querem cometer um ato que consideram errado) e a incentivos sociais (não querem ser vistas pelos outros como alguém que age errado) (2005, p. 19).

Mesmo existindo fortes indícios teóricos (e empíricos isolados, nos estudos de caso) sobre as relações entre essas diferentes valorações morais e a prática e percepção da corrupção por parte das sociedades, a ausência de uma medida internacional de corrupção dificultava a comparabilidade e atrasava o avanço da disciplina.

Com a ausência de dados quantitativos, os estudos sobre corrupção permaneciam no campo da filosofia política e não era possível, de forma empírica, comparar o fenômeno entre diferentes países ou instituições, ou mesmo analisar a corrupção de um mesmo país em diferentes épocas. As alternativas para mensurar a corrupção de forma empírica, de maneira geral, utilizavam os seguintes indicadores: número de escândalos reportados na mídia ou número de condenações judiciais por corrupção (SPECK, 2000, p. 4).

O primeiro indicador tem como fonte os meios de comunicação, e pretende quantificar a corrupção por meio das ocorrên-

complacente que o resto do Brasil com alguns acontecimentos – tipificados pela lei como corruptos – simplesmente por não os considerar como corrupção (*idem*, p. 65).

cias na mídia. Essa abordagem é problemática, pois pode refletir mais o ambiente de liberdade de imprensa, o interesse da mídia pelo tema ou a simpatia dos meios de comunicação com o governo do que propriamente a incidência do fenômeno.

As condenações penais referentes à corrupção como indicadores também são passíveis de várias críticas. Em primeiro lugar, nem todos os casos de corrupção chegam ao judiciário, e desses, nem todos levam efetivamente à condenação, em virtude de uma série de motivos, como a morosidade da justiça, brechas legais ou a imunidade parlamentar, por exemplo. Assim, o número de condenações talvez tenha mais a ver com a capacidade do Estado de efetivamente detectar e punir a transação corrupta do que com o número de atos corruptos.

Essa situação começou a mudar com a divulgação, em 1995, do Índice de Percepção da Corrupção (CPI), confeccionado pela Transparência Internacional (TI), organização não governamental internacional criada em 1993 com o objetivo de promover a transparência e combater a corrupção. A partir do CPI, foram criadas as bases para uma nova área de estudos: a pesquisa comparada transnacional.

1.4.2 Comparar para compreender: a pesquisa comparada transnacional

Este trabalho se filia a essa nova e promissora categoria de estudos, a pesquisa comparada transnacional (*cross-national*), que ganhou bastante relevo nas últimas décadas (GERING; THACKER, 2004).

A pesquisa comparada transnacional pretende suplementar o legado das abordagens mais tradicionais da área – estudos de caso e modelos econômicos formais (GERRING; THACKER, 2004) –, oferecendo maiores possibilidades de replicação meto-

dológica e verificação empírica de achados. Essa nova ferramenta de análise foi criada a partir das pesquisas transacionais sobre a corrupção, e para Gerring e Thacker “já gerou um novo ramo da literatura, mas ainda precisa ser plenamente explorado em análises multivariadas” (2004, p. 299). Segundo Speck (2000), o recente aumento na produção acadêmica sobre corrupção foi em parte proporcionado pelo aprimoramento das técnicas de mensuração da corrupção, como o CPI.

O Índice de Percepção da Corrupção é construído por meio da parametrização de várias pesquisas independentes sobre a corrupção nos países. Os diferentes dados dessas pesquisas são então reduzidos a uma única escala, que varia de zero, para países muito corruptos, a dez, para aqueles mais íntegros. Os resultados são organizados em um *ranking*, divulgado anualmente.

Além do CPI, outras medidas de corrupção internacional foram sendo desenvolvidas nos últimos anos, subsidiando novas possibilidades de pesquisa. As principais, segundo Treisman (2007), são o Barômetro da Corrupção Global, construído pela TI a partir da experiência pessoal dos pesquisados, o BPI (*Bribe Payers Index*), apurado junto a empresários (também elaborado pela Transparência Internacional), e o índice Controle da Corrupção (KKM), do Banco Mundial. Apesar de a disponibilidade desses dados ter oferecido um parâmetro global de comparação e revigorado substancialmente a pesquisa na área, esses índices sofrem vários questionamentos, sendo os dois principais, no caso do CPI, referentes à transformação de várias pesquisas distintas em um único *score* e o fato de se basear em percepções e não na corrupção real.

Optamos por apresentar em detalhes o Índice de Percepção da Corrupção, sua metodologia, estrutura, concepção, críticas, limites e possibilidades no capítulo seguinte, que trata das

fontes, dados e variáveis utilizados na pesquisa. Também nesse capítulo, serão analisadas as outras medidas internacionais de corrupção, que, na esteira do CPI, proporcionam novas perspectivas de análise.

Até aqui, apresentamos a definição de corrupção adotada, bem como as três principais searas da pesquisa: estudos de caso, modelos econômicos e pesquisa comparada transnacional. Vimos que esse terceiro campo, mais recente e atualmente mais promissor, foi em larga medida possibilitada pela criação de medidas internacionais de corrupção, como o CPI. Por fim, destacamos que esse estudo, bem como o trabalho de referência, se filia a esse último campo. A seguir, serão apresentadas várias possíveis causas da corrupção apontadas pela literatura. Essas relações causais, divididas em culturais e econômicas, serão posteriormente operacionalizadas e testadas empiricamente.

1.5 CAUSAS CULTURAIS DA CORRUPÇÃO

Nesta seção serão apresentados os valores culturais normalmente associados à corrupção pela literatura. Agrupamos essas diferentes hipóteses em três grupos: confiança interpessoal e relacional, tradições religiosas e gênero. Essa divisão levou em consideração a afinidade dos temas e a melhor organização de sua apresentação. Reiteramos, porém, que esses grupos não são estanques e que a demarcação de seus limites nem sempre é simples.

1.5.1 Confiança interpessoal e relacional

Um dos valores mais fortemente estudados nesse campo é a confiança, que juntamente com as normas e sistemas, formam

o cerne do conceito de “capital social” elaborado por Robert Putnam (2000).

O capital social se refere a um estoque de valores em uma organização social que contribuem para aumentar a eficiência da sociedade (PUTNAM, 2000, p. 177). Ao se questionar por que o comportamento não cooperativo não se manifesta com tanta frequência como prevê a teoria dos jogos, Putnam argumenta que em uma sociedade com grande estoque de capital social, a cooperação espontânea é mais fácil, o que reduz os custos de transação. Esse “recurso moral” aumenta com o uso e normalmente constitui um bem público.

Putnam analisou as diferenças entre o norte e o sul da Itália, e concluiu que o maior estoque de capital social no norte era o responsável pela diferença econômica e social entre as regiões, estimulando as regras de reciprocidade, diminuindo os custos e favorecendo os negócios.

A confiança, porém, não é unidimensional, e pode ser analisada de duas formas. Ela pode ser generalizada, e se manifestar como uma predisposição a confiar nas pessoas em geral, mesmo que desconhecidas. Nesse sentido, a confiança parte do sentimento de que o outro irá se comportar de forma correta, facilitando a cooperação e, em certa medida, a incentivando. Conforme observa Larry Diamond (1999, p. 208):

[...] a confiança é mais uma consequência do que um pré-requisito das instituições efetivas. Mas, se a confiança é baixa e as expectativas dos cidadãos outros são consistentemente céticas, as instituições se tornam meras formalidades, desprovidas de respeito e eficácia, já que as pessoas abandonam a obediência na expectativa de que os quase todos os demais farão o mesmo.

Logo, a menor confiança generalizada (ou “interpessoal”, como prefere Inglehart) estaria associada à incerteza, a maior predisposição a comportamentos não cívicos, menor cooperação e,

consequente, mais corrupção. Inversamente, quanto maior o estoque de confiança interpessoal em uma sociedade, menor a tendência a trair essa confiança para se beneficiar de um ganho privado.

Outro contexto possível para interpretar a confiança é de acordo com laços e ligações entre as partes, sejam eles familiares, de amizade ou outro tipo de afinidade. Essa confiança relacional difere da interpessoal na medida em que os sentimentos de cooperação e confiança se resumem a esses círculos menores e não transbordam aos demais indivíduos. Ao contrário, essa confiança limitada tende a aumentar a corrupção, por meio do favorecimento ilegal aos amigos e parentes.

Essa confiança relacional, restrita, produz outro fenômeno cultural comumente associado à corrupção: o “familismo amoral”. Edward Banfield (1958) introduziu esse conceito ao estudar os laços comunitário da Itália, onde identificou uma contundente orientação familiar. Segundo o autor:

Em uma sociedade de familistas amorais, ninguém buscará o interesse do grupo ou da comunidade, a não ser quando houver vantagens particulares em fazê-lo. Em outras palavras, a expectativa de ganhos materiais no curto prazo será o único motivo para preocupação com os assuntos públicos (BANFIELD, 1958, p. 85, tradução nossa).

Justamente por isso o familismo seria “amoral”, por desviar a conduta de normas universalistas e meritocráticas, estimulando assim laços de lealdade que conduzem à corrupção, sendo a Máfia o resultado último e extremo desse particularismo de valores.

Para Lipset e Lenz (2002, p. 181), essa noção remonta a Platão, que acreditava que as preferências particularistas, inerentes às relações entre pais e filhos, deveriam ser eliminadas, pois eram um entrave a uma sociedade igualitária e mais justa. Esse particularismo levaria a um maior favorecimento aos mem-

bros da família, em detrimento do resto da sociedade, culminando no nepotismo.

O conceito de família não envolve somente os laços de sangue, mas também os amigos ou outros integrantes de um grupo mais íntimo e individualizado com laços de solidariedade particulares. Essa “família ampliada”, segundo Harrison (1985, p. 7) “é uma instituição eficaz para a sobrevivência, mas um obstáculo para o desenvolvimento”.

No Brasil, Roberto DaMatta (1986) sintetizou essa dicotomia em dois espaços sociais fundamentais: a casa, onde reina o “amor filial e amigo que se deve estender pelos compadres e amigos, para quem as portas de nossas casas estão sempre abertas e nossa mesa está sempre posta” (p.26), e a rua, que representa a dificuldade, o trabalho, a “massa estranha e desarticuladas de pessoas”. Na rua, temos a “gente”, e em casa “nossa gente” (p. 29).

Essas duas formas de confiança (relacional e interpessoal) podem produzir efeitos fortes duradouros em uma sociedade. Putnam reconhece a existência de dois pontos de equilíbrio, um causado por um círculo virtuoso, de relações horizontais e onde elementos como confiança tendem a se reforçar, aumentando a cooperação e o bem-estar coletivo, e outro por um círculo vicioso, marcado pelo familismo amoral e relações verticais, com as vantagens da não cooperação superando as da reciprocidade e cooperação voluntária. “Em outras palavras, tanto reciprocidade/confiança quanto dependência/exploração podem manter unida uma sociedade, mas com diferentes níveis de eficiência e desempenho institucional.” (PUTNAM, 2000, p. 188).

1.5.2 Tradições religiosas

O papel das diversas tradições religiosas sobre o nível de corrupção é outra questão que tem ocupado os estudiosos em

cultura política. La Porta et. al. (1997, p. 337) argumentam que, quanto maior o grau de hierarquia da religião, menor a capacidade de engajamento cívico, e, por conseguinte, maior a tendência ao comportamento corrupto. Usando uma amostra de 33 países, os autores encontram forte associação entre maior hierarquia religiosa (particularmente elevada nas religiões católica, ortodoxa ocidental e muçulmana) e a corrupção. Essa relação não é restrita apenas à corrupção: questões como o nível de eficiência governamental, qualidade da burocracia e do judiciário também seriam, segundo os autores, associadas aos países com maior tradição religiosa hierárquica. Curiosamente, em novo estudo, com os mesmos métodos (controlando a renda *per capita*) e maior amostra (114 países), os autores encontraram pouca evidência estatística para defender a ideia de que os governos católicos e muçulmanos seriam mais propensos à corrupção (LA PORTA et. al, 1999, p. 251-252).³

A hierarquia não é a única forma pela qual as religiões se relacionam com a corrupção. Essa variável cultural estaria fortemente ligada à confiança. De maneira geral, estima-se que os países católicos e muçulmanos apresentem maior grau de familismo amoral que os protestantes, em razão do caráter mais sectário desses últimos. O familismo seria assim uma “variável interveniente” entre a corrupção e a religião (LIPSET; LENZ, p. 183, 2002).

Por fim, Treisman (2000) encontra forte evidência empírica para defender a associação entre religião e corrupção. Usando uma amostra de 64 países, ele identifica uma grande correlação negativa entre corrupção e protestantismo, mesmo controlando outras variáveis. O autor apresenta quatro interpretações para o fato: sociedades protestantes apresentam maior tolerância ao questionamento da autoridade e à dissidência individual, o que as torna mais eficientes na descoberta e punição dos abusos. Outra

³ Ofereceremos os nossos próprios achados quanto à questão da relação entre corrupção e essas tradições religiosas no Capítulo 4.

possibilidade é que os protestantes seriam menos coniventes com o abuso e mais ávidos na expulsão do mal, o que, defende o autor, reflete a maior ênfase na responsabilidade individual em evitar o pecado, em oposição ao catolicismo, marcado pela fraqueza inerente e impossibilidade de evitar o pecado. A terceira explicação remete à questão do familismo: o foco no indivíduo, e não na família, tornaria essa tradição religiosa menos propensa ao familismo amoral. Por fim, a maior separação entre a Igreja e o Estado, observada nas sociedades protestantes (em relação às católicas e muçulmanas) conduz a uma sociedade civil mais engajada e atuante. Nessa perspectiva, o “impacto da religião não seria mais cultural do que seria institucional” (TREISMAN, 2000, p. 427-428).

1.5.3 Ética do trabalho e meritocracia

Outra característica fortemente associada ao Protestantismo, e por conseguinte, a uma menor corrupção, é ética do trabalho protestante. Weber (1985) chamou atenção para esse sistema ético particularmente asceta, resumido na noção de um “chamado divino” ou “predestinação”, a percepção de que o trabalho era uma obrigação para com Deus, e que o maior esmero e dedicação ao trabalho (algo que poderia ser classificado como mundano) era em verdade uma prova de fé. Como resumem Hoorn e Maseland (2008, p.5), o que Weber chama de “espírito do capitalismo” é “a ideia de que trabalhar com o propósito de lucro é um bem moral em si mesmo.”

Essa poderosa ética do trabalho não estaria incorporada nas outras tradições religiosas estudadas aqui. Analisando o caso brasileiro, DaMatta (1986, p. 32) afirma que “entre nós, perdura a tradição católica romana e não a tradição reformadora de Calvino, que transformou o trabalho como castigo numa ação destinada à salvação. Nós, brasileiros, [...] achamos que o trabalho é um horror.”

Se a ética do trabalho foi um elemento tão importante, e, se mais de um século depois, as ideias de Weber continuam vividas e inspirando pesquisas (fenômeno incomum nas ciências sociais), deve ser possível enxergar esse legado e seus efeitos prolongados ainda hoje na análise empírica. Alguns estudos, porém, questionam a relação dessa ética do trabalho protestante com a menor corrupção.

Lipset e Lenz (2002) afirmam que, embora o protestantismo auxilie na compreensão do desenvolvimento econômico, conforme a noção weberiana, e esse desenvolvimento esteja ligado à menor corrupção⁴, os dados empíricos demonstram que a ética do trabalho protestante não explica a corrupção. Ao contrário, analisando dados da World Values Survey no período de 1990 a 1993, eles observaram que o índice de motivação para realização (baseado nas respostas para a questão sobre a pobreza ser uma decorrência da preguiça e a importância de ensinar as crianças sobre o valor de trabalhar duro) tinha uma relação positiva com a corrupção, ou seja, quanto maior a ênfase demonstrada por um país na importância do trabalho, maior a corrupção percebida. A explicação dos autores é que “as culturas que valorizam o sucesso econômico como um importante objetivo mas restringem severamente o acesso às oportunidades têm graus mais altos de corrupção” (p. 179), pois os indivíduos tentariam burlar as regras do jogo para vencer. Essa relação, aparentemente paradoxal, será mais bem detalhada quando comparada aos nossos próprios achados empíricos sobre o tema.

Alinhada a essa questão da ética do trabalho está a importância do mérito como valor. O enfoque de responsabilidade individual do protestantismo contribui para que essas sociedades sejam mais meritocráticas. Harrison (2002b, p. 407) considera

⁴ Analisaremos essa relação na seção 1.6, sobre as causas estruturais da corrupção.

que “o mérito é vital para o desenvolvimento nas culturas progressivas; relações de parentesco e de amizade são o que importa nas culturas estáticas”. A importância da meritocracia é também destacada por Dahlström (2011), para quem o recrutamento pelo mérito na administração pública (em oposição às indicações políticas) tem um forte impacto na diminuição da corrupção.

1.5.4 Gênero e corrupção

Uma área de estudos que vem merecendo recente atenção da literatura é a potencial relação entre gênero e corrupção. A corrupção, segundo defendem Hossain, Musembi e Hughes (2010), afeta mais perversamente as mulheres que os homens, pois elas representam a maior parte da pobreza no mundo, sendo assim mais dependentes de serviços públicos e mais vulneráveis à corrupção, que pode limitar esses serviços. Ainda segundo as autoras, a corrupção faz com que muitas mulheres tenham que se submeter à extorsão sexual para verem prestados serviços a que teriam direito e ainda contribui para a marginalização da mulher, pois “A corrupção ao longo do caminho para o poder reforça o domínio dos que já estão no poder, e na maioria dos contextos onde a corrupção é prevalente, os que estão no poder são homens” (p.17).

Para a nossa análise, porém, mais importante que compreender os efeitos da corrupção sobre o gênero é investigar os efeitos do gênero sobre a corrupção. As mulheres percebem a corrupção de forma diferente dos homens? Teriam elas maior integridade?

Dollar, Fisman e Gatti (1999) enumeram uma série de evidências no nível micro, baseadas nas últimas duas décadas de pesquisa: as mulheres seriam mais propensas a oferecer ajuda, votar com base em questões sociais, pontuar melhor em testes de integridade, se posicionar mais fortemente sobre questões éticas e se comportar de forma mais generosa quando confrontadas com decisões econômicas.

Buscando investigar como essas tendências se manifestavam no nível macro, Swamy et. al. (1999) identificaram em sua análise transnacional sólidas evidências para afirmar que a maior participação de mulheres no Parlamento e na força de trabalho implicam menores níveis de corrupção percebida. Dollar, Fisman e Gatti (1999) chegaram a conclusões semelhantes, analisando uma amostra de mais de 100 países.

Esses estudos apontam que a influência de gênero na corrupção é significativa mesmo quando controladas outras variáveis, como renda, o que dá mais força ao argumento.

As justificativas para essa diferença são diversas. De um lado, os homens seriam mais egoístas que as mulheres, ou colocando de outra forma, “as mulheres seriam menos propensas a sacrificar o bem comum em troca de um ganho material” (DOLLAR; FISMAN; GATTI, 1999, p. 1). Husted (1999, p. 344, *apud* Power e González, 2003), partilha dessa opinião, e acrescenta que a maior ênfase no sucesso material apresentada pelos homens “conduz a uma maior inclinação a participar em transações corruptas na busca desse mesmo sucesso material”. Outra explicação, apresentada por Swamy et al. (1999) é a de que, levando em consideração que as sociedades normalmente discriminam as mulheres, somente aquelas que apresentassem um comportamento muito acima da média quanto à honestidade e competência conseguiriam ascender às altas esferas de poder. Essa diferença observada poderia ser reflexo então de uma amostra composta por homens normais, medianos, e mulheres extraordinárias, diferenciadas.

1.6 CAUSAS ESTRUTURAIS DA CORRUPÇÃO

As explicações culturais não são as únicas apresentadas pela literatura para explicar as causas da corrupção. Ao contrário, conforme observamos anteriormente, uma parcela conside-

rável dos estudiosos rejeita a abordagem culturalista. Para estes, as causas da corrupção devem ser buscadas em fatores institucionais, políticos e econômicos.⁵

Pellegrini e Gerlagh (2008), em uma ampla pesquisa sobre as causas da corrupção apontadas na literatura enumeram nove fatores institucionais e cinco econômicos que causariam a corrupção. Mensah (2012, p. 5) apresentou essas referências de forma sintética, reproduzida abaixo:

Fatores institucionais:

- (i) Democracia: estados democráticos sofreriam menos corrupção em razão de serem mais sujeitos a pressões sociais e eleições (SUNG, 2004);
- (ii) Liberalismo: excesso de regulação e menor liberalismo encorajam a corrupção (CHAFUEN ; GUZMAN, 1999);
- (iii) Federalismo e descentralização estimulam a corrupção (FISMAN; GATTI, 2002);
- (iv) As origens legais de um país podem ser um determinante de corrupção (GLAESER; SHLEIFER, 2002);
- (v) Os países que seguem a *common law*, ou que eram ex-colônias britânicas, tendem a ser menos propensos à corrupção (LA PORTA et al, 1999);
- (vi) A grande presença de um grupo religioso protestante em um país é um inibidor da corrupção (TREISMAN, 2000);
- (vii) Quanto maior a diversidade étnica em um país, maior será o nível

⁵ Observa-se que, com frequência, os economistas enxergam causas econômicas para a corrupção, enquanto os cientistas políticos percebem o problema como uma consequência do regime político adotado.

de corrupção devido a filiações e lealdades alternativas (MAURO, 1995);

- (viii) Uma longa história de estabilidade política é negativamente associado à corrupção, porque os burocratas nessas situações tem a chance de construir uma reputação de integridade em troca de estabilidade no emprego (TREISMAN, 2000);
- (ix) Um grande número de jornais em circulação atua como inibidor da corrupção, desde que haja liberdade de imprensa (BRUNETTI; WEDER, 2003).

Explicações econômicas:

- (i) A dependência dos recursos naturais como fonte de renda é determinante da corrupção, em virtude do comportamento *rent-seeking* da elite política (LEITE; WEIDEMAN, 1999; LAPORTA et. al., 1999)
- (ii) O nível geral de renda influencia diretamente a corrupção, pois os países mais ricos podem sustentar instituições melhores, educação, acesso à informação e outros meios que tendem a impedir a corrupção. (TREISMAN, 2000)
- (iii) Quanto maior o governo, econômica e politicamente, maior a corrupção, pois ele proporciona mais oportunidades para elite política para acumular riqueza (CHAFUEN; GUZMAN, 1999).
- (iv) A abertura comercial e o aumento da oferta de produtos importados no mercado interno aumentam a competição doméstica e reduzem a corrupção e possibilidade de extrair rendas ilegalmente (ACEMOGLU; VERDIER, 2000).
- (v) Salários mais altos no governo (em relação à renda média no país) diminui a corrupção por causa da preocupação com a estabilidade no emprego (BECKER, 1968).

Percebe-se, da análise desse quadro-resumo, que algumas das causas institucionais se confundem com as que classificamos de culturais (protestantismo, por exemplo). Também é possível inferir, pela diversidade das abordagens e data das publicações, que o tema desperta atualmente grande interesse acadêmico. Por fim, chama a atenção o fato de que a maioria das explicações causais da literatura para a corrupção são políticas ou econômicas.

1.6.1 Desenvolvimento, renda e corrupção

A relação entre desenvolvimento renda e corrupção é uma das mais recorrentemente estudadas, com resultados bastante sólidos. Para You e Khagram (2005), os fatores econômicos são considerados as principais causas da corrupção.

Treisman (2000) afirma que os países ricos tem uma corrupção percebida menor que os países pobres. Para o autor, o maior desenvolvimento econômico está relacionado à democracia, e contribui para elevar, de maneira geral, a alfabetização, educação e conscientização e ampliação de relações impessoais. Cada um desses elementos aumenta as chances de que uma eventual transação corrupta seja reconhecida como tal e combatida (p. 404). Montinola e Jackman (2002) interpretam a relação de outra forma, e acreditam que o aumento dos salários no setor público, possibilitado pelo maior desenvolvimento, seria a causa da menor corrupção em sociedades mais economicamente desenvolvidas.

Em contraste com essa opinião, Kaufmann e Kraay (2002) argumentam que a causalidade se dá no sentido de que a menor corrupção leva a um maior desenvolvimento econômico, e não que maiores rendas resultam em menor corrupção. Ainda sobre a causalidade, Mauro (2002) afirma, baseado em dados empíricos, que a mera percepção da corrupção (ainda que dissociada da realidade) tem efeitos deletérios sobre o investimento e o de-

envolvimento econômico. Treisman (2000) reconhece a dificuldade de apontar a causalidade na relação entre desenvolvimento e corrupção, mas acredita que qualquer que seja o efeito da corrupção no crescimento, o maior desenvolvimento econômico, por si só, reduz a corrupção.

Embora o enfoque das pesquisas costume ser a relação entre o desenvolvimento (medido geralmente pelo PIB *per capita*) e a corrupção, You e Khagram (2005) encontraram evidências de que a desigualdade de renda seria um fator tão ou mais importante que o desenvolvimento econômico. Em sociedades desiguais, os ricos tem mais oportunidades e motivação para praticar a corrupção, e os pobres, menos instrumentos para monitorar esses abusos. Além disso, a maior desigualdade altera a percepção social sobre a legitimidade das regras, cria um viés que aumenta a distância entre a corrupção real e a percebida como tal, e faz com que as pessoas tolerem e aceitem mais o comportamento corrupto.

A corrupção, ainda de acordo com os autores, tende a preservar e acentuar a desigualdade, e “os países podem se ver presos em círculos de desigualdade e corrupção ou libertos em círculos virtuosos de igualdade e integridade” (2005, p. 33).

1.6.2 Liberdades política e de expressão

Além da perspectiva econômica e cultural, muitos estudiosos – em especial os cientistas políticos – entendem que as causas da corrupção devem ser buscadas no regime político. Segundo essa perspectiva teórica, sistemas políticos mais abertos, democráticos, transparentes e com maior participação seriam menos suscetíveis à prática corrupta.

As causas para isso seriam diversas. Em primeiro lugar, os regimes mais abertos, livres e participativos são marcados por uma maior transparência. A imprensa é livre para investigar e

denunciar o governo, a sociedade tem mais meios de pressão e a oposição pode atuar de forma ampla, “vigiando” o governo. Treisman (2000, p. 403) afirma que, em sistemas democráticos, a competição é um forte inibidor da corrupção, pois os adversários políticos têm um claro incentivo para observar o comportamento um do outro, buscando encontrar quaisquer desvios para os denunciar e, assim, beneficiarem-se nas próximas eleições.

Outra razão apontada para a relação ente regime e corrupção é o grau de *accountability*, bem maior nas democracias que nos regimes totalitários, pois os cidadãos têm, no mínimo, além de outras instâncias, o instrumento periódico das eleições para afastar do poder os que demonstrarem indícios de corrupção (POWER e GONZÁLEZ, 2003, p. 55). Essa prestação de contas seria, como observam os autores, posterior aos eventos, o que, combinado a uma imprensa livre e atuante, justificaria a existência esporádica de escândalos de corrupção mesmo em democracias consolidadas e relativamente pouco corruptas, comparativamente.

Se a democracia está associada à menor corrupção, como explicar que algumas ex-ditaduras, aparentemente, apresentem um aumento do fenômeno após a transição para a democracia? Essa questão foi abordada por Treisman (2000), que concluiu que a maior longevidade do regime democrático, ou seja, o período ininterrupto em que o país manteve-se democrático, tem uma forte relação negativa com a corrupção. Montinola e Jackman (2002) se debruçaram sobre a questão e encontraram o seguinte padrão:

A corrupção é tipicamente um pouco maior em países com níveis intermediários de competição política do que em sua menos democrática contraparte, mas uma vez superada essa barreira, maiores níveis de competição estão associados a uma corrupção consideravelmente menor (p. 167, tradução nossa).

Mais uma vez, resta clara a importância não apenas da democracia em si, enquanto regime, mas da competição democrática (mais plena em democracias maduras) como uma força contrária a corrupção.

1.7 EIXOS CULTURAIS DE INGLEHART: DO MATERIALISMO À AUTOEXPRESSÃO

Inglehart desenvolveu, ao longo de sua produção acadêmica, vários índices de valores culturais, sendo os principais os índices de pós-materialismo e autonomia e os eixos de valores tradicionais vs. racionais e de valores de sobrevivência vs. autoexpressão. A construção desses eixos ou índices – que serão detalhados adiante – se apoia na ideia de que os valores fundamentais de uma sociedade guardam relação entre si, e que um índice agregado que incorpore algumas dessas variáveis pode apresentar, de forma mais simples e objetiva, capacidade explicativa maior do que suas partes componentes (INGLEHART e WELZEL, 2005; 2010). Por exemplo, se sabemos apenas um dado cultural sobre uma pessoa (que ela se classifica como católica fervorosa, por exemplo), podemos, com um razoável grau de certeza, fazer inferências sobre a sua posição quanto a uma miríade de outras questões (digamos, aborto, pesquisa com células-tronco e casamento homossexual). Se essas inferências – amparadas por uma única variável cultural – são razoavelmente válidas, os resultados seriam, teoricamente, mais robustos e confiáveis para os índices agregados, que incorporam um conjunto representativo de variáveis em sua confecção.

Baseado no princípio da utilidade marginal decrescente e na hierarquia de necessidade de Maslow (1943), Inglehart desenvolveu a teoria da mudança cultural pós-materialista, ou “revolução silenciosa”. Segundo essa perspectiva, o progresso econômico e social experimentado após a Segunda Guerra Mundial por vários países ocidentais proporcionou uma mudança substantiva nos valores prioritários da sociedade. A geração que cresceu nesse ambiente mais próspero e seguro apresentou uma mudança de valores prioritários em relação àquela que viveu as crises econômicas e guerras, transitando de valores materialistas para valores pós-materialistas (INGLEHART, 1977). Essa fase pós-industrial trouxe também maior ênfase na autonomia do in-

divíduo, o que contribuiu para o desenvolvimento da democracia (INGLEHART e WELZEL, 2010, p. 552).

Essa ideia foi sendo amadurecida por Inglehart ao longo dos anos, amparado pelos dados das novas ondas da WVS. Com isso, a mudança de valores ganhou sofisticação conceitual e passou a ser analisada não apenas unilateralmente, sob o espectro de um eixo (materialismo vs. pós-materialismo), ou sob a perspectiva de um índice de autonomia, mas de forma bidimensional, em dois eixos distintos: autoridade tradicional vs. racionalidade secular e valores de sobrevivência vs. valores de bem-estar (INGLEHART, 1997). Esse último eixo foi posteriormente reelaborado e os valores de bem-estar foram substituídos por valores de autoexpressão (INGLEHART e WELZEL, 2005).

Segundo os autores, o eixo de valores tradicionais vs. secular-rationais reflete, primariamente, a importância da religião em uma dada sociedade, além de guardar forte relação com outros valores. Sociedades mais próximas do extremo tradicional do eixo tendem a rejeitar o aborto, o divórcio e a eutanásia, e a defender os valores mais tradicionais da família, a obediência aos pais e maior deferência à autoridade. A estrutura social costuma ser mais verticalmente hierárquica, o que, aliado ao maior respeito às autoridades, diminui a capacidade social de questionamento e contribui para maior corrupção. Sociedades mais próximas do extremo secular-rationais do eixo apresentam valores opostos a esses, com menor ênfase nas tradições e religião e maior ênfase na razão.

O eixo dos valores de sobrevivência vs. valores de autoexpressão é, em larga medida, a evolução teórica do índice de pós-materialismo, incorporando as mudanças culturais decorrentes da transição de uma sociedade industrial para pós-industrial, com a consequente mudança de prioridades, que deixaram de ser meramente materiais ou de segurança para incorporar o bem-estar e qualidade de vida (INGLEHART e BAKER, 2000). Os valores de autoexpressão estão ainda fortemente associados a valores de tolerância e aceitação da diversidade, ênfase na imaginação e no bem-estar (em oposição ao trabalho duro), além de uma mais pronunciada confiança interpessoal.

Cada um das duas dimensões acima explica mais de 70% da variância transnacional na análise de 10 indicadores fundamentais (5 para cada eixo). Além disso, são fortemente correlacionadas com outros valores importantes (INGLEHART e WELZEL, 2010, p. 563).

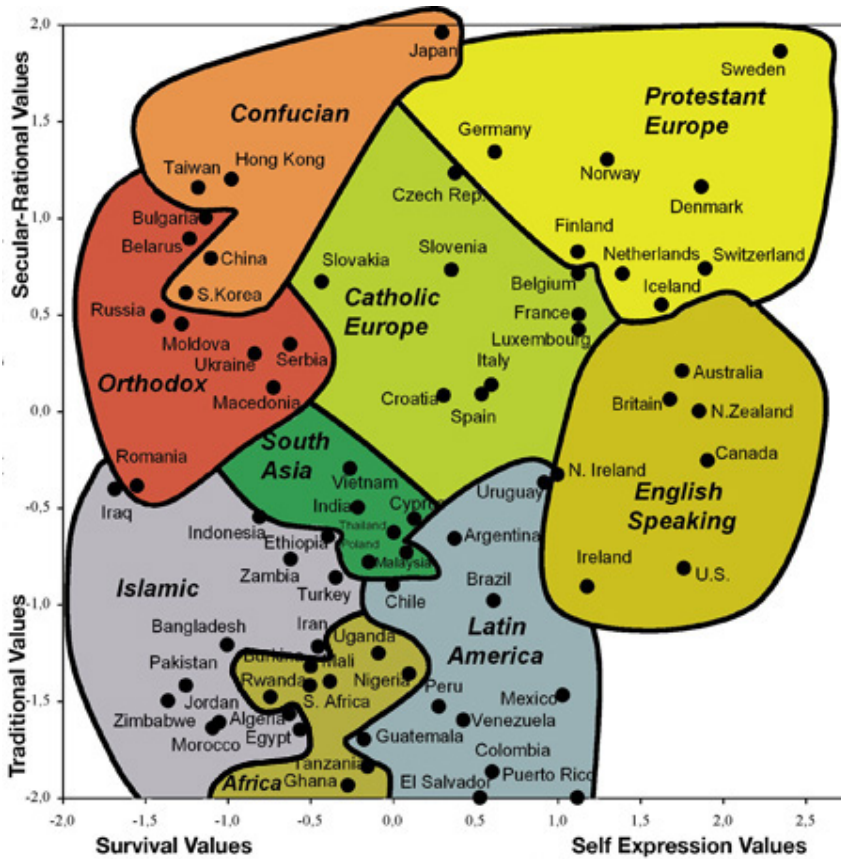
De forma bastante sintética, as relações entre o ambiente histórico e econômico e a mudança de valores se daria da seguinte maneira:

a industrialização leva a um grande processo de mudanças, trazendo burocratização, hierarquia, centralização da autoridade, secularização e uma mudança de valores tradicionais para valores secular-rationais. A fase pós-industrial, porém, aumenta a ênfase na autonomia individual e nos valores de auto-expressão, erodindo a legitimidade dos regimes autoritários e tornando a democracia mais propensa a emergir (INGLEHART e WELZEL, 2010, p. 552, tradução nossa).

Desse modo, as mudanças trazidas pelo desenvolvimento econômico e social transmutam substancialmente os valores relacionados à cultura política, e tendem a “aumentar a confiança interpessoal e a tolerância e leva à difusão de valores pós-materialistas que atribuem alta prioridade à auto-expressão” (INGLEHART, 2002, p. 148).

Especificamente no que concerne à corrupção, uma rápida comparação entre a Figura 1 (que apresenta o mapa cultural global, baseado na posição das sociedades nos dois eixos valorativos) e o Índice de Percepção da Corrupção 2010 permite observar a forte coincidência entre os países com o melhor desempenho no CPI e os que se posicionam no canto superior direito do mapa, ou seja, que apresentam valores mais racionais e de autoexpressão.

Figura 1 – Posição de 53 sociedades no mapa cultural global em 2005-2007



Fonte: Inglehart e Welzel, 2010, p. 554.

1.8 CULTURA, ESTRUTURA E CORRUPÇÃO: QUEM EXPLICA O QUE?

Antes de enumerarmos as nossas hipóteses de pesquisa, é relevante destacar alguns pontos sobre a relação entre as variáveis culturais, econômicas e políticas apresentadas aqui. Primeiramente, ao analisarmos as possíveis causas elencadas para

corrupção pela literatura, parece evidente que qualquer análise das determinantes culturais da corrupção será incompleta se não levarmos também em consideração controles estruturais, como regime político e desenvolvimento econômico.

Em segundo lugar, muitas dessas variáveis guardam alguma relação entre si, não sendo tarefa trivial delimitar suas fronteiras. Harrison (2002a, p. 35) afirma que as dificuldades em lidar com o conceito de cultura são, além de políticas, emocionais e de ordem intelectual. Os valores culturais apresentam problemas de medição e definição, e suas relações de causa e efeito são bidirecionais. Buscamos desagregar os elementos mais relevantes para uma análise individualizada (por exemplo, estudamos separadamente a confiança interpessoal e a ética do trabalho, comumente associadas ao protestantismo, e separamos liberdade de imprensa de democracia e desenvolvimento), mas reconhecemos que essa divisão não é perfeita, pela própria natureza das variáveis.

Uma terceira consideração é que, reconhecendo a dificuldade em se demarcar objetivamente os limites de cada variável cultural, adotamos também o procedimento inverso ao referido acima. Em outras palavras, em vez de apenas tentar desagregar os vários elementos culturais potencialmente relacionados, optamos por utilizar também os agregados culturais de Inglehart (os índices de pós-materialismo e autonomia e os eixos de sobrevivência vs. autoexpressão e tradicionalismo vs. racionalismo) em nossa análise. Nossa expectativa foi de que essas variáveis, elaboradas a partir de um conjunto de valores basilares, minorem os efeitos de uma possível duplicação teórica e ofereçam maior poder explicativo.

Um quarto ponto importante é que essa potencial sobreposição de variáveis não se restringe às pertencentes à mesma categoria. Dito de outra forma, reconhecemos haver uma inter-relação complexa entre as variáveis culturais, econômicas, polí-

ticas e institucionais (INGLEHART, 1997). Exemplo disso é a forte relação observada entre confiança interpessoal (variável cultural) e democracia (variável política) (ALMOND e VERBA, 1963; PUTNAM, 2000) ou mesmo entre a ética protestante (cultural) e desenvolvimento capitalista (econômico) (WEBER, 1985).

Por fim, mesmo que se reconheça essa inter-relação, continua sendo um tema muito controverso na literatura apontar a relação direta de causalidade entre elas. Power e González (2003, p. 65) ilustram esse ponto com a relação entre democracia e confiança. Embora esse vínculo transpareça em vários estudos, a definição de sua natureza é controversa: para Muller e Seligson (1994), tomando como base países europeus e centro-americanos, a democracia causa a confiança interpessoal; Putnam (2000), analisando diferenças regionais na Itália, conclui na direção oposta, ou seja, que a confiança influencia a democracia. Uma terceira posição, mais neutra, é defendida por Inglehart (1997, p. 174), para quem:

As evidências disponíveis não podem determinar a direção da relação causal, mas indicam que a cultura e as instituições políticas tem uma forte tendência a caminharem juntas – sendo a confiança e a democracia estável intimamente ligadas, tal como a literatura em ciência política defende há muito tempo.

Apresentadas as relações causais entre cultura, economia, política e corrupção disponíveis na literatura, e feitas essas considerações sobre as dificuldades em definir, mensurar e analisar de forma isolada cada uma dessas variáveis, procedemos a seguir com a exposição de nossas hipóteses de trabalho.

1.9 HIPÓTESES

A hipótese testada no trabalho de referência é a de que “é possível identificar fatores culturais associados à corrupção”

(POWER e GONZÁLEZ, 2003, p. 53). Em outras palavras, a cultura – entendida como o conjunto de valores, crenças e atitudes partilhados pelos membros de uma sociedade – pode ajudar e explicar a corrupção – definida como o abuso do poder confiado para fins privados. Essa hipótese remete à ideia de que existe uma conexão entre cultura política e desempenho de instituições governamentais, noção defendida pelos teóricos do capital social. Se há essa conexão, também deve ser possível identificar fatores culturais associados à corrupção (*idem*, p. 51).

Embora estejamos de certa forma vinculados à essa hipótese, em razão da nossa escolha metodológica de replicar a estrutura do trabalho referido, optamos por desmembrá-la em uma série de hipóteses menores, menos gerais. Acreditamos que essa opção abrange integralmente a hipótese original e permite uma análise mais objetiva e individualizada da relação entre nossas variáveis culturais, políticas e econômicas e a corrupção.

Assim, levando em consideração as potenciais relações causais apresentadas na revisão de literatura e aqui sucintamente recapituladas, estabelecemos 21 hipóteses de trabalho, que serão expostas abaixo. As hipóteses de 1 a 11, embora não explícita e individualmente definidas pelos autores, foram derivadas do trabalho de referência. As seguintes, de 12 a 21, foram acrescentadas nesse trabalho, buscando explorar novas possibilidades de análise e oferecer um diálogo ainda mais interessante com os achados originais. Salientamos que, a despeito do número relativamente alto de hipóteses elencadas, elas serão testadas usando a mesma metodologia básica, e todas derivam da nossa hipótese central de que “existem fatores culturais identificáveis associados à corrupção”, preservando a estrutura objetiva e coesa do trabalho. Feitas essas considerações, passamos, a seguir, às nossas hipóteses.

Observamos que a confiança generalizada ou interpessoal diminui a incerteza social, estimula a reciprocidade e a coopera-

ção espontânea, diminui os custos de transação e melhora o desempenho governamental. Além disso, os laços de solidariedade e a expectativa de que os outros cidadãos também respeitarão as regras diminuem a propensão a transgredir:

Hipótese 1: Quanto maior a confiança interpessoal de uma sociedade, menor será o seu grau de corrupção:

Em um contexto de desconfiança e ceticismo com relação ao comportamento dos demais cidadãos, as instituições perdem credibilidade e há menor respeito às regras e normas gerais, uma vez que há a expectativa de que os outros também assim procederiam.

Hipótese 2: Quanto mais fortes forem as orientações não cívicas de uma sociedade, maior será o seu grau de corrupção:

Vimos que a prática da corrupção está associada também ao alinhamento entre o que a norma institui como sendo corrupção e aquilo que os indivíduos consideram como tal. Quanto mais fluidos forem os valores compartilhados com relação à obediência às normas, mais fértil seria a sociedade para o comportamento corrupto:

Hipótese 3: A aceitação social do ato de alguém receber suborno no exercício de suas obrigações está direta e positivamente relacionada ao nível de corrupção.

O vínculo entre o protestantismo e a menor corrupção foi apontado pela literatura sob diversas formas: as sociedades protestantes questionam mais as autoridades e são menos coniventes com o abuso. O foco no indivíduo, em oposição à família, diminuiria a propensão ao familismo amoral. A separação entre a igreja e o Estado, observada nas sociedades protestantes, contribui para uma sociedade civil mais atuante:

Hipótese 4: Quanto maior a porcentagem de filiação protestante em uma sociedade, menor será o seu grau de corrupção.

Em oposição ao protestantismo, as religiões católica e islâmica apresentam, segundo observamos, uma mais tênue separação entre Estado e igreja e uma estrutura mais hierarquizada, o que contribui para diminuir o comportamento cívico. Esses fatores, somados ao maior familismo observado nessas tradições religiosas – também relacionadas a governos menos eficientes – resultam em uma maior propensão à corrupção:

Hipótese 5: Quanto maior a porcentagem de filiação católica em uma sociedade, maior será o seu grau de corrupção.

Hipótese 6: Quanto maior a porcentagem de filiação islâmica em uma sociedade, maior será o seu grau de corrupção.

O vínculo entre gênero e corrupção foi investigado sob vários ângulos pela literatura abordada, para quem as mulheres seriam menos egoístas e menos ávidas por ganhos materiais que os homens, o que aumenta a sua propensão à colaboração e diminui as chances de transgressão. No nível macro, a proporção de mulheres no governo foi relacionada a uma menor corrupção, talvez porque, devido à discriminação, somente as mulheres mais honestas e capazes consigam ascender aos altos escalões governamentais:

Hipótese 7: Quanto maior a porcentagem de mulheres no governo em uma dada sociedade, menor será o seu grau de corrupção.

O desenvolvimento econômico está associado a uma menor corrupção na medida em que promove mais altos salários no setor público, desestimulando o comportamento corrupto. Além disso, o desenvolvimento proporciona melhores níveis de educação, o que por sua vez contribui para uma sociedade mais crítica e aumenta as chances de a corrupção ser combatida:

Hipótese 8: Quanto maior o nível de renda observado em uma sociedade, menor será o seu grau de corrupção.

Vimos que não apenas o nível de renda, mas também a sua distribuição estaria associada à corrupção, e que esta tende a acentuar a desigualdade. Em sociedades com distribuição de renda desigual, os ricos tem mais oportunidades para se engajar em operações corruptas, e os pobres, menos capacidade de identificar e punir esses comportamento. A desigualdade também deturpa a percepção social sobre as leis e instituições e favorece a maior tolerância para com a corrupção:

Hipótese 9: Quanto mais desigual for a distribuição de renda em uma sociedade, maior será o seu grau de corrupção.

A democracia está associada a uma menor corrupção, pois apresenta maiores ferramentas de *accountability*, estimula a competição entre o adversários políticos – que vigiam uns aos outros em busca de indícios de transações suspeitas – e fornece meios periódicos para premiar os bons e afastar os maus representantes, por meio das eleições. A democracia estaria também associada à maior confiança interpessoal:

Hipótese 10: Quanto mais democrático for o governo de determinado país, menor será o seu grau de corrupção.

Um dos elementos que contribui para a maior transparência dos governos é uma imprensa livre, atuante e investigativa, que denuncie eventuais abusos do governo e ofereça à sociedade um canal de pressão, contribuindo para maior *accountability*:

Hipótese 11: Quanto mais livre for a imprensa de determinado país, menor será o seu grau de corrupção.

A importância do mérito foi identificada com valores progressistas como fundamental para o desenvolvimento. Ainda, o recrutamento pelo mérito para a administração pública foi relacionado a uma menor corrupção:

Hipótese 12: Quanto mais socialmente valorizado for o mérito em um dado país, menor será o seu grau de corrupção.

A ética do trabalho foi apontada como uma das principais características do protestantismo (frequentemente associado a uma menor corrupção), e considerada como fundamental para entender a relação dessa religião com o desenvolvimento econômico:

Hipótese 13: Quanto mais valorizado socialmente for o trabalho em um dado país, menor será o seu grau de corrupção.

Conforme observamos, a confiança pode ser geral, indistinta, estendida a todos, ou relacional, objetiva, restrita a certo grupo que compartilha algum tipo de afinidade. Nesse caso, os benefícios da confiança, como a maior cooperação e solidariedade, se restringem a esse menor grupo (notadamente a família). Nesse contexto, os indivíduos tendem a abandonar as normas universalistas e apresentar maior favorecimento aos membros da família e amigos, sendo o nepotismo uma das manifestações desse “familismo amoral”:

Hipótese 14: Quanto maior a importância relativa da família em uma sociedade, maior será o seu grau de corrupção.

O maior respeito às tradições e à autoridade são características de sociedades mais hierarquizadas, estáticas. Nelas, há menor ênfase no progresso e na diversidade de ideias, maior importância relativa da família (o que se relaciona com o familismo amoral) e maior deferência às autoridades. Assim, a capacidade

do indivíduo em questionar o poder instituído tende a ser menor, diminuindo o engajamento social e aumentando a corrupção:

Hipótese 15: Quanto maior a deferência à autoridade em uma sociedade, maior será o seu grau de corrupção.

Hipótese 16: Quanto mais fortes forem os valores tradicionais em uma sociedade, maior será o seu grau de corrupção.

Sociedades secular-rationais dão relevância oposta aos valores descritos acima. Sua hierarquia menos vertical e sua ênfase na razão aumentam a capacidade de mobilização e cobrança das autoridades, diminuindo a corrupção:

Hipótese 17: Quanto mais fortes forem os valores secular-rationais em uma sociedade, menor será o seu grau de corrupção.

O ambiente de prosperidade econômica e segurança vivido após a Segunda Guerra Mundial promoveu uma alteração nos valores prioritários da sociedade, transitando de valores mais materialistas – preocupados com questões materiais como inflação e emprego – para valores pós-materialistas – com ênfase no bem-estar, criatividade e felicidade. Os valores pós-materialistas também são relacionados à pronunciada centralidade na autonomia do indivíduo, o que contribui para a maior democracia e menor corrupção:

Hipótese 18: Quanto maior o índice de autonomia observado em uma sociedade, menor será o seu grau de corrupção.

Hipótese 19: Quanto mais pós-materialistas forem os valores observados em uma sociedade, menor será o seu grau de corrupção.

Essa oposição entre valores materiais e pós-materiais foi resumida no índice de pós-materialismo, que aliado ao índice de autonomia, está na gênese de um mais elaborado e conceitual-

mente sofisticado eixo cultural, que opõe valores de sobrevivência a valores de autoexpressão. Países que enfatizam valores de sobrevivência apresentam menor confiança interpessoal e maior propensão a governos autoritários, enquanto países onde prevalecem os valores de autoexpressão apresentam maiores autonomia do indivíduo, confiança interpessoal, mobilização política e propensão à democracia, culminando em uma menor corrupção:

Hipótese 20: Quanto mais fortes forem os valores de sobrevivência em uma sociedade, menor será o seu grau de corrupção.

Hipótese 21: Quanto mais fortes forem os valores de autoexpressão em uma sociedade, menor será o seu grau de corrupção.

2. FONTES, DADOS E VARIÁVEIS: ESTRUTURANDO A METODOLOGIA

Nesta seção, apresentamos os dados, variáveis e fontes utilizados, bem como a metodologia adotada para sua operacionalização e para o teste das hipóteses de pesquisa elencadas na seção anterior.

Primeiramente, abordamos de forma um pouco mais detalhada o Índice de Percepção da Corrupção da Transparência Internacional – nossa variável dependente – e a *World Values Survey* (WVS), principal fonte de nossas variáveis culturais. Essa análise inicial tem por objetivo destacar a origem, o histórico, a metodologia, os limites e as possibilidades desses dados centrais para nossa análise.

Em seguida, conforme explicado anteriormente, destacamos as fontes e a operacionalização dos dados de todas as variáveis independentes utilizadas no trabalho, sejam elas culturais, econômicas ou políticas. Iniciaremos pelas variáveis utilizadas

por Power e González, que serão aqui replicadas, para fins de maior comparabilidade. Na sequência, passamos à apresentação das dez novas variáveis culturais e cinco variáveis alternativas de corrupção introduzidas nesse estudo.

Por fim, de forma sucinta, descrevemos os procedimentos para criação do nosso banco de dados e a metodologia adotada para os testes de hipótese.

2.1 ÍNDICE DE PERCEPÇÃO DA CORRUPÇÃO

A primeira fonte de dados é o Índice de Percepção da Corrupção (ou *Corruption Perception Index* – CPI) levantado pela Transparência Internacional (TI), organização não governamental internacional criada em 1993 sob a liderança de Peter Eigen, funcionário aposentado do Banco Mundial. A TI tem sede em Berlim e se dedica ao combate à corrupção, buscando aumentar a consciência e diminuir a tolerância e apatia em relação ao tema. Com mais de uma centena de escritórios nacionais (*national chapters*), a TI atua como uma grande rede global apartidária no combate à corrupção, por meio da mobilização de atores relevantes, como o governo, a sociedade civil e a mídia, buscando a promoção de maior transparência.⁶

A Transparência Internacional tem crescido de forma consistente ao longo dos anos, e apresenta hoje um amplo e variado escopo de atuação, com destaque maior para iniciativas como o Barômetro da Corrupção Global (*Global Corruption Barometer* – GCB), criado em 2003. O GCB é a maior pesquisa mundial sobre corrupção a investigar diretamente a população, suas opiniões e experiência com relação à corrupção, tendo entrevistado mais de 100 mil pessoas em 100 países na última rodada da pesquisa

⁶ Para maiores detalhes sobre a organização, acessar: <<http://www.transparency.org/whoweare/organisation>>.

(2010-2011) (RIAÑO, HEINRICH e HODESS, 2010). Outra importante pesquisa conduzida pela Transparência Internacional é o Índice de Pagadores de Propina (*Bribe Payers Index*), que apresenta uma abordagem original e procura investigar a corrupção sob a ótica da oferta. O índice, construído a partir de entrevistas com mais de 3 mil executivos das 28 maiores economias mundiais, reflete a probabilidade percebida de uma empresa de um país oferecer propinas no exterior (HARDOON e HEINRICH, 2011)

A despeito dessas relevantes pesquisas, o CPI ainda é, sem dúvida, o mais relevante produto da TI. O índice é uma “pesquisa de pesquisas”, um índice composto, que parametriza e uniformiza os dados de pesquisas independentes sobre cada um dos países e avalia o grau de percepção da corrupção por parte de seus habitantes e de expertos, atribuindo aos países notas de zero (“absolutamente corrupto”) a dez (“absolutamente íntegro”).

O CPI começou a ser publicado em 1995, composto por 41 países, e desde então ele é disponibilizado anualmente pela Transparência Internacional, totalizando atualmente mais de 150 países, sendo provavelmente o mais conhecido e influente índice de corrupção do mundo. Segundo a TI, o CPI é largamente considerado como responsável pelo aumento da importância do tema corrupção na agenda política internacional.⁷

A partir de 1996, foi estabelecido um comitê técnico-consultivo (*Index Advisory Committee – IAC*), formado por diversos especialistas que atuam voluntariamente, dentre estatísticos, cientistas políticos e sociais e economistas, com a função de prover *expertise* técnica para o aprimoramento e desenvolvimento das técnicas de mensuração da corrupção e governança, além de ter papel consultivo e poder de decisão final sobre a metodologia adotada.

⁷ Fonte: Transparência Internacional, disponível em <http://www.transparency.org/policy_research/surveys_indices/about>. Acesso em: 20 jun. 2012.

Para uma melhor compreensão do que representa e de como é composto o CPI, apresentaremos de forma breve suas fontes de dados, sua metodologia de cálculo e forma de exposição dos resultados, tomando como base o índice referente a 2010.

O CPI de 2010 abarca as pesquisas publicadas entre janeiro de 2009 e setembro de 2010, e utiliza 13 fontes, provenientes de 10 diferentes instituições independentes. Todas essas fontes medem o alcance e extensão da corrupção, em frequência e volume, nos setores públicos e privados, classificando vários países. Dois grupos são responsáveis por essa avaliação: especialistas no país, residentes nele ou não; e líderes empresariais. As fontes utilizadas em 2010 foram as seguintes (Transparency International, 2010a):

Análises de especialistas:

(i) Africa Development Bank – Country Policy and Institutional Assessments 2009 (AFDB, 2009);

(ii) Asian Development Bank – Country Performance Assessment Ratings 2009 (ADB, 2009);

(iii) Bertelsmann Foundation – Bertelsmann Transformation Index (BF, 2009);

(iv) Economist Intelligence Unit – Country Risk Service and Country Forecast 2009 (EIU 2010);

(v) Freedom House – Nations in Transit 2009 (FH, 2010);

(vi) Global Insights, previamente World Markets Research Centre – Country Risk Ratings 2009 (GI, 2010); e

(vii) World Bank – Country Policy and Institutional Assessments for IDA Countries (WB, 2009).

Pesquisas com líderes empresariais locais:

(i) Institute for Management Development – World Competitiveness Report 2009 e 2010 (IMD, 2009; 2010);

(ii) Political and Economic Risk Consultancy, Hong Kong – Asian Intelligence 2009 e 2010 (PERC, 2009; 2010); e

(iii) World Economic Forum – Global Competitiveness Report 2009 e 2010 (WEF, 2009; 2010).

A maior diferença entre os dois tipos de fontes é que os líderes empresariais respondem a *surveys*, pesquisas de opinião, enquanto os especialistas dão uma nota para o desempenho do país. Nem todas as fontes de dados abrangem informações sobre todos os países pesquisados, sendo necessário que um país seja independentemente analisado por um mínimo de três fontes independentes para figurar no índice.

A metodologia de cálculo é dividida em três etapas. Primeiramente, os dados das diferentes pesquisas são padronizados, convertidos para uma mesma escala, por meio da técnica estatística de combinar percentis (*matching percentiles technique*), reduzindo todas as análises, de diferentes distribuições, a uma mesma escala entre 0 e 10, onde 10 significa a menor corrupção percebida. Após essa etapa, é realizada uma beta-transformação (*beta-transformation*) dos resultados padronizados, aumentando o desvio padrão e permitindo maior diferenciação entre os países incluídos. Por fim, é feita uma média simples, por país, de todos os resultados padronizados disponíveis.

Os resultados são então publicados em um relatório com o *ranking* dos países, juntamente com o número de fontes, menor e maior resultado obtido para cada país e o intervalo de confiança, em geral de 90%, estimado pela metodologia não paramétrica de *bootstrapping* (Transparency International, 2010a).

A metodologia do CPI apresenta certas limitações e merece algumas considerações. A primeira observação a ser feita é que o

Índice de Percepção da Corrupção, como o próprio nome sugere, mede a percepção, e não a efetiva prática da corrupção. Assim, a percepção do que é considerado corrupto pode variar de país para país, bem como pode a percepção ser em alguma medida divergente da real incidência do comportamento corrupto, devido à influência de fatores como imprensa mais ou menos livre, campanhas governamentais anticorrupção, escândalos de corrupção, acusações entre governo e oposição ou mesmo a elasticidade do conceito de corrupção para diferentes populações.

Outro ponto que merece registro é que a redução de várias pesquisas com metodologias distintas a uma mesma escala envolve uma “série de decisões metodológicas a respeito da transformação de escalas e do peso atribuído às várias fontes” (SPECK, 2000, p. 20). Treisman (2007) afirma que o processo de agregação e padronização dos dados pode ser problemático, pois cada uma das fontes utiliza questões e metodologias próprias, existindo um *tradeoff* entre precisão e comparabilidade. Como resultado, “céticos podem se perguntar exatamente o que a média está mensurando, e sugerir que selecionar componentes específicos para aplicar a um problema particular faz mais sentido que usar um índice” (TREISMAN, 2007, p. 215).

Ademais, frequentemente a mídia – e alguns pesquisadores – dá maior ênfase à posição no *ranking* do que à nota efetivamente atribuída ao país. Como o número de países integrantes do índice pode variar ano a ano (se um determinado país não apresentar o mínimo de três estudos independentes, por exemplo, não poderá figurar no *ranking*), é possível que a posição no *ranking* varie negativa ou positivamente sem que haja qualquer alteração real em sua nota, ou, em casos extremos, um país pode subir no *ranking* mesmo tendo piorado sua nota.

A falta de melhores alternativas para mensurar objetivamente a corrupção é, de acordo com Treisman (2007) e Speck (2000), uma boa justificativa para a utilização do CPI. Uma se-

gunda razão, bem mais sólida, baseia-se justamente no “problema” metodológico de diversidade e variedade das fontes utilizadas e de seu possível viés ocidental:

Que notas diferentes, produzidas por organizações diferentes, usando diferentes metodologias e até definições de corrupção sutilmente diferentes acabem sendo altamente correlacionadas entre si sugere para alguns que essas diferentes lunetas estão apontadas para um mesmo alvo. [...] Se as avaliações refletissem vieses ocidentais, não se esperaria que as avaliações de especialistas estrangeiros se correlacionassem tão fortemente com pesquisas de opinião dos residentes no país ou de pessoas de negócio trabalhando no país (Treisman, 2007, p. 216, tradução nossa).

Essa noção de que, a despeito de ser uma medida de reputação, construída a partir de outras pesquisas, o CPI parece realmente focar de forma eficiente na corrupção fica ainda mais evidente quando se analisa o nível de correlação entre as diferentes fontes que compõem o CPI 2010. A Tabela 1 ilustra essa proposição. De maneira geral, percebe-se que as avaliações das diferentes instituições tendem a se correlacionar bem, mesmo em alguns casos em que se comparam notas de diferentes tipos de respondentes (analistas e executivos, por exemplo, em IMD 2010 e GI 2010 ou BTI 2009 e PERC 2009 – Transparency International, 2010a). Existem, no entanto, algumas fontes que não se correlacionam bem entre si e mereceriam maior investigação.

O CPI é hoje o mais aceito e relevante índice de corrupção disponível, e, por ser feito anualmente, permite uma análise longitudinal dos dados (SPECK, 2000), além de apresentar notável consistência ao longo dos anos e forte correlação entre as diferentes fontes que compõem o índice (Transparency International, 2010a), bem como com outros índices análogos, o que pode ser resultado de sua metodologia, que ao parametrizar outras pesquisas acaba por diluir o eventual viés de um ou outro estudo.

Tabela 1 – Correlação entre as diferentes fontes componentes do CPI 2010

	EIU 2010	FH 2010	GI 2010	PERC 2009	PERC 2010	ADB 2009	AFDB 2009	BTI 2009	WB 2009	IMD 2009	IMD 2010	WEF 2009	WEF 2010
EIU 2010	1												
FH 2010	0.81*	1											
GI 2010	0.90*	0.89*	1										
PERC 2009	0.94*		0.90*	1									
PERC 2010	0.98*		0.96*	0.96*	1								
ADB 2009	-0.30	0.81	0.39	1.0*	1.0*	1							
AFDB 2009	0.75*		0.51*				1						
BTI 2009	0.81*	0.94*	0.75*	0.78*	0.94*	0.69*	0.74*	1					
WB 2009	0.62*	0.80*	0.66*	0.25	0.96	0.75*	0.83*	0.73*	1				
IMD 2009	0.89*	0.79*	0.91*	0.87*	0.96*			0.70*		1			
IMD 2010	0.85*	0.58	0.87*	0.83*	0.92*			0.65*		0.96*	1		
WEF 2009	0.86*	0.77*	0.89*	0.91*	0.96*	-0.22	0.38	0.68*	0.01	0.94*	0.94*	1	
WEF 2010	0.87*	0.71*	0.87*	0.92*	0.95*	-0.13	0.35	0.64*	0.28	0.95*	0.95*	0.97*	1

Fonte: Transparency International, 2010.

Nota: Nível de significância: * $p < 0.01$.

2.2 WORLD VALUES SURVEY

A segunda fonte de dados fundamental para este trabalho é a Pesquisa Mundial de Valores (do inglês, *World Values Survey* – WVS). Coordenada internacionalmente pelo Professor Ronald Inglehart, da Universidade de Michigan, a WVS pesquisa os valores básicos e as convicções de pessoas em mais de 80 países que abrangem quase 90% da população mundial. Realizada em

média a cada 5 anos, e com nova rodada sendo executada atualmente (com início em 2010 e término previsto para 2012), essa pesquisa já é realizada há quase 30 anos, com o objetivo de alcançar uma base de dados longitudinal que permita não apenas a comparação entre países, mas a comparação entre os valores de um mesmo país em diferentes épocas.

A WVS foi idealizada para testar a hipótese de que o desenvolvimento econômico e tecnológico estava transformando os valores das sociedades industriais. Sua origem remonta ao European Values Study Group (EVS), grupo coordenado pelos professores Jan Kerkhofs e Ruud de Moor em 1981, que conduziu a pesquisa originalmente em 10 países da Europa Ocidental (posteriormente, em razão da atenção despertada, mais 14 países participaram da pesquisa).⁸ O interesse na pesquisa aumentou com o tempo, abrangendo um número crescente de países em cada uma de suas ondas. Ademais, a pesquisa amenizou seu eurocentrismo inicial, com uma estrutura mais descentralizada, permitindo maior participação das centenas de cientistas envolvidos na elaboração, execução e análise dos dados.

As cinco ondas da pesquisa, até agora, foram assim conduzidas: a primeira onda, de 1981, conduzida pela EVS; a segunda, em 1990, conduzida conjuntamente pela EVS e WVS; a terceira, sob a condução da WVS, tomou lugar em 1995; em nova parceria, a WVS e a EVS realizaram a quarta onda, entre 1999 e 2001; e a quinta e última onda completa teve lugar entre 2005 e 2007, sob a responsabilidade da WVS. No Brasil, a quinta onda dessa pesquisa foi coordenada pelo Professor Henrique Carlos de Oliveira de Castro, da Universidade de Brasília.⁹

⁸ Fonte: <http://www.worldvaluessurvey.org/wvs/articles/folder_published/article_base_46>. Acesso em: 20 jun. 2012.

⁹ Fonte: <http://www.worldvaluessurvey.org/articles/folder_published/country_114>. Acesso em: 20 jun. 2012.

A metodologia, com base em amostras nacionais probabilísticas de grande N , consiste basicamente na aplicação de questionários, confeccionados com a colaboração de muitos cientistas de variadas partes do mundo. Os países incluídos na pesquisa abrangem os cinco continentes cobrindo todas as zonas culturais delineadas por Huntington (1997), e englobam um variado espectro político e econômico, de países muito pobres até os mais ricos, e de regimes autoritários a democracias liberais. A WVS proporciona informação importante sobre os valores, crenças e motivações dos cidadãos – importante elemento de mudança social. Para Inglehart (World Values Survey, 2008, p. 2):

Essa nova fonte de evidências tem demonstrado que as crenças das pessoas desempenham um papel fundamental no desenvolvimento econômico, no surgimento e desabrochar das instituições democráticas, no aumento da igualdade de gênero e até que ponto as sociedades tem governos efetivos (tradução nossa).

Os respondentes (mínimo de 1.000 por país) são escolhidos como uma amostra estratificada da população local. Após a aplicação do questionário pela equipe local responsável, diretamente ou por telefone, os resultados são analisados e as conclusões da pesquisa disseminadas por meio de publicações e conferências. Os dados, disponibilizados no sítio da WVS na internet (<www.worldvaluessurvey.org>), já foram acessados por mais de 100 mil pesquisadores e subsidiaram diretamente mais de 1.000 publicações, em 20 idiomas.

A despeito de sua vasta utilização no meio acadêmico, trabalhar com os dados da WVS apresenta alguns desafios e questões não simples. Para Aquino (2011), as principais questões se referem à operacionalização dos conceitos e forma de agregação dos dados.

Primeiramente, a própria interpretação das perguntas pelos entrevistados talvez não seja a mesma em todos os países, e as diferenças observadas podem em alguma medida refletir essa divergência. Por exemplo, é comum que se utilize as res-

postas à pergunta “De modo geral, você diria que se pode confiar na maioria das pessoas ou que cuidado nunca é demais” como medida do grau de confiança em um país – essa foi inclusive a medida usada no trabalho de referência e aqui para a variável confiança interpessoal. Aquino (2009), questionando o fato de o Brasil ter, de acordo com essa medida, o pior capital social do mundo, sugere que pode haver uma falha de comunicação:

Os pesquisadores esperam que a opção “cuidado nunca é demais” seja interpretada como significando é preciso tomar cuidado com as pessoas, pois elas não são confiáveis, mas alguns brasileiros escolhem essa opção de resposta por considerarem que devemos sempre ajudar o próximo, pois nenhum esforço para cuidar das pessoas é excessivo (p. 11-12).

Além da diferente interpretação por parte dos entrevistados, a operacionalização das variáveis por parte dos pesquisadores também pode apresentar divergências, pois os pesquisadores podem utilizar perguntas diferentes para operacionalizar um mesmo conceito, ou as mesmas perguntas para medir conceitos diferentes.

Como exemplo do primeiro caso, Breuer e McDermott (2008) defendem que a confiança interpessoal seria mais bem representada, em alguns casos, pelas respostas à questão “tolerância e respeito pelos outros” como qualidade importante a ser ensinada aos filhos do que a mais comumente usada questão sobre confiar ou não na maioria das pessoas de maneira geral.

Um exemplo do segundo caso, onde as mesmas perguntas são utilizadas de forma distinta pelos pesquisadores, é apresentada por Aquino (2011, p. 2), para quem as questões utilizadas por Catterberg e Moreno (2005) para elaborar um índice de percepção da corrupção são praticamente as mesmas utilizadas por Power e González (2003, p. 56) para criar um índice de orientação cívica.

Esse tipo de divergência é bastante natural, se considerarmos que o agregado de todas as ondas da WVS apresenta quase mil diferentes indicadores (nem sempre replicados em todos os países e todas as ondas), que várias perguntas abordam uma mesma questão sob diferentes pontos de vista e que a escolha sobre que perguntas melhor operacionalizam um conceito é, em alguma medida, subjetiva.

Uma das estratégias utilizadas aqui para evitar a operacionalização de um conceito de forma ineficiente e a duplicação teórica foi selecionar, além das variáveis e índices compostos simples utilizados por Power e González, também os agregados culturais mais importantes da WVS (os índices de pós-materialismo a autonomia e os eixos de valores de sobrevivência e autoexpressão e de valores tradicionais e racionais), pois eles englobam, em uma escala simples, toda uma dimensão cultural.

A despeito de eventuais críticas, a WVS é uma das maiores e mais respeitadas pesquisas científicas na área de valores, e a utilização de sua base de dados parece adequada para subsidiar a nossa pesquisa comparada transnacional.

2.3 VARIÁVEIS INDEPENDENTES

Apresentamos, a seguir, as variáveis independentes utilizadas neste trabalho. Para melhor replicar a metodologia de Power e González, buscamos sempre que possível utilizar as mesmas variáveis e fontes, atualizadas, como forma de assegurar a comparabilidade.

Essas variáveis são basicamente de ordem cultural, embora existam algumas de natureza econômica e política que atuam como variáveis de controle. Ademais das variáveis escolhidas no trabalho de referência, adicionamos aqui uma gama maior de indicadores, o que permitiu expandir as hipóteses originalmente testadas.

Além da variável dependente (o Índice de Percepção de Corrupção da Transparência Internacional), Power e González adotaram em sua pesquisa um indicador alternativo de corrupção (percepção de corrupção da WVS de 1995-1997), sete variáveis culturais: confiança interpessoal; orientações não cívicas; tolerância ao suborno; porcentagem protestante; porcentagem católica; porcentagem islâmica; e mulheres em todos os níveis de governo.

Outras quatro variáveis, econômicas e políticas, foram acrescentadas como ferramentas de controle estatístico: PIB *per capita*; desigualdade de renda; democracia política; e liberdade de imprensa. Nesse trabalho, acrescentamos as seguintes variáveis: valor ao mérito; importância da família e do trabalho; apego às tradições; respeito à autoridade; grau de autonomia; e grau de pós-materialismo, além dos dois eixos principais da WVS que compõem o mapa cultural global: os valores de sobrevivência/autoexpressão e os valores tradicionais/seculares-rationais.

2.3.1 Índice alternativo de corrupção

Para conferir a validade da variável dependente CPI, os autores utilizaram a pergunta da WVS 1995 “Em sua opinião, quão disseminada em seu país é a prática do suborno e da corrupção?”. As respostas do questionário variavam de 1 a 4, onde 1 significava “praticamente nenhuma autoridade de meu país está envolvida com corrupção”, 2 correspondia a “algumas poucas”, 3 “a maioria” e 4 “praticamente todas as autoridades de meu país estão envolvidas com corrupção”.

Infelizmente, essa pergunta, que avalia a percepção local popular de corrupção e foi considerada a mais diretamente relacionada à variável dependente corrupção (POWER e GONZÁLEZ, 2003, p. 57), não foi replicada nas ondas seguintes da *World Values Survey*, o que impossibilitou a sua utilização. Numa tentativa de também buscar ancorar o Índice de Percepção da Corrupção

à WVS, optamos por utilizar outra pergunta, presente em ambas as ondas: “Você acha que a maioria das pessoas levaria vantagem em cima de você se tivesse a chance, ou tentaria ser justa?”.

Reconhecemos, porém, que essa pergunta não é tão claramente comparável à percepção de corrupção como medida pela Transparência Internacional, podendo ser interpretada também como uma medida de confiança interpessoal.

Para contornar essa questão, e buscando aferir a validade e a força da variável dependente, utilizamos como parâmetro de referência os dados de Controle da Corrupção (*Control of Corruption*) disponibilizados pelo projeto do Banco Mundial: Indicadores Globais de Governança (*Worldwide Governance Indicators – WGI*), que divulga indicadores de governança individuais e agregados para 213 economias mundiais, ao longo do período de 1996 a 2010 (KAUFMANN, KRAAY e MASTRUZZI, 2010).

O WGI é produzido por Daniel Kauffman, Aart Kraay e Massimo Mastruzzi (2010) e engloba seis diferentes dimensões de governança: efetividade governamental; respeito às leis; qualidade regulatória; estabilidade política; prestação de contas; e controle de corrupção (este último costuma, em homenagem aos seus autores, ser denominado também de índice KKM de corrupção). Esses indicadores são construídos tomando como base centenas de variáveis disponibilizadas por 31 diferentes fontes. A metodologia estatística usada para agregar essas variáveis em seis indicadores é o Modelo de Componentes Não Observados (*Unobserved Components Model – UCM*), que: 1 – padroniza os dados das diferentes fontes de forma a torná-las comparáveis; 2 – constrói um indicador agregado por meio da média ponderada; e 3 – constrói margens de erro que refletem a imprecisão inerente às medições de governança (*idem*, p. 2).

O índice KKM de corrupção procura medir até que ponto o poder público é exercido visando o ganho privado (incluindo

tanto as grandes manifestações de corrupção quanto as menores, além da captura do Estado por elites e grupos de interesse). A estimativa varia de aproximadamente -2,5 (desempenho fraco) a 2,5 (desempenho forte). De forma a facilitar a análise dos dados, esses valores foram invertidos, para que números mais altos reflitam desempenhos piores.

2.3.2 Confiança Interpessoal

A WVS é provavelmente a mais abrangente fonte para avaliar a confiança interpessoal no mundo, e a medida aqui adotada foi a porcentagem de pessoas que responderam “sim” à pergunta da WVS “De modo geral, você diria que se pode confiar na maioria das pessoas ou que cuidado nunca é demais?”.

2.3.3 Orientações não cívicas

Para compor a variável “orientações não cívicas”, Power e González utilizaram um índice simples aditivo de quatro questões, de forma análoga à empregada por Newton (1999), como índice de moralidade, e por Norris (1999) como medida de obediência às leis.

A pergunta escolhida foi “Por favor, diga, para cada uma das seguintes afirmações, se você acredita que o cenário mencionado pode ser sempre justificado, nunca pode ser justificado, ou em alguma medida usando esta escala” de 1 para menos e 10 para mais justificável. Os quatro cenários que juntos compõem o “índice de moralidade” da WVS 1995, que pode assim variar de 4 a 40, foram:

- (i) Requisitar benefícios do governo para os quais você não está habilitado;
- (ii) Evitar a tarifa nos transportes públicos;
- (iii) Sonegar impostos se você tiver a chance e;

- (iv) Comprar algo que você sabe que é roubado.

Infelizmente, a última pergunta, sobre quão justificável seria comprar bens roubados, não foi replicada nas ondas posteriores da WVS. O índice de moralidade utilizado para compor a variável de orientações não cívicas da WVS 2005, portanto, agrega apenas as outras três questões, variando assim de 3 a 30.

2.3.4 Tolerância ao suborno

A tolerância ao suborno foi examinada por meio da questão “alguém aceitar suborno no exercício de suas obrigações é:”, onde a resposta varia de 1 para menos justificável a 10, mais justificável.

2.3.5 Religião

As variáveis independentes concernentes às filiações religiosas protestantes, católicas e islâmicas foram estimadas com base nos dados publicados pela CIA no World Factbook (Central Intelligence Agency, 2000; 2010).

2.3.6 Democracia política e liberdade de imprensa

As variáveis “Democracia Política” e “Liberdade de Imprensa” foram instrumentalizadas com dados da Freedom House (2011a; 2011b). O índice da Freedom House para liberdade de imprensa contempla “leis e regulamentos que influenciam o conteúdo da imprensa”, “ações repressivas” adotadas pelo governo, “influência política sobre o conteúdo da mídia” e a “influência econômica sobre o conteúdo da mídia”. O índice foi invertido, para que 100 significasse maior liberdade, e 0, menor liberdade de imprensa.

Para operacionalizar a variável “Democracia Política”, somamos os valores atribuídos tanto aos direitos políticos quanto

às liberdades civis, num índice que varia de 2 (mais autoritário) a 14 (menos autoritário).

2.3.7 Participação de mulheres no governo

A participação de mulheres no governo foi medida utilizando dados da Organização das Nações Unidas, divulgados no Relatório sobre Desenvolvimento Humano (*Human Development Report* – HDR) (United Nations, 1999; 2011). Infelizmente, os dados sobre participação da mulher em todos os níveis de governo, com a subdivisão entre nível ministerial e subministerial, só foi disponibilizada pela ONU até 2003. A partir de 2004, os dados do HDR não mais trouxeram esse agregador.

Optamos, ante essa limitação, por utilizar os dados referentes à proporção de mulheres no governo em nível ministerial, uma vez que esses dados estão disponíveis para os dois períodos de interesse e são bastante comparáveis, como veremos no capítulo seguinte.

2.3.8 PIB *per capita* e coeficiente de Gini

O Produto Interno Bruto Real *per capita* (Paridade Poder de Compra) foi também apurado nos HDR da ONU (United Nations, 1999; 2011), que por sua vez reporta dados do Banco Mundial.

A medida escolhida para representar a desigualdade de renda foi o coeficiente de Gini, utilizado para mensurar as diferentes distribuições de renda internacionais, com dados do Banco Mundial.

2.3.9 Mérito

Como medida da importância dada ao mérito como valor, utilizamos uma questão da WVS em que o entrevistado deveria escolher um valor no espectro entre 1 e 10, onde 1 significava

concordar totalmente com a ideia de que “no longo prazo, trabalhar duro geralmente traz uma vida melhor” e 10 implicaria acreditar que “o trabalho duro geralmente não traz sucesso – é mais uma questão de sorte e contatos”. Os valores foram invertidos para facilitar a análise dos dados.

2.3.10 Trabalho

Para uma medida da importância dada ao trabalho, utilizamos as respostas à questão da WVS “qual a importância do trabalho na sua vida”. As respostas possíveis eram 1 – muito importante; 2 – razoavelmente importante; 3 – não muito importante; e 4 – nada importante. Mais uma vez, os valores foram invertidos, com os valores mais altos denotando maior importância dada ao trabalho.

A despeito de as respostas ao questionamento serem categóricas e não numéricas, os dados aqui foram tratados como uma escala – uma vez que apresentam uma clara gradação – e usados para compor uma média ponderada por país. O mesmo procedimento foi adotado para a variável de importância da família que usa a mesma estrutura de pergunta na WVS.

Alternativamente, escolhemos também outra pergunta da WVS como medida de importância do trabalho em oposição ao lazer. Os entrevistados foram convidados a responder, em uma escala de 1 a 5, sobre o trabalho comparado ao lazer, onde 1 significava “é o lazer que faz a vida valer a pena, não o trabalho”, e 5 “é o trabalho que faz a vida valer a pena, não o lazer”.

2.3.11 Família

A pergunta da WVS escolhida para operacionalizar a significância da família foi “qual a importância da família na sua vida”. A estrutura das respostas era a mesma da pergunta sobre traba-

lho, e igualmente os valores foram invertidos, para que os valores mais baixos representassem menos importância, e os mais elevados, maior importância.

2.3.12 Tradição

Na tentativa de mensurar o respeito às tradições como um valor, utilizamos a pergunta da WVS que compara novas e velhas ideias em uma escala, onde 1 representa “ideias que resistiram ao teste do tempo são superiores” e 10 “novas ideias geralmente são melhores que velhas”. Invertemos os índices para uma melhor análise.

2.3.13 Autoridade

Em uma pergunta sobre mudanças no futuro, os entrevistados foram indagados quanto a sua posição sobre um “maior respeito à autoridade”. Adotamos a porcentagem dos que responderam que essa seria uma boa e bem-vinda mudança como medida do respeito à autoridade como valor.

2.3.14 Materialismo/pós-materialismo

A fonte escolhida para aferir o grau de materialismo das sociedades foi, obviamente, o índice de pós-materialismo de Inglehart. O referido índice é um agregado unidimensional, que varia de 0 (materialista) a 5 (pós-materialista). Sua composição foi feita a partir das prioridades reveladas pelos entrevistados para 12 temas na WVS, desde manter a ordem e o crescimento econômico até proteger a liberdade de expressão e tornar as cidades mais bonitas.

2.3.15 Autonomia

Para uma medida do grau de autonomia, utilizamos o índice de autonomia, agregado obtido por meio de 4 variáveis da WVS, que varia em um espectro de -2 (ênfase em obediência e fé religiosa) a 2 (ênfase em determinação, perseverança e independência).

2.3.16 Valores tradicionais a secular-rationais e de sobrevivência a autoexpressão

Como indicador da posição dos países nas escalas de valores tradicionais a secular-rationais e de sobrevivência a autoexpressão, usamos os dados da WVS.¹⁰ Valores tradicionais enfatizam, dentre outras questões, a importância de Deus, da autoridade e da religião. Valores secular-rationais enfatizam o oposto. Valores de sobrevivência dão prioridade aos aspectos de segurança física e econômica, intolerância e desconfiança generalizada, enquanto valores de expressão destacam o contrário (INGLEHART e BAKER, 2000, p. 24).

2.4 METODOLOGIA: SELECIONANDO AS VARIÁVEIS E ESTRUTURANDO A BASE DE DADOS

A nossa abordagem metodológica, conforme já delimitamos, busca replicar a solução adotada por Power e González. Nesta seção, detalharemos primeiramente a questão da seleção de nossos dados, demarcando o recorte temporal adotado, e em seguida abordaremos de forma breve os procedimentos operacionais empregados para estruturar a nossa base de dados. O objetivo dessa seção é enfatizar os procedimentos adotados para a melhor comunicação

¹⁰ Os dados referentes aos dois eixos valorativos estão disponíveis em: <http://www.worldvaluessurvey.org/wvs/articles/folder_published/article_base_54/files/ValueScores_5_waves.doc>. Acesso em: 20 jun. 2012.

com o trabalho de referência, além de facilitar o trabalho de futuros pesquisadores que desejem replicar o presente trabalho.

Com relação às variáveis adotadas, como visto acima, optamos por utilizar, sempre que possível, exatamente as mesmas fontes e procedimentos do trabalho de referência. Essa replicação se justifica por razões de maior comparabilidade dos dados, permitindo aberto diálogo com uma pesquisa já consolidada. Nos casos em que isso não se mostrou possível (as perguntas sobre a razoabilidade de comprar bens sabidamente roubados e a percepção da disseminação da corrupção não foram replicadas nas últimas ondas da WVS, e os dados sobre participação feminina em todos os níveis de governo também inexitem nos dados mais recentes), procedemos a alterações pontuais, substituindo as lacunas pelos dados mais próximos disponíveis, teórica e estatisticamente. Além de todas as variáveis do trabalho de referência, atualizadas com novos dados, mais completos e abrangentes, outras variáveis culturais e alternativas de corrupção foram também instrumentalizadas.

2.4.1 Recorte temporal de análise

Ressaltamos que Power e González utilizam os dados do CPI de 2000, que abrange 79 países, e que os demais dados referentes à filiação religiosa, renda, liberdades civis e políticas também são referentes ao ano 2000. Para estruturar as demais variáveis culturais, os autores utilizaram os dados da terceira onda da WVS (1995-1997), com 53 sociedades. Destacamos que, embora publicado em 2003, os autores não utilizaram os dados da quarta onda da WVS (1999-2001), pois os seus resultados ainda não haviam sido divulgados.

Atualmente, nos encontramos em situação análoga, pois a sexta rodada de pesquisas da *World Values Survey* (2010-2012) se encontra em progresso. Assim, para preservar a maior comparabi-

lidade entre as pesquisas, e mantendo o paralelismo, adotamos o intervalo de 10 anos entre os dados comparados. Portanto, utilizamos aqui o CPI 2010, que contempla 178 países, bem como a quinta onda da WVS (2005-2008), que pesquisou 54 países (e, subsidiariamente, dados da quarta onda, o que aumentou nossa amostra para até 67 países) Os demais dados também se referem a 2010.

Ficamos assim com dois períodos básicos de análise: um referente aos dados do trabalho de referência: T1, que contempla a WVS 1995-97 e os demais dados de 2000; e T2, para os dados mais recentes acrescentados aqui, com a quinta onda da WVS (2005-2008) e demais dados de 2010.

Como se percebe, a replicação da metodologia, que já seria justificável com a simples atualização dos dados existentes, apresenta um ganho de robustez estatística significativo proporcionado pelo aumento no número de países componentes da análise, conferindo uma dimensão ainda mais relevante ao estudo, principalmente se levarmos em consideração que além de mais dados para as variáveis originais, acrescentamos ainda novas variáveis e possibilidades de análise.

2.4.2 Construção do banco de dados

Para a confecção de nosso banco de dados, utilizamos o *software* estatístico IBM® SPSS® Statistics, versão 19.0.0. Os dados culturais da WVS foram operacionalizados a partir do arquivo oficial de agregação das cinco ondas da WVS (1981-2005) (*World Values Survey*, 2009). Diferentemente das demais dimensões, como PIB *per capita* ou o próprio CPI, os dados da WVS não estão estruturados tendo os países como casos, mas sim os entrevistados. Nossa primeira ação foi, portanto, reduzir os mais de 257 mil casos da WVS a um *score*, por país, por variável, por meio da média ponderada. Esse procedimento, também adotado por Power e González, é considerado por Inglehart e Welzel (2010, p. 552) como “justificável tanto no campo teórico quanto metodológico”.

Utilizamos, primariamente, os dados da quinta onda da WVS, e os dados da quarta onda de forma subsidiária.¹¹ A partir dessas médias, construímos um novo banco de dados, bem mais conciso ($N=249$) incorporando as demais variáveis para os nossos dois recortes temporais.

No capítulo seguinte, descrevemos a análise desses dados, de forma a replicar cada um dos modelos e correlações usados por Power e González, além de outras possibilidades aqui propostas, com o objetivo de testar, empiricamente, as nossas hipóteses de trabalho.

3 ANÁLISE DOS DADOS

Neste capítulo apresentamos a análise dos dados, estruturada, como no trabalho de referência, em quatro etapas de crescente complexidade.

A primeira etapa consiste em analisar se a nossa variável dependente – o CPI divulgado pela Transparência Internacional – é um bom *proxy* para a corrupção. Para tanto, replicamos o teste de correlação com a variável criada a partir da pergunta da WVS “Até que ponto você acha que é comum, no seu país, a prática de suborno e a corrupção”, que atingiu um grau considerável no trabalho de referência. Além desse teste, analisamos como o CPI se sai quando comparado a outros dois índices de corrupção apontados como influentes por Treisman (2007): o indicador de avaliação do controle da corrupção, compilado por Kaufmann, Kraay e Mastruzzi (KKM), publicado pelo Banco Mundial, o *Global Corruption Barometer* (GCB), Barômetro da Corrupção Global, outro produto da Transparência Internacional, baseado não na percepção abstrata mas na experiência pessoal dos entrevis-

¹¹ Atendemos, nesse particular, a sugestão dada pelo Professor Timothy Power, por comunicação eletrônica.

tados. Por fim, confrontaremos o CPI com o *Bribe Payers Index* (BPI), também da TI, que analisa a corrupção sob o ponto de vista da oferta, tendo como público alvo os executivos.

No segundo passo, realizamos um exame preliminar de correlações bivariadas entre a variável dependente e as variáveis independentes (culturais) e de controle (condições econômicas e políticas).

A terceira etapa consiste em análises multivariadas, nas quais buscamos isolar os efeitos da cultura sobre a corrupção por meio do controle das variáveis político-econômicas. Power e González encontraram desafios nessa fase, principalmente para os indicadores de religião, pois “o número pequeno de casos combinado com a relativamente grande lista de variáveis independentes causou volatilidade nos modelos” (2003, p. 60). Buscando “trocar complexidade teórica inatingível por vantagem estatística alcançável” (*idem*, p.60), seguimos o exemplo dos autores e eliminamos algumas variáveis (com menor significância estatística ou possibilidade de duplicação teórica) dos modelos subsequentes.

Na quarta e última fase analítica, analisamos em conjunto as variáveis culturais que apresentaram melhor desempenho e poder explicativo isoladamente na fase anterior, em várias regressões lineares com as diferentes combinações possíveis entre elas, em modelos um pouco mais complexos e robustos.

A apresentação de cada uma dessas quatro etapas seguirá o mesmo padrão: primeiramente, apresentamos os resultados obtidos com os novos e mais abrangentes dados para as variáveis originais, contrastando os resultados com os alcançados por Power e González. Na sequência, exploramos as variáveis aqui introduzidas e não analisadas no trabalho de referência, seguindo a mesma estrutura metodológica.

Acreditamos que, com essa metodologia, será possível estabelecer um paralelo construtivo com a pesquisa anterior, acrescentando não apenas dados mais abrangentes e atualizados, mas novas variáveis e perspectivas de análise, o que permi-

tirá confrontar, comparar e subsidiar os achados e contribuirá para o desenvolvimento de uma base empírica sólida e cumulativa sobre as relações entre cultura e corrupção.

3.1 QUÃO CONFIÁVEL É A VARIÁVEL DEPENDENTE?

Como visto anteriormente, a percepção importa. Ainda que dissociada da realidade, a percepção de um fato, em si mesma, influencia a tomada de decisão de forma muitas vezes decisiva (TREISMAN, 2007; MAURO, 2002). Um indicador como o Índice de Percepção da Corrupção, de acordo com essa linha de argumentação, é relevante e merece detida análise, ainda que não reflita de forma eficiente a real incidência de transações corruptas.

Nada obstante, entendemos ser de crucial importância investigar, preliminarmente, a precisão e confiabilidade de nossa variável dependente, uma vez que esses atributos influenciam diretamente a força de nossas análises e conclusões. Assim, nosso primeiro passo na análise dos resultados foi buscar aferir a validade do Índice de Percepção da Corrupção, medido pela Transparência Internacional. Como assinalado anteriormente, o índice mede a percepção – e não a prática real – do fenômeno corrupto.

Esse fato, por si, suscita o primeiro grande questionamento quanto à precisão e confiabilidade da corrupção percebida como uma razoável medida da corrupção efetiva. Treisman (2007) enumera algumas dessas críticas, com especial ênfase nas diferentes interpretações que as populações dos diversos países podem ter a respeito do que é considerado ou não corrupção e na alteração que a cobertura midiática pode causar a essas percepções. Além disso, o fato de a maioria dos especialistas e homens de negócios entrevistados pertencer a países ocidentais desenvolvidos traz a esse tipo de estudo um risco não desprezível de viés ideológico.

O segundo ponto mais criticado na composição de um índice de percepção de corrupção como o da Transparência Internacio-

nal reside na metodologia utilizada para parametrizar e agregar, em um único índice, diferentes resultados de várias pesquisas:

Alguns argumentam que as fontes individuais utilizadas [...] estão medindo coisas diferentes, o que torna essa agregação problemática. Algumas fontes são avaliações de especialistas ocidentais; outras são pesquisas de opinião de homens de negócios ou habitantes do país. Algumas pesquisas questionam quanto à frequência das propinas, outras quanto ao seu tamanho, outras quanto à carga imposta à economia ou sobre a gravidade relativa do problema. Algumas focam na corrupção dos baixos escalões administrativos; outras parecem cobrir também desvios éticos políticos. Alguns tem abrangência regional restrita, e outras são de âmbito mundial (TREISMAN, 2007, p. 215, tradução nossa).

As respostas a essas críticas já foram preliminarmente abordadas no segundo capítulo. Em resumo, o uso desses índices se justificaria pela falta de melhores alternativas, em razão da própria natureza do fenômeno, considerando que outras formas mais exatas e objetivas de mensuração – tais como denúncia na imprensa ou condenações criminais – também podem ser afetadas por outros fatores (liberdade de imprensa, eficiência policial e da justiça etc.).

Ademais, conforme demonstrado anteriormente na Tabela 1, as diversas fontes utilizadas na confecção do CPI, a despeito de suas diferenças metodológicas e de serem ou não produzidas por organizações ocidentais, revelaram forte correlação, o que demonstra grande coerência interna e permite inferir que, mesmo se valendo de diferentes abordagens, todas apontam de forma consistente para o mesmo fenômeno, e que, se algum viés existia, ele acaba diluído e atenuado no processo de agregação.

Se é certo que as diversas pesquisas componentes do CPI lhe asseguram coerência interna, um segundo passo para aferir a sua validade é testar a sua comparabilidade com outras medidas internacionais de corrupção. Essa análise foi dividida em quatro etapas: primeiramente, buscamos alicerçar o CPI na nossa principal fonte de dados sobre cultura, a World Values Survey. O próximo passo foi verificar a sua comparabilidade ante outro proe-

minente produto da Transparência Internacional: o Barômetro da Corrupção Global. Em seguida, usamos como parâmetro o Bribe Payers Index, um terceiro influente índice da TI. Por fim, comparamos o CPI a outro renomado índice internacional sobre a corrupção: o índice de Controle de Corrupção, integrante do projeto sobre indicadores globais de governança do Banco Mundial (índice KKZ). Os detalhes sobre essa abrangente e multifacetada análise preliminar sobre a validade do CPI seguem abaixo.

3.1.1 Correlações do CPI com medidas de corrupção da WVS

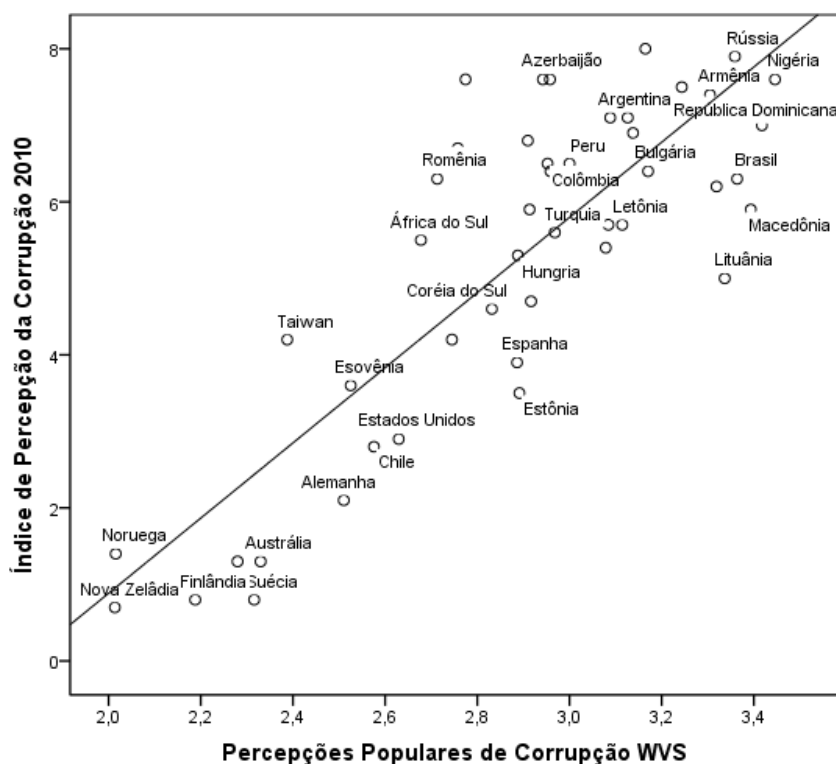
Power e González enfrentaram a questão da confiabilidade e pertinência da variável dependente correlacionando o CPI 2000 com a pergunta da WVS 1995 “Em sua opinião, quão disseminada em seu país é a prática do suborno e da corrupção?”, feita em 36 países também integrantes da pesquisa da Transparência Internacional. Os resultados demonstraram uma extraordinária correlação entre essas duas fontes independentes ($r=0,87$, $p<0,001$, $N=36$), denotando que as percepções internas das populações, conforme aferidas pela WVS, guardavam notória correlação com a percepção externa, dos especialistas, de acordo com a TI. Concluíram os autores:

Dessa forma, ao ancorar o índice da TI em dados válidos, confiáveis e amplamente comparáveis do WVS, podemos confiar que o CPI não apresenta as excentricidades ou vieses de uma determinada organização de pesquisa, nem tampouco as especulações levianas dos assinantes da *The Economist*, mas sim que corresponde em alto grau à opinião do público nos países envolvidos. (2003, p. 58)

O procedimento óbvio aqui seria replicar esse teste de correlação com os valores atualizados da WVS 2005 e da CPI 2010. Conforme explanado anteriormente, tal comparação não foi possível, uma vez que essa pergunta da WVS 1995 não foi repetida nas ondas seguintes da pesquisa. A comparação entre

o CPI 2010 e essa mesma questão da WVS 1995, apresentada no Gráfico 1 mostrou resultados semelhantes aos do trabalho de referência, com um aumento considerável da base de análise e manutenção do alto grau de correlação ($r=0,84$, $p<0,001$, $N=50$). Embora os resultados sejam positivos, consistentes e coerentes com a teoria, e se possa argumentar que valores socialmente compartilhados não costumam se alterar substancialmente em um curto intervalo de tempo, admitimos que o longo espaço temporal (diferença de até 15 anos) entre as duas bases de dados enfraquece de certa forma a validade da análise.

Gráfico 1 – Percepções internas e externas de Corrupção

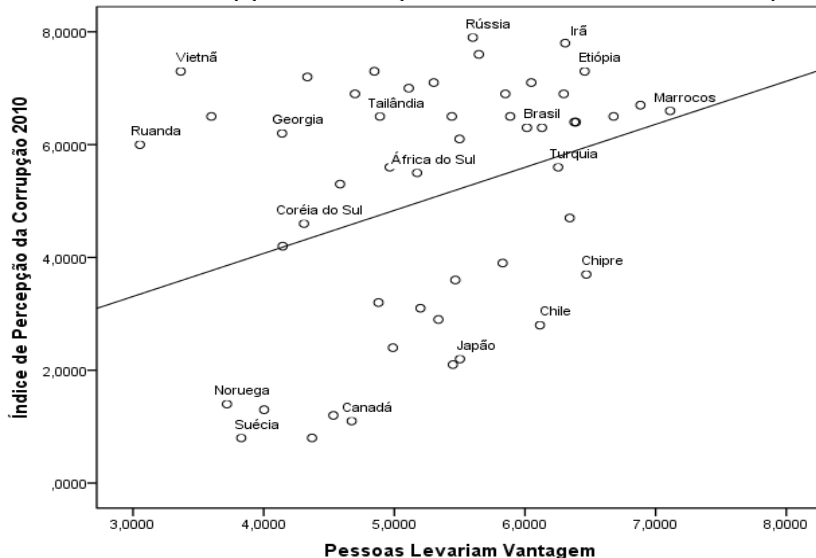


Fontes: Transparency International (2010); World Values Survey (2009)

Contudo, tentando também ancorar a variável dependente à WVS, buscamos dentre as questões da pesquisa alguma que, embora não específica, pudesse ser usada como um *proxy* para a corrupção. Optamos por investigar a correlação entre o CPI 2010 e as respostas dos entrevistados à seguinte pergunta da WVS 2005: “Você acha que a maioria das pessoas levaria vantagem em cima de você se tivesse a chance, ou tentaria ser justa?”. Os resultados (Gráfico 2) mostraram a relação esperada, ou seja, quanto maior a percepção de que a maioria agiria de forma a obter vantagens sobre si, maior também a corrupção percebida.

O grau de correlação observado foi significativo ($r=0,338$, $p<0,05$, $N=54$), mas bem menor do que o encontrado quando correlacionamos os índices de percepção da corrupção de 2000 e 2010 com a pergunta sobre disseminação da corrupção da WVS 1995. Acreditamos que a diferença de desempenho observada se deva ao fato de essa pergunta não remeter tão diretamente à corrupção quanto a disponível na WVS 1995, podendo ser interpretada também como uma medida de confiança interpessoal

Gráfico 2 – Corrupção e confiança na honestidade da maioria das pessoas



Fontes: Transparency International (2010); World Values Survey (2009)

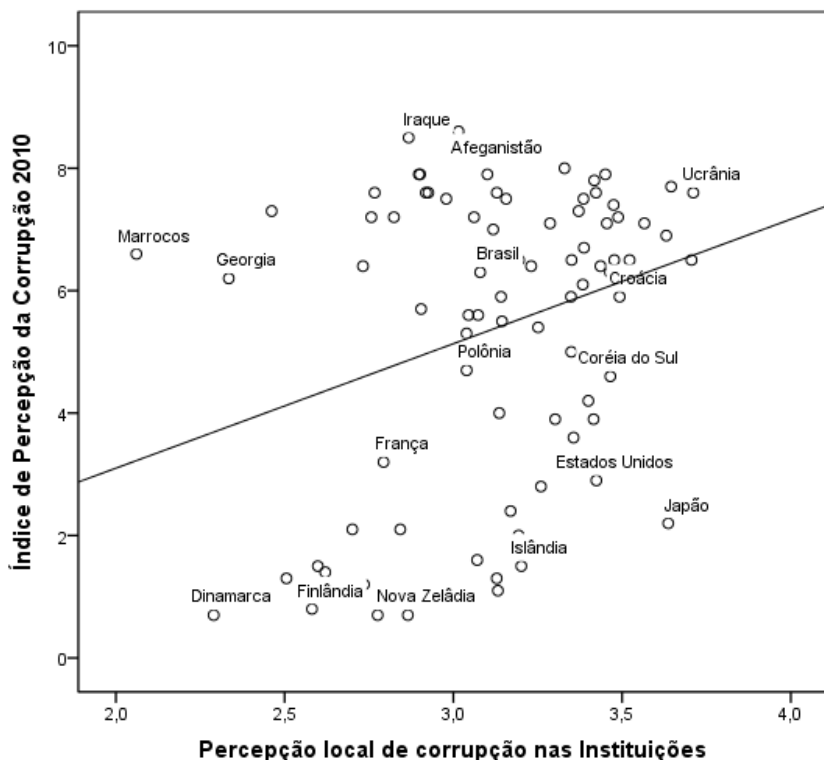
3.1.2 CPI e o Barômetro da Corrupção Global

A segunda etapa dessa análise preliminar consiste na análise da relação entre o CPI e o Barômetro da Corrupção Global, também produzido pela Transparência Internacional. Como destacado antes, o GCB tem uma metodologia bastante diversa do CPI. Enquanto este é elaborado com base em percepções de especialistas (locais ou não), aquele tem como matriz as percepções e experiência da população local, diretamente entrevistada.

O Barômetro de 2010 pesquisou junto aos respondentes o grau de confiança em várias instituições-chave da sociedade, tanto da esfera pública (judiciário, parlamento, polícia) quanto da privada (instituições religiosas, imprensa, organizações não governamentais). As respostas para cada instituição variavam de 1 para totalmente limpo a 5 para completamente corrupto. A média das cinco avaliações referentes às instituições públicas foi usada como medida de corrupção nas instituições e confrontada com o CPI 2010.

As percepções do público leigo, como esperado, não refletiram perfeitamente as dos especialistas. Em alguns países, como Islândia, Japão e Estados Unidos, a percepção local é mais negativa que a dos especialistas, e em outros, como Iraque, Marrocos e Afeganistão, a corrupção é vista como mais contundente pelos estudiosos e empresários que pelos habitantes locais. (RIAÑO; HEINRICH; HODESS, 2010). Ainda assim, como se observa no Gráfico 3, há um claro alinhamento entre as percepções leigas, locais, e a dos expertos e homens de negócios ($r=0,612$, $p>0,01$).

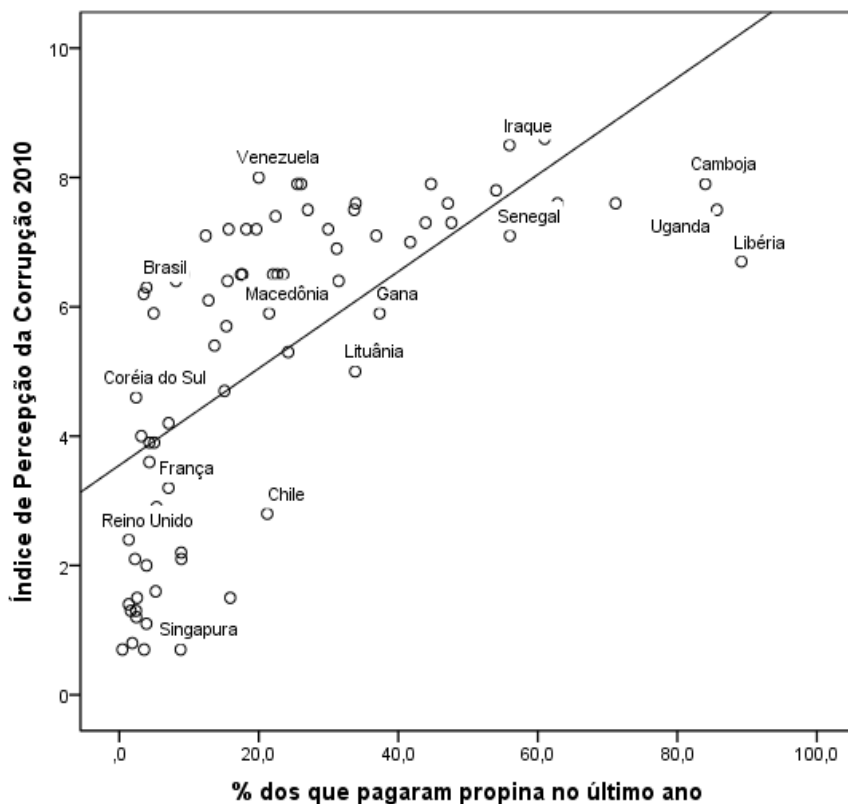
Gráfico 3 – Percepções de especialistas e leigos sobre corrupção



Fontes: Transparency International (2010); Riaño, Heinrich e Hodess, 2010).

O GCB 2010 buscou informações não apenas sobre a percepção local, mas também sobre a experiência da população com a corrupção. Especificamente, perguntou-se aos entrevistados se eles tiveram que pagar alguma propina no último ano para receber o tratamento adequado em pelo menos um dentre nove diferentes prestadores de serviço (saúde, educação, judiciário, polícia, registros e licenças, impostos, etc.). Segundo Riaño, Heinrich e Hoddes (p. 21), esse estudo da “pequena” corrupção cotidiana permite, com maior apuro, analisar quão próximas da efetiva prática da transação corrupta são as percepções dos especialistas, e os resultados apontam para uma forte e significativa relação ($r=0,66$, $p>0,01$), conforme demonstra o Gráfico 4.

Gráfico 4 – CPI 2010 e porcentagem de pagadores de propina



Fontes: Transparency International (2010); Riaño, Heinrich e Hodess, 2010).

3.1.3 CPI e o Bribe Payers Index

Completando a tríade dos mais proeminentes projetos da Transparência Internacional, o Bribe Payers Index, ou índice dos pagadores de propina, também é uma medida de percepção da corrupção, mas sob a lógica da oferta. O público alvo da pesquisa são os empresários, e a intenção é apurar a propensão percebida de uma empresa de determinado país pagar propinas em suas operações no exterior. Hardoon e Heinrich (2011) afirmam que:

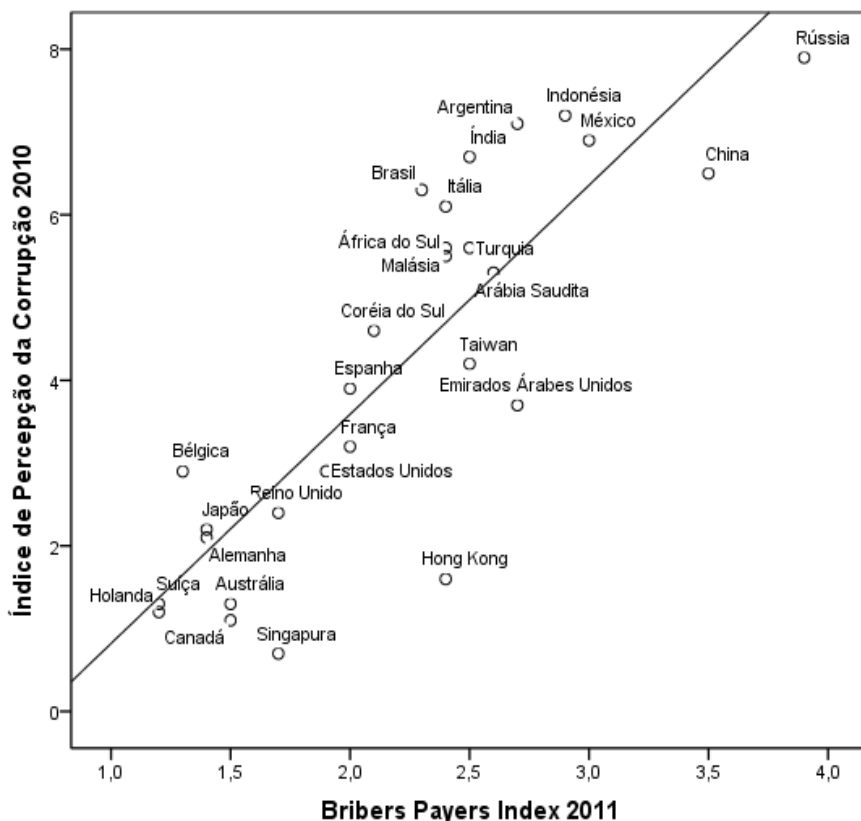
O pagamento de suborno por estrangeiros tem efeitos adversos significativos sobre bem-estar público ao redor do mundo. Ele distorce a justiça do processo de contratação, diminui a qualidade dos serviços públicos básicos, limita as oportunidades de desenvolvimento de um setor privado competitivo e mina a confiança nas instituições públicas. A prática do suborno também cria instabilidade para as próprias sociedades e apresenta riscos de reputação e financeiros cada vez maiores (p. 4, tradução nossa).

O número de países pesquisados é bem mais restrito que os das outras medidas de corrupção citadas – apenas 28 em 2011 –, mas o critério de seleção obedece à importância econômica e torna essa pequena amostra sobretudo representativa. Assim, todos os países do G20 integram a lista, e, juntos, os 28 países e territórios analisados respondem por mais de 78% do total global de exportações e investimentos estrangeiros diretos (*idem*, p. 31).

O índice varia, como o CPI, de 0 a 10, com zero representando que as empresas daquele país sempre oferecem suborno em suas atividades no exterior, e 10 corresponde à noção de que elas jamais pagam propina. Para facilitar a análise, esse índice também foi invertido.

A ligação entre a percepção de corrupção interna de um país e a propensão de empresas desse país praticarem transações corruptas no exterior fica evidente ao se analisar o Gráfico 5. A grande correlação ($r=0,842$, $N=28$, $p<0,01$) entre as medidas de percepção sugere que o comportamento das empresas em suas atividades no exterior reflete amplamente o ambiente doméstico, e a principal forma de combate a essas atividades corruptas em outros países seria promover mudanças internas e “dar o exemplo” (HARDOON e HEINRICH, 2001, p. 8).

Gráfico 5 – Percepções de corrupção e pagamento de suborno no exterior



Fontes: Transparency international (2010); World Values Survey (2009)

Nota: Assim como o CPI 2010, As notas do BPI 2011 também foram invertidas, e os resultados, que variavam de 6,1 (Rússia) a 8,8 (Holanda) passaram a variar entre 1,2 e 3,9.

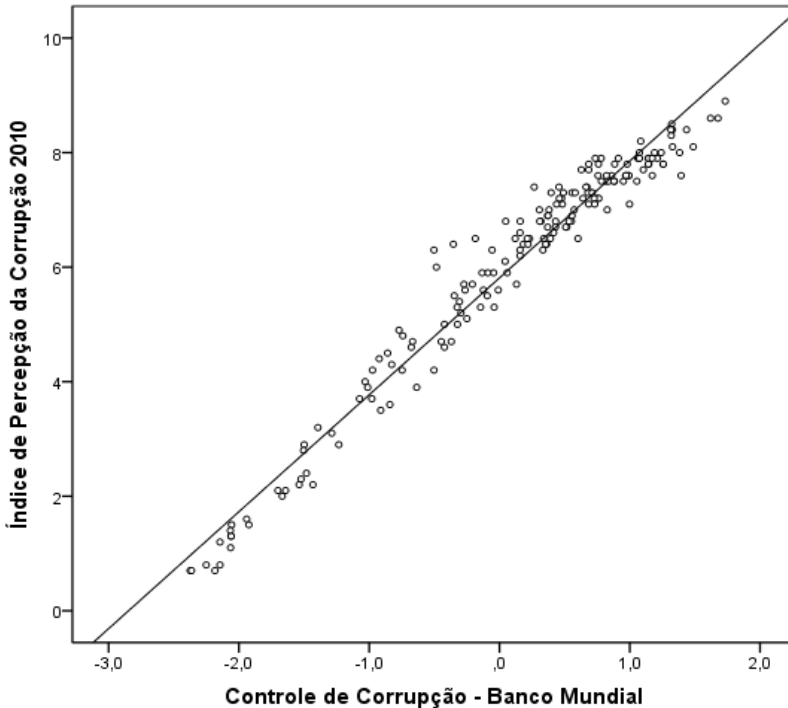
3.1.4 CPI e o índice KKM

Por fim, nesta quarta etapa da análise preliminar, convém confrontar a variável dependente com outro índice de percepção de corrupção internacional, também relevante e frequentemente usado nas pesquisas transnacionais: o índice de controle da corrupção do Banco Mundial (Índice KKM). O índice KKM partilha de algumas similaridades com o CPI. Ambos são medidas de percepção, elabo-

radas a partir da agregação de vários dados de estudos de especialistas, que visam medir e comparar a corrupção em escala global (O CPI 2010 cobre 178 países e territórios, e a KKM 2011 analisa 210).

A metodologia de cálculo, como assinalado anteriormente, é diversa, com a Transparência Internacional calculando o erro padrão de acordo com o método *bootstrap* e o Banco Mundial seguindo o *Unobserved Components Model* – UCM, que decresce com o maior número de estudos por país (TREISMAN, 2007, p. 2). Ainda, o Banco Mundial não adota um mínimo de três estudos independentes por país para considerá-lo em seu índice, como faz a TI, o que contribui para sua maior abrangência. A correlação entre os índices pode ser observada no Gráfico 6.

Gráfico 6 – Percepções de corrupção por especialistas



Fontes: Transparency International (2010); Kaufmann, Kraay e Mastruzzi (2010)

Uma considerável correlação era esperada, uma vez que muitos dos estudos independentes que subsidiaram a confecção

do CPI também são utilizados pelo Banco Mundial para criação do índice KKM. Ainda assim, o coeficiente encontrado ($r=0,980$, $p>0,01$) é impressionante, indicando que mesmo com metodologia diferente, o CPI é bastante comparável ao índice de Controle da Corrupção do Banco Mundial.

Com essa última correlação, concluímos a primeira etapa da análise dos dados, que consistiu na verificação da força e consistência da variável dependente, confrontada com diversos outros índices internacionais de corrupção. A Tabela 2 recapitula as análises acima:

Tabela 2 – Correlações simples do CPI 2010 com outras medidas internacionais de corrupção

Fonte	Variável	<i>r</i>	Significância	N países
WVS 1995	Percepções Populares de Corrupção	0,840	,000	50
WVS 2005	Pessoas Levariam Vantagem	0,338	,014	52
TI - GCB 2010	Percepção local de corrupção nas Instituições	0,612	,000	83
TI - GCB 2010	% dos que pagaram propina no último ano	0,665	,000	75
TI - BPI 2011	Bribe Payers Index	0,842	,000	28
Banco Mundial	Controle de Corrupção (KKM)	0,980	,000	178

Percebe-se que todas as correlações foram positivas e significativas. Em outras palavras, a variável dependente escolhida mostra sua força e poder explicativo sob as mais diversas circunstâncias. Primeiramente confrontada com a percepção local e leiga dos participantes da WVS sobre corrupção, em seguida com a percepção e prática de corrupção dos respondentes do GCB, além da percepção de homens de negócio no BPI e de especialistas do Ban-

co Mundial, o CPI se revelou consistente e confiável, não apenas com relação às suas fontes internas, como também com as mais relevantes medidas de corrupção internacional.

Esse extensivo teste de correlação do CPI com outros seis indicadores internacionais de corrupção permite corroborar a opinião de Power e González (que confrontaram o CPI com um desses indicadores: as percepções populares de corrupção da WVS 1995) de que este índice apresenta um desempenho confiável, sem maiores vieses ou excentricidades, afastando de maneira contundente os questionamentos sobre a sua validade.

3.2 EXAME PRELIMINAR DE CORRELAÇÕES BIVARIADAS ENTRE AS VARIÁVEIS

Na seção anterior, realizamos uma exaustiva exploração do CPI, abordando desde a relação entre as suas fontes internas até o seu desempenho quando confrontado com diversas outras medidas internacionais de corrupção, de diferentes fontes e com distintas abordagens metodológicas. Os resultados alcançados permitiram superar as críticas referentes à credibilidade e acurácia de nossa variável dependente como um efetivo medidor do grau de corrupção de um país, e proporcionam maior segurança para seguir a análise.

Nosso segundo passo será examinar a relação entre a variável dependente e as demais variáveis independentes (culturais, políticas e econômicas), por meio de correlações bivariadas simples, para uma análise preliminar de seu comportamento.

Reiteramos que, conforme explicitado na metodologia, o CPI 2000 teve sua correlação testada com os dados da WVS 1995-97 para as variáveis de confiança interpessoal, orientações

não cívicas e tolerância ao suborno, sendo as demais variáveis do ano de 2000. O CPI 2010, por sua vez, mantendo o paralelismo, será confrontado com a WVS 2005 (e, subsidiariamente, com a WVS 2000) para as três primeiras variáveis, e com os valores de 2010 para as restantes. Tal procedimento mantém uma distância linear de 10 anos entre as variáveis analisadas, permitindo uma melhor replicação do estudo de Power e González e comparação mais equilibrada dos resultados. Para facilitar a análise dos dados, chamaremos de T1 o recorte temporal que engloba os dados utilizados no trabalho de referência (WVS 1995 e demais dados de 2000) e de T2 o recorte temporal com os dados mais recentes (WVS 2005-2000 e variáveis restantes de 2010, salvo manifestação em contrário).

Dividimos esse exame preliminar em duas etapas: na primeira, replicamos a metodologia e as variáveis utilizadas por Power e González, o que permite uma comparação direta dos achados dos autores com os nossos, utilizando dados recentes, conforme se observa na Tabela 3. Na segunda etapa, emulamos a mesma metodologia, mas analisamos a correlação com as novas variáveis, introduzidas nesse estudo e não abordadas no trabalho de referência (esses dados constam da Tabela 4). Entendemos que, procedendo assim, nos mantemos fiéis à proposta de replicação metodológica do estudo citado, ao mesmo tempo em que exploramos novas e potencialmente relevantes perspectivas teóricas, agregando mais valor à pesquisa.

3.2.1 Correlações bivariadas – variáveis originais

A Tabela 3 reproduz as variáveis utilizadas no trabalho de referência, com os resultados encontrados por Power e González reproduzidos em T1 e os nossos em T2. O primeiro fato importante demonstrado pela análise é que o espaço amostral

(*N países*) proporcionado pelos dados mais recentes, operacionalizados neste estudo, é bastante superior ao do trabalho de referência, o que contribui para maior confiança e significância dos modelos.

Tabela 3 – Correlações Simples com o índice de Percepção da Corrupção (2000 e 2010) – variáveis originais

Variável (e relação esperada)	CPI 2000 (T1)		CPI 2010 (T2)	
	<i>r</i>	<i>N</i>	<i>r</i>	<i>N</i>
Variáveis culturais				
Confiança interpessoal (-)	-0,64**	54	-0,54**	73
Orientações não cívicas (4 questões) (+)	0,30**	50	-	-
Orientações não cívicas (3 questões) (+)	0,37*	40	0,20	69
Tolerância ao suborno (+)	0,39**	53	0,19	73
Porcentagem protestante (-)	-0,70**	37	-0,44**	73
Porcentagem católica (+)	-0,07	45	0,02	89
Porcentagem islâmica (-)	0,37**	45	0,34**	103
Mulheres em todos os níveis de governo (-)	-0,48**	79	-	-
Mulheres no governo em nível ministerial (-)	-0,63**	74	-0,46**	165
Condições econômicas e políticas				
PIB <i>per capita</i> (-)	-0,88**	80	-0,81**	165
Desigualdade de renda (+)	0,33**	74	-0,13	122
Democracia política (-)	-0,67**	89	-0,64**	175
Liberdade de imprensa (-)	-0,69**	84	-0,65**	176

Fontes: Power e González (2003); Transparency International (2010); United Nations (2009; 2010); Freedom House (2011a; 2011b), World Values Survey (2009); World Bank (2011).

Nota: Níveis de significância: * $p < 0,05$; ** $p < 0,01$.

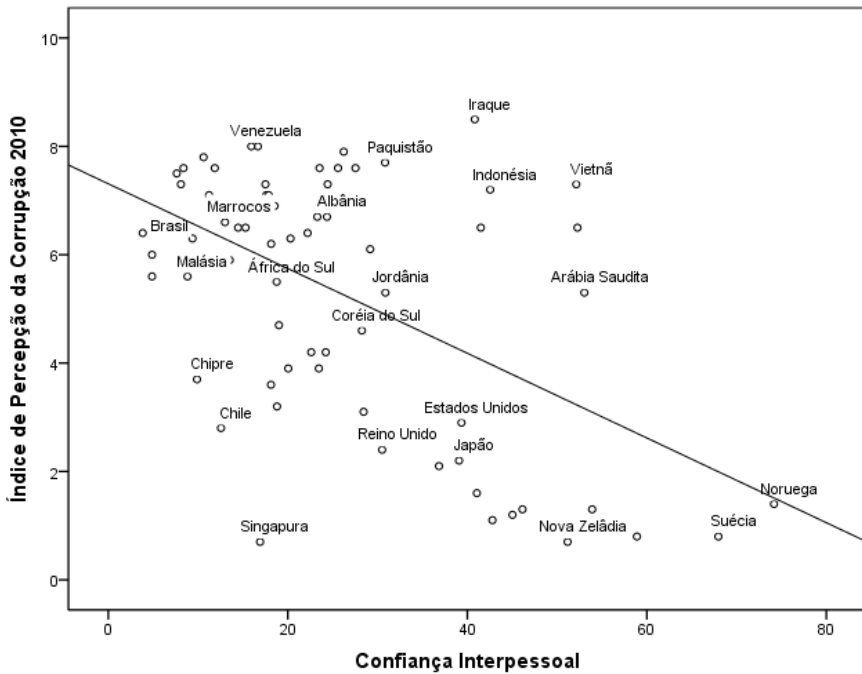
Primeiramente, vamos analisar as condições políticas e econômicas, que foram selecionadas por Power e González como variáveis de controle. Percebe-se que todas as variáveis apresentam a polaridade esperada, e, salvo desigualdade de renda (2010), são estatisticamente significantes. A maior correlação pode ser observada com o PIB *per capita* real em ambos os

recortes temporais, variando de -0,88 com o CPI 2000 a -0,81 com o CPI 2010. No outro extremo, o coeficiente de Gini, a nossa outra variável econômica, utilizado para medir a desigualdade de renda, apresentou o pior desempenho dentre as variáveis de controle, com correlação de 0,33 para os dados de 2000 e apenas 0,13, considerando 2010. Nesse último caso, a significância estatística foi de 0,17. As variáveis políticas democracia e liberdade de imprensa apresentaram uma correlação também elevada com o CPI, entre -0,64 e -0,69, com pequena variação entre os dois recortes temporais.

Os resultados encontrados nesse primeiro corte são coerentes com a previsão teórica e apresentam grande compatibilidade nos dois períodos analisados, indicando que “a corrupção parece ser prevalente nas sociedades mais pobres e mais autoritárias” (POWER e GONZÁLEZ, 2003, p. 59), mas não necessariamente nas mais economicamente desiguais.

Em atenção às nossas variáveis culturais, verifica-se que, afora a correlação da porcentagem católica com o CPI 2010, todas as variáveis, nos dois períodos de análise, apresentam a relação esperada. Dentre as variáveis provenientes da World Values Survey, a confiança interpessoal apresenta a correlação mais forte, variando de -0,64 em T1 a -0,54 em T2, mantendo, nos dois casos, extraordinária significância estatística. Chama a atenção o fato de o Brasil ser o campeão mundial da desconfiança (o Gráfico 7 ajuda a visualizar essa correlação). A variável de tolerância ao suborno apresenta um desempenho menos vigoroso, com sensível diminuição da correlação e de significância em T2, em comparação com T1.

Gráfico 7 – Corrupção e Confiança Interpessoal



Fontes: Transparency International (2010); World Values Survey (2009).

Com relação à variável de orientações não cívicas, reiteramos que não foi possível replicar integralmente a metodologia do trabalho de referência na sua operacionalização, uma vez que uma das quatro perguntas da WVS, que compunha o índice aditivo simples (“Comprar algo que se sabe ser roubado”), não foi replicada nas ondas seguintes da WVS.

Para contornar esse problema, criamos um novo índice aditivo simples, variando de 3 a 30, com as três questões presentes nas duas bases de dados (requisitar benefícios do governo para os quais você não está habilitado; evitar a tarifa nos transportes públicos; e sonegar impostos se você tiver a chance). Acreditamos que esse procedimento não traz prejuízo à análise, pois a correlação entre as duas medidas (uma composta pelas 4 perguntas originais e outra pelas 3 restantes, ambas da WVS 1995)

é de 0,9. Ademais, a nova variável apresenta correlação com o CPI 2000, em T1, ainda mais elevada do que a observada com a variável original.

Embora tenhamos mantido na Tabela 3, por uma questão de registro histórico, a variável orientações não cívicas original, composta por 4 itens, a correlação de -0,20 observada em T2 deve ser comparada à de 0,39 verificada em T1, com a nova operacionalização da variável. De forma análoga à tolerância ao suborno, também essa correlação perdeu vigor estatístico em T2.

Dentre as variáveis religiosas, as menores correlações foram observadas com relação ao catolicismo, que oscilou de -0,07 em T1 para 0,02 em T2. As demais variáveis apresentaram resultados fortes, significativos e coerentes com a predição teórica, com a porcentagem de protestantes relacionada negativamente à corrupção (correlação de 0,70 em T1 – a maior alcançada por uma variável cultural – e de 0,44 em T2, menor, mas ainda muito relevante) e a de islâmicos apresentando relação positiva equilibrada de 0,37 para 2000 e 0,34 para 2010.

A última correlação a ser analisada nesta etapa preliminar envolve a participação das mulheres no governo. Para essa variável, enfrentamos problema semelhante ao encontrado na operacionalização da orientação não cívica: os relatórios sobre desenvolvimento humano da ONU (*Human Development Report*) divulgaram esse dado apenas até 2000. Visando estabelecer um paralelo compatível entre T1 e T2, utilizamos outra medida, disponível para os dois períodos, com base nos HDR 1999 e 2009: a porcentagem de mulheres em nível ministerial no governo (United Nations, 2009).

A nova medida, além de se correlacionar bem com a original ($r=0,61$), se mostra ainda mais forte que esta na relação com o CPI 2000. O comportamento da variável se mostrou de acordo com o previsto pela literatura: a maior participação das

mulheres no governo parece refletir um menor grau de corrupção percebida. Essa relação se mostrou ainda mais forte quando consideramos apenas as mulheres na alta administração.

Ao final dessa etapa de análise bivariada simples, podemos verificar preliminarmente o grau de adequação das perspectivas teóricas ante o confronto empírico dos dados para além das variáveis de controle, de natureza política ou econômica. Os resultados indicam que a confiança interpessoal, conforme previsão de vasta e longa literatura sobre o capital social, está relacionada negativamente à corrupção. Também as correlações entre a participação de mulheres no governo, protestantismo e islamismo reverberam as predições teóricas. A tolerância ao suborno e as orientações não cívicas se comportaram no sentido previsto, mas com uma significância surpreendentemente moderada, principalmente em T2. Por fim, em desalinho com a literatura, a porcentagem da população que professa o catolicismo não apresentou qualquer significativa relação com a variável dependente.

3.2.2 Correlações bivariadas – novas variáveis

Nesta etapa da análise bivariada simples, iremos correlacionar aos índices de percepção da corrupção de 2000 e 2010 as novas variáveis operacionalizadas para esse estudo, ausentes do trabalho de referência. Embora reproduza a metodologia no tratamento dos dados, essa seção não se destina à replicação e comparação direta com os achados de Power e González, mas sim a um teste empírico preliminar de relações entre outros valores socialmente compartilhados que, de acordo com a literatura apresentada, também influenciam a percepção e prática da corrupção.

Diferentemente da Tabela 3, em que os dados de T1 eram apenas a exata reprodução dos resultados do trabalho de referência, os dados compilados na Tabela 4 foram, em ambos os recortes temporais, levantados e operacionalizados neste traba-

lho. Assim, embora o nosso enfoque seja primordialmente sobre os dados de T2, optamos por apresentar também o T1 por uma questão de paralelismo com a etapa anterior de análise.

Tabela 4 – Correlações Simples com o índice de Percepção da Corrupção (2000 e 2010) – novas variáveis

Variável (e relação esperada)	CPI 2000 (T1)		CPI 2010 (T2)	
	<i>r</i>	<i>N</i>	<i>r</i>	<i>N</i>
Valor ao mérito (-)	0,03	42	0,18	53
Importância do trabalho (-)	0,38*	43	0,60**	72
Lazer vs. Trabalho (-)	0,56**	42	0,62**	39
Importância da Família (+)	0,03	43	0,27*	72
Respeito às tradições (+)	0,04	42	-0,26	17
Respeito à autoridade (+)	0,31*	44	0,31**	72
Grau de autonomia (-)	-0,36*	43	-,059**	73
Índice de pós-materialismo (-)	-0,70**	41	-0,66**	70
Valores tradicionais-rationais (-)	-0,28	43	-0,49**	88
Valores sobrevivência-autoexpressão (-)	-0,78**	43	-0,71**	88

Fonte: World Values Survey (2009)

Nota: Níveis de significância: * $p < 0,05$; ** $p < 0,01$.

De início, percebe-se que a amostra (*N* países) de T2 é, novamente, bem maior que a observada em T1, em quase todos os casos. Todas as variáveis independentes ora em análise são provenientes da World Values Survey, sendo os valores de T1 provenientes da 3ª onda de pesquisas e os de T2 da 5ª onda, primordialmente, e da 4ª onda, subsidiariamente.

Analisando os dados, depreende-se que nossa medida de valor ao mérito, contrariando a previsão teórica, não apresenta relação com a corrupção. As duas variáveis selecionadas como

medidas da importância do trabalho, por outro lado, não apenas apresentaram correlação diversa da esperada, como essa correlação foi alta e estatisticamente significativa ($r=0,60$ para importância do trabalho e $0,62$ para trabalho comparado ao lazer, em T2). Tais resultados são aparentemente paradoxais, e a análise pura dos números, sem o devido embasamento teórico, permitiria concluir que quanto menor a importância dada ao trabalho em determinada sociedade, menor o seu grau de corrupção.

Como observamos no capítulo 2, Lipset e Lenz (2002) também investigaram o vínculo entre ética do trabalho e corrupção, e o seu índice de motivação para realização (constituído a partir de duas questões da WVS 2000, uma sobre a pobreza ser uma decorrência da preguiça e outra sobre a importância de transmitir às crianças o valor de trabalhar duro) igualmente apresentou uma relação positiva com o índice de percepção da corrupção. Esses resultados parecem questionar a associação weberiana entre ética do trabalho e desenvolvimento econômico e social. No entanto, como os próprios autores afirmam, “ao lidar com o impacto dos valores religiosos no desenvolvimento econômico, Weber adiantou que a relação positiva com o protestantismo se reduziria quando a alta produtividade fosse institucionalizada” (LIPSET e LENZ, 2002, p. 181).

Os resultados também estão de acordo com a “revolução silenciosa” descrita por Inglehart, para quem o progresso e a estabilidade política e econômica vivida pelos países ocidentais nas últimas décadas proporcionou uma mudança cultural, com as prioridades passando de materialistas (preocupadas com segurança, trabalho e economia) para pós-materialistas (com maior ênfase no bem-estar e na autonomia). Ora, se a maioria dos países desenvolvidos apresenta índices de percepção de corrupção

menores que os observados nas nações menos desenvolvidas economicamente (fato facilmente verificável com uma rápida análise do *ranking* elaborado pela Transparência Internacional e atestado pela significância do PIB *per capita* real em nossos modelos), e esses países mais desenvolvidos são justamente aqueles que já efetuaram a transição de valores para o pós-materialismo, o aparente paradoxo colocado pelos dados é facilmente resolvido. Como destaca Delhey (2009, p. 33):

Não apenas o bem-estar econômico do cidadão médio aumentou de forma objetiva, como também a sua sensação de segurança existencial. Como consequência, os cidadãos desenvolveram novos valores prioritários. Eles não mais enfatizam questões como o crescimento econômico, a luta contra o aumento dos preços, ou taxas de criminalidade, mas sim temas como participação política, liberdade de expressão, proteção ambiental e belas cidades (tradução nossa).

Lipset e Lenz chegam praticamente à mesma conclusão (2002, p. 180):

[...] embora os países ricos de hoje já tenham estado entre os mais motivados para a realização (isto é, antes do desenvolvimento), seus cidadãos, agora ricos, são levados [...] a buscar objetivos não relacionados com o trabalho – a música, a arte, a literatura – para se tornarem pós-materialistas, para usarmos a terminologia de Ronald Inglehart.

A importância da família apresentou a relação esperada, mas a correlação encontrada ($r=0,27$, $p=0,02$) é apenas moderada, proporcionando um suporte não muito robusto à teoria do “familismo amoral”. O respeito às tradições não mostrou correlação significativa com o CPI, tendo inclusive apresentado orien-

tação diversa da prevista em T2, além de um número de casos bastante reduzido para o período. Nossa medida de respeito à autoridade, por outro lado, se provou significativa e com um razoável coeficiente de correlação.

Por fim, convém analisarmos a relação encontrada entre a variável dependente e as nossas últimas quatro variáveis culturais: grau de autonomia, índice de pós-materialismo, valores tradicionais-rationais e valores sobrevivência-autoexpressão. Essas quatro variáveis são provavelmente as mais importantes de toda a WVS, pois, como descrito anteriormente, elas resultam de uma criteriosa seleção e ponderação de diversos aspectos e questões. Essas variáveis são, portanto, índices agregados, compostos por elementos diversos mas de alguma forma relacionados, cujo poder explicativo excede a simples soma das partes. Todas elas se revelaram bastante correlacionadas com o CPI, com um elevado índice de significância estatística em T2.

O índice de autonomia da WVS apresentou uma robusta correlação com o CPI 2010. A posição no eixo valores tradicionais-rationais demonstrou o desempenho menos robusto dentre as variáveis agregadas, mas ainda assim bastante contundente ($r=0,49$ e $p<0,001$). Os resultados mais expressivos foram encontrados nas relações das variáveis índice de pós-materialismo e valores de sobrevivência-autoexpressão, com correlação de 0,7 para este e 0,66 para aquele. O fato de esses dois índices apresentarem desempenho comparável (em ambos os recortes temporais) não é exatamente uma surpresa. Como vimos no Capítulo 2, o eixo que contrapõe os valores de sobrevivência aos de autoexpressão é, em larga medida, o herdeiro teórico do índice de pós-materialismo. Delhey (2009) explica que, sem mudar a essência de sua teoria (o progresso social leva a mudanças pre-

visíveis nos valores), Inglehart desenvolveu o eixo sobrevivência-autoexpressão, que compreende, em uma formulação mais avançada, a transição entre o materialismo e o pós-materialismo.

Com isso, finalizamos a segunda e última etapa deste exame preliminar, onde examinamos a correlação bivariada simples de nossas variáveis independentes com o Índice de Percepção da Corrupção da Transparência Internacional. Os resultados foram analisados em dois períodos distintos, com um intervalo de 10 anos entre eles. Na primeira etapa, replicamos exatamente os dados e metodologia do trabalho de referência, e na segunda introduzimos uma dezena de novas variáveis culturais. A polaridade, significância e grau de correlação dessas variáveis nem sempre se revelaram no sentido esperado, mas julgamos importante, por uma questão de honestidade intelectual, expô-las aqui. Ademais, a grande maioria de nossas variáveis apresentou o comportamento previsto.

Assim, a análise dos dados nos permite corroborar de forma inequívoca a conclusão de Power e González, para quem “a simples análise bivariada indica que há uma sólida base para a nossa investigação acerca da relação entre cultura e corrupção.” (2003, p. 59).

3.3 EFEITOS ISOLADOS DAS VARIÁVEIS CULTURAIS SOBRE A CORRUPÇÃO EM MODELOS CONTROLADOS POR POLÍTICA E ECONOMIA

Repetindo os passos de Power e González, procedemos nesta seção ao exame dos efeitos isolados de nossas variáveis culturais sobre a corrupção, por meio de modelos multivariados simples que controlem as condições políticas e econômicas.

Como vimos, os autores reconhecem a existência de uma profunda inter-relação entre os valores culturais, a política e a economia, e elaboraram os seus modelos estatísticos de forma a evitar a resposta fácil de que a cultura explica tudo. Afirmam eles que:

Por si mesma, a cultura pode, provavelmente, explicar apenas uma certa fração do nível de corrupção. [...] Dessa forma, qualquer estudo sobre o efeito independente da cultura sobre a corrupção deve iniciar-se a partir de um projeto de pesquisa sensivelmente articulado, que incorpore numerosas variáveis de controle, de modo a evitar o determinismo cultural. (2003, p. 55).

A combinação dessas “numerosas variáveis de controle” às muitas variáveis culturais selecionadas, porém, causou uma série de problemas e complicações nas análises multivariadas, comuns às pesquisas transnacionais (*cross-national*) comparadas.

O primeiro problema observado pelos autores foi a ausência de dados para algumas variáveis, principalmente as referentes à filiação religiosa. Essa ausência diminuiu consideravelmente o *N* disponível, em observância ao padrão de exclusão *listwise*¹². Logo, os modelos de regressão a quadrados mínimos

¹² Esse procedimento estatístico elimina da análise todos os dados de uma observação independente em que um ou mais dados estejam ausentes. Por exemplo, se em uma análise multivariada composta por cinco variáveis, um país

(OLS) elaborados tendiam a apresentar um espaço amostral menor à medida que mais variáveis eram incluídas, prejudicando assim o poder de generalização dos achados. Esse fato causou também a segunda maior dificuldade encontrada: a grande volatilidade dos modelos, resultante da combinação entre o uso de muitas variáveis e um número relativamente pequeno de casos.

Esses obstáculos também foram observados na montagem dos modelos com os nossos novos dados, embora em um menor grau, em virtude de contarmos com um espaço amostral consideravelmente maior para as variáveis em T2.

Para contornar as dificuldades acima, Power e González buscaram refinar o modelo, descartando as variáveis menos relevantes ou que apresentassem maior risco de duplicação teórica. A eliminação de variáveis teve por objetivo a construção de “modelos minimalistas mais adequados ao tamanho reduzido da amostra.” (2003, p. 60)

Assim como na seção anterior, dividimos esse exame individual do efeito das variáveis culturais em modelos multivariados controlados por variáveis políticas e econômicas em duas fases: na primeira delas, replicamos as escolhas metodológicas de Power e González na eleição das variáveis descartadas e na montagem dos modelos multivariados pertinentes, possibilitando a comparação direta de seus resultados com os que encontramos utilizando dados mais atuais. Os sete modelos resultantes desse procedimento permitem a análise dos efeitos separados de cada variável cultural sobre o CPI, conforme a Tabela 4. Na etapa seguinte, emulamos a mesma metodologia para selecionar as mais relevantes dentre as dez novas variáveis culturais independentes introduzidas neste estudo, mantendo, para preservar a perfeita

não apresenta dados para uma delas, ele é automaticamente excluído. Esse procedimento visa dar maior segurança e prevenir irregularidades no processo de estimação, mas pode, como no presente estudo, causar sensível perda amostral.

comparabilidade entre os dados, as mesmas variáveis de controle utilizadas na etapa anterior. Os resultados constam da Tabela 5.

3.3.1 Efeitos individuais das variáveis culturais originais sobre a corrupção em modelos controlados.

Como relatado acima, em sua tentativa de evitar volatilidade e preservar a margem estatística dos modelos, Power e González buscaram adequar os procedimentos ao número diminuto de casos em sua amostra. Para tanto, difíceis decisões metodológicas tiveram de ser tomadas, envolvendo o corte de algumas variáveis.

Primeiramente, buscou-se reduzir o número de variáveis de controle com o menor impacto possível sobre os modelos. Nesse sentido, eles tentaram encontrar, para cada uma das condições de controle (política e econômica), uma única variável representativa (*proxy variable*).

Ao analisar as variáveis políticas (democracia política e liberdade de imprensa, ambas provenientes da Freedom House), os autores verificaram que a correlação entre ambas era extremamente elevada ($r=0,94$, $N=95$). Com base nisso, eles decidiram descartar a variável liberdade de imprensa e manter como variável de controle estatístico apenas a democracia. Replicando o mesmo teste de correlação para os dados mais recentes, chegamos precisamente ao mesmo coeficiente, apesar do número de países com dados disponíveis em nossa amostra ter mais que dobrado ($r=0,94$, $N=196$, $p<0,001$). Amparados pela força desses dados, não tivemos dificuldade em também eleger a democracia como nossa variável política.

Da mesma forma, ao buscar uma única variável para a condição econômica, os autores confrontaram a desigualdade de renda e o PIB *per capita* real, e concluíram que esta “dominava” aquela em todas as estimativas. Com efeito, desde a nossa análise bivariada, já se prenunciava o maior poder explicativo do PIB em relação à desigualdade de renda. Como vimos, a correlação

simples com o CPI 2010, foi, em T2, de -0,81 para o PIB *per capita*, e de apenas 0,13 (com $p=0,17$) para a desigualdade. Mais uma vez, pudemos com segurança replicar as escolhas de Power e González e descartar o coeficiente de Gini medido pelo Banco Mundial do nosso rol de variáveis, mantendo o PIB *per capita* como controle para a condição econômica.

Os autores não foram além nesse esforço de redução do número de variáveis independentes para maximizar a margem estatística: variáveis que não mostraram correlação com os níveis de corrupção percebida (filiação católica) ou que poderiam apresentar duplicação teórica (orientações não cívicas, tolerância ao suborno e confiança interpessoal, por exemplo) foram preservadas. A justificativa apresentada nesse último caso foi a intenção de verificar precisamente qual dessas variáveis oriundas da WVS apresentava, individualmente, maior poder explicativo. Seguindo a estratégia de replicar a metodologia e os dados para a máxima comparabilidade, mantivemos as mesmas variáveis para a análise em T2.

O descarte de duas das quatro variáveis de controle permitiu a elaboração de modelos de regressão a quadrados mínimos (OLS) mais coesos, evitando a volatilidade e preservando as indispensáveis variáveis de controle político e econômico. Nas palavras dos autores: “Ainda que, em termos de especificação de modelo, essa seja uma solução menos satisfatória, optamos pela estratégia comum de trocar complexidade teórica inatingível por vantagem estatística alcançável.” (POWER; GONZÁLEZ, 2003, p.60).

Antes, porém, de passarmos aos modelos que buscam estimar a relação individual das características culturais com a corrupção, reiteramos que não foi possível replicar perfeitamente as variáveis de orientações não cívicas e de mulheres em todos os níveis de governo, por ausência de dados no período em análise (T2). Em lugar do índice composto por quatro perguntas, nossa variável para orientações não cívica utiliza três, e em vez de mulheres em todos os níveis de governo, utilizaremos aqui os dados para mulheres em nível ministerial de governo. Acreditamos que essas alterações incontornáveis não prejudicaram a

análise, pois como demonstramos na seção anterior, as variáveis substitutas apresentam íntima relação com as originais, além de uma maior correlação com o CPI.

Cumpramos ainda observar que, nos modelos multivariados, seguimos os passos de Power e González e utilizamos o PIB *per capita* na base *e* (log natural ou log neperiano). Esse procedimento é bastante comum em análises que utilizam o PIB *per capita* como variável, pois reduz a magnitude da escala do PIB puro e diminui a importância relativa dos *outliers*.¹³

Feitas essas observações preliminares, passemos propriamente à análise dos nossos modelos. Os sete modelos multivariados simples em análise buscam isolar cada uma das variáveis culturais e estimar o seu poder explicativo independente, em modelos controlados pelas variáveis PIB *per capita* e democracia, tendo como variável dependente o Índice de Percepção da Corrupção. A Tabela 5 traz os modelos de 1 a 3, com os atributos culturais provenientes da WVS (confiança interpessoal, orientações não cívicas e tolerância ao suborno). Os dados referentes à filiação religiosa e participação feminina no governo compõem os modelos de 4 a 7, reunidos na Tabela 6.

A formatação das tabelas observou os mesmos critérios utilizados anteriormente, ou seja, para cada um dos modelos são apresentados, lado a lado, os resultados obtidos por Power e González, com os dados de T1, e os que construímos, com as informações mais completas e atuais de T2.

Novamente, a primeira consideração a respeito dos modelos é que o número de países de nossa amostra é sensivelmente maior que o observado em T1. Nos modelos 1 a 3, montados com as variáveis extraídas da World Values Survey, esse aumento foi de aproximadamente 40%, e nos modelos de 4 a 7, que englobam as nossas medidas de religião e mulheres no governo, o *N* foi consistentemente ao menos duas vezes maior que o do trabalho de referência. A capacidade explicativa dos modelos, ou seja, a influência das variáveis culturais, econômicas e sociais sobre a corrupção percebida, conforme medida pelo R2 ajustado, também se mostrou elevada em todos os modelos.

Tabela 5 - Efeitos separados de variáveis culturais sobre o índice de percepção da corrupção, controlando democracia e desenvolvimento

Variável		Modelo 1		Modelo 2		Modelo 3	
		2000 (T1)	2010 (T2)	2000 (T1)	2010 (T2)	2000 (T1)	2010 (T2)
Confiança interpessoal	b	-0,03	-0,04				
	t	-2,12***	-4,04***				
Orientações não cívicas	b			-0,01	0,24		
	t			-0,07	2,68***		
Tolerância ao suborno	b					0,54	0,31
	t					1,67*	1,1
PIB <i>per capita</i>	b	-1,93	-0,81	-2,21	-1,05	-2,05	-1,02
	t	-6,47***	-4,63***	-7,42***	-5,66***	-7,22***	-5,4***
Democracia	b	-0,15	-0,24	-0,18	-0,23	-0,18	-0,24
	t	-1,93**	-4,46***	-2,11**	-3,58***	-2,21***	-3,87***
Constante	b	9,55	16,38	9,35	15,57	8,0	16,58
	t	11,92***	12,62***	7,56***	9,99***	8,02***	9,88***
R2 Ajustado		0,80	0,69	0,78	0,65	0,79	0,62
Durbin Watson			2,04		1,67		1,7
N		48	69	46	65	48	69

Fontes: Power e González (2003); Transparency International (2010); United Nations (2010); Freedom House (2011 a); World Value Survey (2009).

Nota: Níveis de significância: * p < 0,10; ** p < 0,05; *** p < 0,01.

Dentre as variáveis culturais operacionalizadas a partir da WVS, a confiança interpessoal (Modelo 1) foi a que revelou um desempenho mais expressivo e consistente nos dois períodos em análise. O efeito da confiança interpessoal apresentou a polaridade esperada (negativa) e foi estatisticamente significativa tanto em T1 quanto em T2, mesmo com o regime político e o desenvolvimento econômico como controles. Nossos dados reforçam as conclusões de Power e Gonzalez de que, a despeito do que se poderia supor, a confiança interpessoal apresentada em uma dada sociedade não é mero reflexo das condições econômicas ou políticas. A confiança compartilhada por membros de uma sociedade, muitas vezes definida como “capital social”, teria assim uma influência autônoma, independente e singular nos níveis percebidos de corrupção em determinado país, a despeito de seu grau de riqueza ou liberdade política.

A força explicativa da confiança interpessoal pode ser mais bem compreendida quando comparada ao desempenho da variável tolerância ao suborno (Modelo 3). Esperava-se que essa variável, por sua natureza, apresentasse a mais contundente e direta relação com o CPI, representando de certa forma uma propensão à transação corrupta. Nos dois períodos analisados, porém, essa variável teve um efeito menor e menos significativo sobre a variável dependente que a confiança.

A terceira variável cultural extraída da WVS no trabalho de referência foi a relativa às orientações não cívicas. Na análise em T1, os autores concluíram que essa variável não apresentou significância estatística sobre a corrupção. Os nossos dados, porém, apontam para considerável significância da variável, muito superior à de tolerância ao suborno, mas ainda inferior à confiança. Embora essa relação positiva e concreta entre o comportamento não cívico e a corrupção fosse esperada (não foi por outra razão que ela foi selecionada para a análise pelos autores), não deixa de causar alguma surpresa o fato de que, na análise bivariada simples, a variável em T1 tenha apresentado maior correlação que em T2, mas nos modelos multivariados, controlados por democracia e desenvolvimento, essa relação tenha se invertido, com desempenho fraco em T1 e considerável e significante em T2.

Inicialmente imaginamos que a alteração teria sido causada pela diferença na operacionalização da variável, uma vez que tivemos de abandonar uma das quatro perguntas originais da WVS 1995 que compunham o índice aditivo simples adotado no trabalho de referência, pois ela não se repetiu nas ondas seguintes da pesquisa. Descartamos essa ideia baseados em três fatos: primeiramente, a correlação entre as duas medidas para orientações não cívicas (uma composta por quatro perguntas e

outra por três, ambas da WVS 1995) é bastante alta ($r=0,90$). Em segundo lugar, a variável confeccionada com as três perguntas apresentou, também em T1, correlação com o CPI maior que a original, que utilizava quatro. Por fim, rodando o Modelo 2 em T1 com a variável agregada de três questões chegamos a resultados similares aos encontrados por Power e González. Entendemos, portanto, que o melhor desempenho explicativo da variável para comportamento não cívico decorre provavelmente do maior espaço amostral em T2.

De qualquer forma, a mais importante conclusão dessa análise é que, dentre os três valores culturais provenientes da WVS, a variável confiança interpessoal é a que apresenta a mais sólida relação com a corrupção percebida, dominando as outras variáveis quando controladas as condições políticas e econômicas.

Tabela 6 - Efeitos separados da filiação religiosa e participação feminina no governo sobre o CPI, controlando democracia e desenvolvimento

Variável		Modelo 4		Modelo 5		Modelo 6		Modelo 7	
		2000 (T1)	2010 (T2)	2000 (T1)	2010 (T2)	2000 (T1)	2010 (T2)	2000 (T1)	2010 (T2)
%	b	-0,02	-0,02						
Protestante	t	-3,95***	-3,86***						
% Católica	b			0,01	0,01				
	t			1,13	2,34**				
% Islâmica	b					-0,01	0,01		
	t					-1,07	1,82*		
Mulheres no governo	b							-0,05	-0,04
	t							-2,61***	-4,05***
PIB per capita	b	-1,81	-1,01	-1,82	-1,09	-2,02	-0,89	-2,14	-0,89
	t	-5,73***	-5,79***	-6,76***	-6,9***	-8,1***	-9,67***	11,62***	10,45***
Democracia	b	-0,24	-0,18	-0,27	-0,15	-0,15	-0,18	-0,07	-0,13
	t	-2,66***	-2,40***	-2,84***	-2,19**	-2,12**	-4,42***	-1,3	-3,94***
Constante	b	10	17,13	9,66	16,53	8,87	15,03	8,42	15,79
	t	12,45	15,41***	10,86***	15,99***	12,75***	19,77***	19,78***	23,68***
R2 Ajustado		0,89	0,71	0,79	0,64	0,81	0,7	0,8	0,67
Durbin Watson			1,92		2,11		2,21		2,1
N		34	71	42	84	40	97	79	158

Fontes: Power e González (2003); Transparency International (2010); United Nations (2009; 2010); Freedom House (2011a); World Values Survey (2009).

Nota: Níveis de significância: *p < 0,10; **p < 0,05; ***p < 0,01.

As relações entre a filiação religiosa e o CPI são exploradas nos modelos de 4 a 6. Antes de seguir com a análise dos modelos, recapitulemos os nossos achados na análise bivariada simples efetuada na seção anterior: a porcentagem de protestantes se mostrou negativamente correlacionada com a corrupção, com grande significância estatística em ambos os recortes temporais. De maneira análoga, mas em sentido inverso, a maior filiação ao islamismo se correlacionou positiva e significativamente com a corrupção. Por fim, não foi observada, naquela etapa da análise, relação alguma entre o CPI e o catolicismo em nenhum dos dois períodos.

O Modelo 4 nos traz o efeito isolado do protestantismo. Embora o número de países analisados em T2 seja muito superior ao do estudo de referência, e a correlação bivariada em T2 tenha sido bem menor que a verificada em T1, os resultados do modelo em ambos os períodos são comparáveis e quase que perfeitamente simétricos, corroborando a observação de que “a variável protestantismo não é apenas uma *proxy* para países ricos ou democráticos, sugerindo que há de fato algo singular em torno dessa tradição religiosa e que podemos estar deparando-nos com um impacto cultural duradouro oriundo da Reforma.” (POWER e GONZÁLEZ, 2003, p. 61).

Com relação às variáveis de filiação católica e islâmica, chegamos a resultados não tão semelhantes. Em T1, apenas o protestantismo foi significativo, mas os nossos modelos, amparados por uma gama de países bem superior, indicam que o catolicismo, quando controlados o regime político e a riqueza, apresenta um poder explicativo considerável e significância moderada em sua relação com a corrupção. O resultado é intrigante, pois foi no modelo com variáveis de controle (que em geral se prestam a verificar se uma determinada correlação simples é espúria) que a variável mostrou sua força (imperceptível na análise bivariada simples). De qualquer forma, esse achado atesta a pertinência da opção metodológica de Power e González em montar os modelos com controles econômicos e políticos, sem o que qualquer aná-

lise da influência de valores culturais sobre a corrupção tende a ser incompleta.

No que compete aos efeitos do islamismo na determinação do CPI, percebe-se que o desempenho em T2 foi melhor que em T1, embora não tão forte quanto os do catolicismo e menos ainda que o do protestantismo. Ainda assim, o número de países da amostra e a significância observada ($p=0,07$) nos creditam a não endossar completamente as conclusões dos autores, para quem “qualquer correlação aparente entre corrupção e o islamismo é espúria. A corrupção no mundo islâmico provavelmente constitui um reflexo da pobreza, do autoritarismo ou da combinação desses dois fatores.” (POWER e GONZÁLEZ, 2003, p. 62).

O sétimo e último modelo a ser estudado nesta etapa pretende verificar até que ponto a participação de mulheres no governo influencia a percepção da corrupção. A porcentagem de mulheres em todos os níveis de governo (T1) e participação de mulheres em nível ministerial (T2) mostraram um forte efeito negativo sobre a corrupção, e em ambos os períodos, uma significância ainda maior que a da democracia, variável de controle político. Em comparação com T1, os novos dados indicaram maior poder explicativo para as variáveis mulheres no governo e democracia, e menor para a variável de controle econômico – que se manteve como a mais relevante. Esses dados dão maior substância à perspectiva teórica segundo a qual a maior participação feminina no governo diminui os índices de corrupção.

Essa primeira etapa de análise individual dos efeitos das variáveis culturais sobre a corrupção tendo a democracia e o PIB *per capita* como controles estatísticos permitiu, a partir da replicação direta dos métodos e variáveis, a comparação entre os resultados encontrados por Power e González e os nossos, amparados por dados mais recentes e abrangentes. Em linhas gerais, os modelos atualizados corroboram as observações dos autores, com algumas divergências pontuais causadas provavel-

mente pela expansão da base de dados. Os casos mais relevantes dessa dissonância foram o maior poder explicativo da variável de orientações não cívicas em T2 e a maior significância das filiações católica e islâmica (em menor grau) na estimação da corrupção, em comparação aos resultados de T1.

Os principais achados, porém, foram mantidos: a confiança interpessoal demonstrou ser a mais forte dentre as variáveis da WVS, o protestantismo continuou com o maior poder explicativo dentre as religiões estudadas e a participação feminina no governo manteve o elevado grau de significância. Na seção seguinte, essas três variáveis, que se mostraram as mais vigorosas individualmente, serão analisadas em conjunto, em todas as combinações possíveis, replicando os modelos multivariados de Power e González. Antes, porém, procederemos à segunda etapa da análise dos efeitos individuais das variáveis culturais sobre a estimação da corrupção em modelos controlados por democracia e desenvolvimento.

3.3.2 Efeitos individuais das novas variáveis culturais sobre a corrupção em modelos controlados.

De forma semelhante à estrutura aplicada no estudo das correlações bivariadas simples, dividimos a nossa análise dos efeitos isolados de variáveis culturais sobre o CPI controladas o PIB *per capita* e a democracia em duas etapas. Na primeira, replicamos a estrutura de análise do trabalho de referência, com os mesmos modelos e variáveis. Nesta, iremos investigar os efeitos isolados das novas variáveis culturais introduzidas neste trabalho, mantendo a mesma estrutura básica dos modelos.

Assim como na etapa anterior, nosso primeiro passo foi eliminar as variáveis que não apresentassem significância estatística e poder na estimação do CPI ou que representassem algum grau de duplicação teórica.

A nossa variável para aferir a meritocracia não apresentou qualquer relação com a percepção da corrupção no modelo multivariado, repetindo o fraco desempenho observado na correlação simples e foi por isso descartada.

A variável usada para respeito às tradições reproduziu o comportamento observado na análise bivariada, não demonstrando qualquer poder explicativo. O respeito à autoridade, embora tenha apresentado razoável correlação com o CPI em T2, aliada à grande significância, viu seu poder explicativo se esvaír quando controlamos as condições econômicas e políticas no modelo multivariado.

Descartamos portanto, previamente, as três variáveis acima. As demais variáveis tem os seus efeitos individuais sobre a corrupção demonstrados na Tabela 7, nos modelos de 8 a 14. Mantivemos a variável dependente (CPI 2010) e as variáveis de controle (PIB *per capita* e democracia política) inalteradas, preservando assim a comparabilidade entre os efeitos das novas variáveis e os das variáveis do estudo original. Como não havia dados anteriores para comparação, entendemos ser suficiente para os fins pretendidos a apresentação dos dados apenas para T2.

Nossa medida de importância da família (modelo 10) revelou uma moderada influência sobre o CPI e significância também razoável. Os dados repetem o desempenho visto na correlação simples e parecem apontar na direção de um vínculo consistente e positivo entre a importância dada à família e a corrupção percebida. Ainda que os resultados não sejam particularmente fortes, eles sugerem haver espaço para uma investigação mais aprofundada sobre o “familismo amoral” e a corrupção.

As variáveis para medir a relação entre importância dada ao trabalho e a corrupção demonstraram, nos modelos controlados por PIB e democracia, a mesma relação significativa e positiva pronunciada na análise bivariada com a variável dependente,

apontando novamente que, quanto maior o grau de relevância dado ao trabalho, absolutamente ou em comparação com o lazer, mais elevado é a percepção de corrupção em uma dada sociedade. Embora esses dados sejam aparentemente paradoxais, eles estão em perfeito alinhamento com a teoria da “revolução silenciosa” de Inglehart, como vimos na revisão de literatura e na seção anterior de análise dos dados.

A análise dessa variável e interpretação de seu comportamento à primeira vista contraditório destaca a importância de se ter uma base teórica robusta para subsidiar a análise dos dados, bem como reforça a opinião de Inglehart, para quem existe uma inter-relação complexa entre cultura, política e economia. Os dados parecem indicar que “ética do trabalho”, frequentemente associada ao protestantismo e ao desenvolvimento capitalista, foi fundamental para garantir as condições econômicas que, posteriormente, influenciaram a transição para os valores pós-materialistas e a conseqüente menor ênfase no trabalho:

Precisamente porque atingiram altos níveis de segurança econômica, as populações dos primeiros países a se industrializar têm gradualmente enfatizado valores pós-materialistas, dando maior prioridade à qualidade de vida do que ao crescimento econômico (Inglehart 1997, p. 31)

As últimas quatro variáveis (modelos 11 a 14) são, como visto anteriormente, índices agregados da WVS. Diferentemente de nossas outras variáveis, utilizadas aqui sempre de forma isolada ou operacionalizadas por meio de uma soma simples, esses índices foram criteriosamente elaborados, a partir de muitos anos de pesquisa, e procuram, mais do que oferecer um mero indicador de um valor específico, reduzir em uma única variável toda uma dimensão cultural.

O grau de autonomia mostrou uma relação negativa forte e significativa com o CPI no modelo 11, confirmando os pressupostos teóricos. O índice de pós-materialismo apresentou resultados ainda mais contundentes, indicando que há uma clara relação entre os valores materialistas e a corrupção.

As últimas variáveis formam os dois eixos principais atuais da WVS, representando a mais recente e elaborada formulação teórica de Inglehart sobre a questão. Conforme vimos, essas duas dimensões respondem por mais de 70% da variância transnacional entre dez valores fundamentais, permitindo inclusive a elaboração de um mapa cultural do mundo (Figura 1).

Embora seja certo dizer que o eixo autoridade tradicional vs. racionalidade secular é o herdeiro teórico do índice de autonomia, englobando a sua dimensão explicativa, o desempenho dessa variável não foi significativo (modelo 13). O seu eixo irmão, por outro lado, apresentou o maior poder explicativo dentre todas as variáveis culturais analisadas, tendo grande significância estatística e com maior influência sobre a percepção da corrupção que o regime político e mesmo que o PIB *per capita*, que dominou praticamente todos os modelos anteriores.

Concluimos assim essa segunda e última etapa da análise dos efeitos isolados das variáveis culturais sobre a corrupção controladas as condições políticas e econômicas, na qual replicamos a metodologia do estudo de referência utilizando as novas variáveis adicionadas ao estudo.

Os resultados foram na maior parte das vezes satisfatórios. Algumas variáveis não apresentaram significância de forma isolada e foram previamente eliminadas (importância do mérito, autoridade e respeito às tradições). Outras (importância do trabalho e lazer vs. trabalho) apresentaram forte desempenho, mas

no sentido inverso ao esperado, numa aparente incoerência solucionada pela teoria da “revolução silenciosa” de Inglehart. Os resultados ainda apontaram para alguma positiva relação entre importância da família e a corrupção. Com relação aos índices agregados, os resultados foram no mais das vezes bastante consistentes corroborando empiricamente as proposições teóricas.

Procurando formar modelos mais minimalistas, evitar a duplicação teórica e observando a estreita relação entre muitas de nossas variáveis, optamos por levar para a próxima fase de análises de resultados apenas duas das dez dimensões introduzidas aqui: os eixos de autoridade tradicional vs. racionalidade secular e de valores de sobrevivência vs. autoexpressão.

Acreditamos que essas duas variáveis englobam, em larga medida, o poder explicativo das demais medidas utilizadas aqui. Com isso, evitamos o risco de modelos sobrecarregados ou de perder o foco do objetivo principal deste trabalho, que é replicar com novos dados, mais abrangentes e atualizados, o trabalho de Power e González.

Assim, somamos às três variáveis culturais mais fortes dentre as sete originais (confiança interpessoal, porcentagem protestante e mulheres no governo) as duas mais abrangentes e relevantes dentre as dez trazidas por esse estudo. Ficamos com esse conjunto de cinco variáveis altamente significativas para a última etapa de nossas análises.

Tabela 7 - Efeitos separados da novas variáveis culturais sobre o índice de percepção da corrupção, controlando democracia e desenvolvimento

Variável		Modelo 8	Modelo 9	Modelo 10	Modelo 11	Modelo 12	Modelo 13	Modelo 14
Importância do trabalho	b	1,94						
	t	2,26**						
Lazer vs. Trabalho	b		1,01					
	t		2,69***					
Importância da Família	b			5,74				
	t			2,24**				
Grau de autonomia	b				-0,81			
	t				-2,35**			
Índice de pós-materialismo	b					-1,96		
	t					-3,97***		
Valores tradicionais	b						-0,14	
	t						-0,78	
Valores de sobrevivência	b							-0,93
	t							-5,84***
PIB per capita	b	-0,83	-1,14	-1,09	-0,88	-0,86	-0,94	-0,69
	t	-4,00***	-4,85***	-6,16***	-4,56***	-4,99***	-4,83***	-4,32***
Democracia	b	-0,23	-0,12	-0,22	-0,20	-0,13	-0,24	-0,17
	t	-3,82***	-1,77*	-3,71***	-3,45***	-2,25**	-4,28***	-3,34***
Constante	b	8,42	13,37	-4,82	15,62	18,5	16,62	13,46
	t	1,96**	4,65***	-0,48	9,79***	14,21***	10,19***	10,12***
R2 Ajustado		0,64	0,68	0,64	0,65	0,69	0,62	0,73
Durbin Watson		1,71	1,56	1,69	1,76	1,97	1,9	1,9
N		68,00	36,00	68	69,00	67	84	84

Fontes: Transparency International (2010); United Nations (2010); Freedom House (2011 a), World Values Survey (2009).

Nota: Níveis de significância: * p < 0,10; ** p < 0,05; *** p < 0,01.

3.4 EFEITOS COMBINADOS DAS VARIÁVEIS CULTURAIS SOBRE A CORRUPÇÃO EM MODELOS CONTROLADOS POR POLÍTICA E ECONOMIA

Na primeira fase de nossa análise dos resultados, atestamos a força da variável dependente ante outras medidas de corrupção. Em seguida, realizamos uma correlação bivariada simples entre o índice de percepção de corrupção e nossas variáveis independentes. A terceira etapa consistiu na análise dos efeitos individuais dessas variáveis na estimação da corrupção, controlados o desenvolvimento econômico e o regime político. Por fim, nesta quarta e última etapa de análise, realizaremos a análise dos efeitos combinados das variáveis que demonstraram maior força estatística nas etapas anteriores.

Primeiramente, iremos apresentar os modelos multivariados de 15 a 19, que replicam exatamente os utilizados por Power e González. Novamente, em T1 serão apresentados os resultados do trabalho de referência, e em T2, os que obtivemos com os dados mais recentes e abrangentes. Os resultados serão então contrastados e os achados comparados.

Após essa etapa, que encerra a replicação de todos os métodos, variáveis e modelos usados pelos autores, incluiremos, nos modelos de 20 a 25, as duas variáveis culturais que demonstraram maior poder explicativo dentre as dez novas introduzidas neste trabalho. O objetivo dessa última etapa é o de explorar uma diferente perspectiva teórica e eventualmente acrescentar uma outra dimensão de análise aos modelos do trabalho de referência.

3.4.1 Efeitos combinados das variáveis culturais originais sobre a corrupção em modelos controlados por política e economia

De início, é perceptível que, como ocorreu ao longo de todo o trabalho, o número de países em cada um dos modelos foi mais abrangente em T2, a partir dos dados mais recentes e completos disponíveis, do que o encontrado no estudo de Power e González (T1).

O Modelo 15 combina as três variáveis originais mais relevantes na estimação da corrupção (confiança interpessoal, porcentagem protestante e mulheres no governo), mantendo os controles de riqueza e liberdade política. Nos dois períodos analisados (mais fortemente em T2), apenas a confiança interpessoal se mostrou significativa dentre as variáveis culturais. As variáveis “porcentagem protestante” e “mulheres no governo” não apresentaram significância, tendo esta última inclusive adotado polaridade positiva, contrária à esperada.

No modelo 16 retiramos a medida de participação feminina no governo. Embora nesse cenário a filiação ao protestantismo tenha se mostrado significativa, novamente a variável cultural dominante foi a confiança interpessoal. Esses dois modelos (15 e 16), a despeito de apresentarem o menor número de casos (25 em T1 e 32 em T2), parecem reiterar a força da confiança compartilhada na estimação da corrupção. Percebe-se ainda uma sensível inversão de significância e poder explicativo entre as nossas variáveis de controle em T2, quando comparada à T1. O PIB apresentou em T2 desempenho mais modesto, ao passo que a democracia viu aumentada a sua significância.

Tabela 8 – Modelos multivariados dos efeitos da cultura sobre a corrupção

Variável	Modelo 15		Modelo 16		Modelo 17		Modelo 18		Modelo 19	
	2000 (T1)	2010 (T2)	2000 (T1)	2010 (T2)	2000 (T1)	2010 (T2)	2000 (T1)	2010 (T2)	2000 (T1)	2010 (T2)
Confiança interpessoal	b -0,04	-0,05	-0,04	-0,04			-0,29	-0,04		
	t -1,78*	-2,94**	-1,73*	-2,62**			-2,1**	-3,75**		
%	b -0,01	-0,01	-0,01	-0,02	-0,02	-0,02				
Protestante	t -1,25	-0,66	-1,26	-1,97*	-3,56**	-2,99**				
Mulheres no governo	b 0,01	-0,03			-0,02	-0,04	-0,04	-0,02		
	t 0,24	-1,4			-0,66	-3,33**	-1,85*	-1,61		
PIB per capita	b -1,74	-0,19	-1,73	-0,33	-1,81	-0,9	-1,84	-0,81	-2,19	-0,87
	t -4,09**	-0,53	-4,18**	-0,91	-5,69**	-5,17**	-6,26**	4,68**	-11,52**	-10,09**
Democracia	b -0,14	-0,34	-0,14	-0,35	-0,22	-0,18	-0,13	-0,18	-0,11	-0,21
	t -0,2	-2,51**	-0,94	-2,58**	-2,31*	-1,77*	-1,72*	-2,93**	-2,25**	-6,91**

Power e González creditam o comportamento fraco da participação feminina no governo no Modelo 15 ao fato de que as demais variáveis do modelo (especialmente democracia, PIB e protestantismo) capturam as características de várias nações desenvolvidas do ocidente, esvaziando a significância da variável “mulheres no governo”. (2003, p. 63). Essa observação, no entanto, é contraditada pelos resultados obtidos no Modelo 17. Neste modelo, combinamos precisamente as três variáveis acima referidas à participação feminina no governo. Em T1, de fato, transparece apenas a significância da filiação religiosa ao protestantismo. Em T2, porém, com o dobro de casos, percebe-se que “mulheres no governo” apresenta elevada significância e capacidade de explicação – maior mesmo que democracia e a própria porcentagem protestante nesse modelo.

No modelo 18, combinamos confiança interpessoal e mulheres no governo às variáveis dependente e de controle. Os resultados, mais uma vez, reforçam a relação observada entre o grau de confiança internamente compartilhado e a corrupção percebida em uma dada sociedade.

O modelo 19 não apresenta nenhuma das variáveis culturais estudadas. Em vez disso, estima a corrupção baseado apenas nas condições econômicas e políticas utilizadas como ferra-

menta de controle: PIB *per capita* real e grau de democracia. A ideia dos autores foi apresentar um contraponto, um referencial de comparação para os demais modelos. Este é também o modelo com o maior número de casos. Ele indica que, de posse apenas dos dados sobre democracia e riqueza, podemos prever a maior parte da variância observada no Índice de Percepção da Corrupção da Transparência Internacional (78% em T1, e 64% em T2).

Os resultados observados nos modelos multivariados, em que combinamos de todas as formas as três variáveis culturais que apresentaram, isoladamente, maior poder de explicação e significância na estimação da variável dependente, permitem algumas considerações principais.

De início, a confiança socialmente compartilhada que se revelou significativa estatisticamente em todos os modelos em que foi utilizada, se mostrou a mais relevante variável cultural em análise, com um sólido e constante efeito negativo sobre a corrupção. Essa observação traz ainda mais evidências empíricas à teoria do capital social de Putnam (2000), que tem na confiança interpessoal um de seus pilares.

A filiação ao protestantismo também apresentou considerável relação com o nível de corrupção, mas seu desempenho foi sistematicamente inferior ao revelado pela confiança interpessoal.

A terceira consideração diz respeito à relação entre a participação de mulheres no governo e o grau de corrupção. Essa variável apresentou uma interação menos uniforme com os dados. No modelo 15, foi insignificante e apresentou polaridade inversa à esperada. No modelo 18 mostrou um resultado melhor, mas ainda pouco significativo. No entanto, nos modelos 17, contraposta à porcentagem protestante, e no modelo 7, quando foi analisada isoladamente, a variável demonstrou extraordinários poder explicativo e significância.

Acreditamos que os resultados lançam alguma sombra de dúvida à ideia de que a maior participação feminina no governo está diretamente relacionada a um menor nível de corrupção. Convém destacar, no entanto, que os modelos em que essa variável se mostrou mais fraca são justamente os que contam com um menor número de casos, e, por decorrência lógica, os modelos mais abrangentes foram aqueles que testemunharam seu maior poder de explicação. Em outras palavras, quanto maior a margem estatística, mais relevante se mostrou a variável. Esse fato, por si só, reforça a noção de que existem indícios que apontam para um potencial vínculo, robusto e negativo, entre o poder feminino e a transação corrupta, e que esse vínculo deve ser melhor investigado.

A quarta e última observação principal derivada dos nossos modelos é referente às variáveis de controle. Sobre elas, os autores afirmam que:

Deveríamos ressaltar o efeito impressionante das variáveis “PIB” e “democracia” em todos esses modelos. Apenas conhecendo o nível comparativo de democracia e desenvolvimento de um país já é possível prever uma grande quantidade de variância nos níveis percebidos de corrupção – e dado que aproximadamente quatro quintos da variância em corrupção pode ser explicada dessa forma, torna-se claro que incorporar variáveis culturais à análise trará apenas vantagens limitadas em termos de robustez estatística. (POWER e GONZÁLEZ, 2003, p. 63)

Com efeito, essa conclusão é irrefutável tendo como parâmetro apenas os dados encontrados pelos autores (expostos aqui em T1). Os dados mais completos e atualizados com que trabalhamos, em T2, produziram resultados razoavelmente diversos. Percebe-se claramente que, em T2, a nossa medida de democracia apresentou um resultado mais significativo que em T1, tendo sua capacidade explicativa aumentada em 9 dos 12 modelos replicados do trabalho original. A nossa dimensão de controle econômico (PIB *per capita* real), por sua vez, se manteve como a mais forte variável dentre todas as operacionalizadas no trabalho de referência. O seu comportamento, porém, se mostrou menos vigoroso que em T1, sendo

inclusive insignificante nos modelos 15 e 16. Por fim, no modelo 19, usado como parâmetro de análise, o R2 ajustado em T2 foi de 0,64, o que significa que podemos prever 64% da variância no nível de corrupção percebida internacionalmente com base apenas na riqueza e no grau de liberdade política. É um valor expressivo, mas menor que os 78% encontrados em T1.

Com essa última análise, concluímos integralmente o objetivo de replicar a metodologia do artigo de Power e González sobre a relação entre cultura política, capital social e percepções sobre a corrupção.

Seguimos todos os passos desses autores, desde a seleção e operacionalização das variáveis e do teste preliminar da validade da nossa medida de corrupção (no trabalho original, o CPI foi contraposto a uma medida alternativa de corrupção. Aqui, de forma mais extensiva, utilizamos seis diferentes medidas como parâmetro), passando pela análise bivariada simples de correlação entre as variáveis independentes e o CPI, seguida pelos modelos multivariados 1 a 7, em que isolamos o efeito das variáveis culturais sob o controle das dimensões política e econômica, e por fim, pelos modelos multivariados de 15 a 19, onde as mais relevantes variáveis originais foram combinadas.

Os achados da pesquisa, que contou com fontes mais recentes e um número de casos muito maior, reforçaram na maioria das vezes os resultados encontrados por Power e González. Nossos modelos, com dados mais atualizados, reiteraram a relação entre menor corrupção, confiança interpessoal e participação feminina no governo. Além disso, também atestamos a maior força da tradição protestante sobre a corrupção entre as três religiões estudadas, embora tenhamos encontrado evidências de que o catolicismo e mais fortemente o islamismo também se relacionam, positivamente, com o aumento da corrupção percebida – conclusão não presente nos achados originais. Com relação às variáveis de controle, observamos menor poder explicativo

do PIB e maior da democracia em T2 em relação a T1, e menor relevância proporcional de seu conjunto em geral.

Na seção seguinte, adicionamos aos modelos multivariados analisados até aqui as duas variáveis mais relevantes dentre as dez introduzidas neste trabalho e discutimos o seu impacto.

3.5 ANÁLISE EXPLORATÓRIA DOS EFEITOS DAS NOVAS VARIÁVEIS CULTURAIS SOBRE OS MODELOS ANTERIORES.

Esta etapa final da análise não se presta mais a replicar os modelos de Power e Gonzáles ou comparar os resultados de T1 e T2. Conforme discutido anteriormente, além de reproduzir cada detalhe da metodologia dos autores, buscamos ainda, de forma paralela, investigar a relação de outras dez variáveis culturais da World Values Survey com o índice de Percepção da Corrupção. Após analisar a correlação de cada uma delas com a variável dependente (Tabela 4) e isolar os seus efeitos em modelos multivariados controlados por democracia e PIB *per capita* (Modelos 8 a 14), selecionamos as duas que mais se destacaram em poder explicativo: os eixos de valores tradicionais vs. seculares racionais e o de valores de sobrevivência vs. valores de autoexpressão. O objetivo aqui é, portanto, apenas explorar os potenciais efeitos dessas duas variáveis que se mostraram mais robustas e significativas ao longo de nosso estudo, na tentativa de agregar ainda mais valor à pesquisa e acrescentar uma nova dimensão analítica à interação entre as variáveis. Os resultados são apresentados na Tabela 9.

Tabela 9 – Impacto dos eixos culturais sobre os modelos multivariados dos efeitos da cultura sobre a corrupção

Variável		Modelo 20	Modelo 21	Modelo 22	Modelo 23	Modelo 24
Confiança interpessoal	b	-0,03				
	t	-2,49**				
% Protestante	b		-0,02			
	t		-2,08**			
Mulheres no governo	b			-0,02		
	t			-1,65		
Valores tradicionais-racionais	b	-0,21	-0,5	-0,43	-0,45	-0,92
	t	-1	-2,27**	-2,78***	-2,89***	-6,86***
Valores sobrevivência-autoexpressão	b	-0,76	-0,96	-0,93	-1,07	-1,46
	t	-3,54***	-4,14***	-5,21***	-6,68***	-10,73***
PIB <i>per capita</i>	b	-0,42	-0,09	-0,48	-0,45	
	t	-2,46**	-0,27	-2,74***	-2,57**	
Democracia	b	-0,2	-0,29	-0,11	-0,14	
	t	-3,43***	-2,51**	-2,14**	-2,8***	
Constante	b	12	9,67	11,16	10,77	4,94
	t	7,06***	3,79***	7,02***	6,83***	34,73***
R2 Ajustado		0,78	0,78	0,75	0,76	0,67
Durbin Watson		1,95	2,02	2,06	1,94	1,96
N		66	42	83	84	88

Fontes: Transparency International (2010); United Nations (2009; 2010); Freedom House (2011 a), World Values Survey (2009).

Nota: Níveis de significância: * p < 0,10; ** p < 0,05; *** p < 0,01.

Não por acaso, os índices agregados selecionados representam a mais moderna formulação teórica de Inglehart na seara dos eixos valorativos que se prestam a capturar elementos culturais essenciais em um espectro simples e de grande poder explicativo, em um esforço que vem desde os anos 70, quando o autor introduziu o conceito de pós-materialismo.

Para explorar o poder explicativo dessas duas variáveis e ainda assim preservar a comparabilidade com os achados anteriores, reproduzimos, nos modelos 20 a 24, a mesma estrutura básica dos modelos anteriores: a variável dependente é o CPI 2010, as variáveis de controle são o PIB *per capita* e a democracia, e além das duas novas variáveis, incluímos as três originais

que demonstraram melhor desempenho: confiança interpessoal, porcentagem protestante e participação feminina no governo. Todos os modelos foram montados com base em T2.

O modelo 20 reproduz as variáveis do modelo 1, acrescentando as duas novas dimensões. Nesse novo modelo, a confiança interpessoal apresenta significância moderada, e a variável cultural de maior destaque é a referente ao eixo de valores sobrevivência vs. autoexpressão. Essa medida supera inclusive as variáveis de controle.

O modelo 21 inclui na análise a tradição protestante, assim como o modelo 4. A adição das novas variáveis diluiu um pouco a significância estatística do protestantismo na estimação da corrupção. Nesse modelo, a variável para valores tradicionais vs. racionais demonstrou considerável poder explicativo, rivalizando com o controle democracia. Uma vez mais a variável “sobrevivência vs. autoexpressão” foi dominante, tendo o PIB se revelado insignificante.

No modelo 22, a variável cultural original analisada é a proporção de mulheres em nível ministerial de governo. Em comparação ao modelo 7, percebe-se que a sua significância estatística e capacidade de estimação no modelo decaem consideravelmente após o adendo dos novos dois eixos de valores na análise multivariada. A variável de controle econômico volta a apresentar alta significância, mas juntamente com a variável política, apresentam uma menor capacidade explicativa que os espectros valorativos acrescentados.

Os modelos 23, e 24 apresentam um contraponto ao modelo 19, utilizado por Power e González para servir de parâmetro de comparação. Neste modelo, os autores utilizaram apenas as variáveis de controle político e econômico e excluíram as variáveis culturais da análise, o que subsidiou a conclusão de que a incorporação de variáveis culturais à análise não contribuía sig-

nificativamente para explicar a variância internacional do Índice de Percepção da Corrupção (2003, p. 63).

No modelo 23, acrescentamos às variáveis de controle os novos índices agregados. Os resultados mostram que as novas variáveis, uma vez mais, exibem maior significância e capacidade de estimação que as variáveis de controle.

O modelo 24 emula novamente o modelo 19, mas desta vez substituímos as variáveis de controle pelas variáveis referentes aos eixos de valores tradicionais vs. racionais e de sobrevivência vs. autoexpressão. Os valores de autoexpressão novamente demonstram um efeito dominante, negativo e robusto, e ambas as variáveis apresentaram extraordinária significância. Com base nesse modelo, pode-se concluir que, sabendo apenas como os países se posicionam nessa escala bidimensional de valores, ou seja, qual a sua classificação em cada um dos dois eixos, seria possível determinar 67% da variância do Índice de Percepção da Corrupção.

A análise conjunta dos modelos permite tecer algumas considerações importantes. Primeiramente, parece claro que os eixos de valores operacionalizados por Inglehart efetivamente capturam a força de variáveis essenciais e transcendem o poder explicativo das variáveis individualmente analisadas. Nenhuma das três variáveis originais mais importantes e relevantes manteve a sua significância original, tendo sua força estatística em certa medida, absorvida pelas novas variáveis.

Em segundo lugar, o poder explicativo dos valores de autoexpressão é extraordinário, tendo essa variável forte impacto negativo sobre o CPI. Em todos os cinco modelos analisados, essa variável apresentou a maior capacidade de estimação e os níveis de significância mais relevantes.

A terceira observação derivada dos novos modelos é que, se fizermos o exercício de inverter um pouco a lógica dos mo-

delos anteriores e considerarmos os valores racionais e de auto expressão como nossos controles estatísticos, podemos concluir que as condições estruturais (econômica e política) explicam menos a variância da corrupção internacional que essas variáveis “não estruturais”.

A força dessas observações amparadas nos nossos dados nos permite lançar um novo olhar sobre a opinião de Power e González, segundo a qual a corrupção seria quase que completamente explicável pelo grau de democracia política e riqueza, e que a análise das relações entre valores culturais socialmente compartilhados não traria senão um poder explicativo marginal à análise.

Em primeiro lugar, como os próprios autores estabelecem em seu artigo, existe uma delicada e complexa relação entre os valores culturais e o ambiente político, econômico e institucional. Conforme afirma Scott (1972, p. 3, *apud* POWER e GONZALEZ, p. 55) “o padrão de corrupção de uma determinada nação em um determinado momento reflete a configuração das instituições políticas, dos valores populares e das clivagens sociais”. É justamente por reconhecerem essa interação que os autores reforçam, a nosso ver acertadamente, a importância de manter controles econômicos e políticos, como forma de evitar um eventual determinismo cultural, potencialmente presente em um modelo que apenas analisa valores.

No entanto, ao produzir o modelo 19, que excluiu as variáveis culturais, os autores podem ter incorrido no outro extremo, ou seja, uma espécie de “determinismo estrutural” ou político-econômico.

Ora, o poder explicativo do PIB *per capita* e da democracia é, sem dúvida, realmente extraordinário. De forma análoga aos eixos de valores apresentados por Inglehart, essas duas dimensões tem uma profunda relação com uma ampla gama de outras condições estruturais. Ainda assim, ao se montar uma regressão linear que tem como variáveis dependentes apenas as condições

políticas e econômicas, é apenas natural que elas respondam por grande parte da variação no modelo. Executando expediente análogo, verificamos que o poder explicativo dessas condições estruturais é menor que o dos valores racionais e de autoexpressão, seja quando considerados em conjunto (modelo 23), seja isoladamente (o modelo 19 indica que as duas condições estruturais explicam, sozinhas, 64% da variância do CPI em 2010, valor menor que os 67% do modelo 24, que utiliza apenas os dois eixos valorativos).

Ademais, dizer que a democracia e a riqueza – e não os valores culturais – explicam a corrupção não nos parece integralmente adequado. Se o PIB explica a corrupção, poderíamos perguntar: o que explica o PIB? Não haveria relação entre certos valores culturais e o desenvolvimento econômico? De forma meramente exploratória, observamos que, em uma regressão linear, nossas variáveis para valores tradicionais vs. seculares e de sobrevivência vs. autoexpressão explicariam, sozinhas, 54% da variação do PIB.

Power e González também trabalham com a ideia de que essas variáveis de controle ambientais (democracia e renda), em alguma medida, incorporaram alguns efeitos culturais duradouros, não sendo completamente neutros e dissociáveis da cultura. Afirmam os autores que:

[...] há fortes razões para acreditar que os *lagged effects* da cultura estão parcialmente incorporados em nossas variáveis de controle principais [...] Se esse é o caso, então é notável que diversos dos fatores culturais examinados nesse estudo [...] terminaram por fornecer poder explicativo adicional acima e além dessas variáveis estruturais que já devem ter incorporado a cultura. Se esse não é o caso – isto é, se o leitor não aceita que os níveis contemporâneos de democracia e desenvolvimento incorporam efeitos culturais, e alternativamente preferem vê-los como controles ambientais neutros – então ainda é importante notar que a cultura parece proporcionar-nos ao menos alguma modesta vantagem analítica sobre o problema da corrupção (POWER e GONZÁLEZ, 2003, p. 66).

Conforme afirma Landes, quase toda diferença observada no desenvolvimento econômico vem da cultura, mas “a cultura não é um elemento isolado. As análises econômicas partilham a ilusão de que uma boa razão deveria bastar, mas as determinantes de processos complexos são invariavelmente plurais e inter-relacionadas. Explicações monocausais não funcionam.” (2002, p. 40).

Nessa última etapa de nossa análise dos dados, buscamos agregar ainda mais valor ao nosso estudo e apresentar uma nova perspectiva de interpretação dos dados, acrescentando, em modelos multivariados análogos aos do trabalho de referência, as dimensões culturais mais estatisticamente significantes dentre as dez novas variáveis exploradas aqui.

Os resultados encontrados não desmerecem em nada o sólido e coeso trabalho de Power e González. Acreditamos, porém, que a nossa análise exploratória com as novas variáveis introduzidas aqui permitiu, para além de apenas replicar o trabalho de referência, apontar novas possibilidades para as pesquisas futuras e, em certa medida, relativizar a conclusão de que as condições estruturais seriam necessariamente mais relevantes que os valores culturais para se compreender o fenômeno da corrupção. Os modelos aqui trabalhados reforçam a ideia que permeia toda a nossa pesquisa: as relações entre a cultura e condições estruturais não é unidirecional, mas multivariada e complexa, e qualquer tentativa de se compreender as causas das diferenças observadas internacionalmente na percepção e prática da corrupção deve necessariamente levar essa inter-relação em consideração.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo deste trabalho, buscamos investigar a relação entre valores culturais socialmente compartilhados e a percepção e prática da corrupção. No entanto, conforme ensina Lambsdorff (2006, p.4): “Pesquisar corrupção é difícil porque muitas das causas de corrupção são também consequências da corrupção”. Cientes dessa dificuldade inerente ao estudo das causas do fenômeno, fizemos uma importante escolha de trabalho e decidimos replicar, integralmente, a solução metodológica adotada por Power e González (2003) em seu estudo sobre a cultura política, o capital social e as percepções sobre a corrupção. Esse é o método mais cientificamente produtivo de edificação sobre uma pesquisa existente (KING, 1995), e acreditamos que sua adoção aqui foi muito feliz, por uma serie de razões.

De início, ao replicar a metodologia do trabalho, tivemos a segurança de adotar uma estrutura mais madura, previamente revisada pelos pares. Ademais, isso permitiu um diálogo franco e aberto com o trabalho de referência, possibilitando identificar tendências, corroborar os achados e mesmo contrastá-los com as novas evidências.

Destacamos que este trabalho não foi somente uma atualização da pesquisa anterior com dados mais recentes. Nossos novos dados, atualizados em uma década em relação ao trabalho de referência, foram também substancialmente mais abrangentes, praticamente dobrando o número de casos em cada uma das análises, o que contribuiu positivamente para a força estatística e para o poder de generalização de nossos achados.

Ainda, embora essa maior margem estatística tenha acrescentado, por si só, uma nova e mais vigorosa dimensão explicativa ao nosso trabalho, optamos por, além de reproduzir de forma integral e em detalhes a metodologia do trabalho de referência,

adicionar à nossa análise diversas outras variáveis culturais apontadas pela literatura como causadoras da corrupção e não exploradas por Power e González (2003).

Essa adição não trouxe risco de desvio ou afastamento do objetivo principal do trabalho, nem tampouco apresentou ameaça à coesão do estudo. Ao contrário, observamos, na operacionalização dessas novas variáveis, a manutenção da estrutura metodológica do trabalho de referência e apresentamos seus resultados de forma autônoma mas integrada, preservando a comparabilidade dos achados. As novas variáveis permitiram explorar novas possibilidades teóricas e complementar os achados originais com outra perspectiva de análise, agregando maior valor científico à pesquisa.

Sintetizamos, no Capítulo 2, a literatura pertinente à pesquisa, com as diferentes abordagens teóricas sobre as causas culturais e estruturais da corrupção, e discutimos a inter-relação complexa e dinâmica entre essas dimensões. As diversas abordagens teóricas foram operacionalizadas em 21 hipóteses de trabalho ao final do capítulo.

No Capítulo 3, apresentamos as fontes e a operacionalização das variáveis utilizadas para viabilizar o teste das hipóteses. Reproduzimos, em detalhes, os passos seguidos por Power e González nessa fase, sempre que possível, e discutimos brevemente os procedimentos de elaboração do banco de dados que subsidiou as nossas análises.

Antes, porém, de recapitularmos o resultado de nossos testes de hipóteses, convém destacar as limitações inerentes à nossa pesquisa. Como vimos, o presente estudo se enquadra em uma nova e profícua área de estudos sobre corrupção, a pesquisa comparada transnacional quantitativa. Esse tipo de pesquisa só se tornou possível com a disponibilidade de novos e abrangentes dados internacionais sobre a corrupção, cujo maior exemplo é o

Índice de Percepção da Corrupção, disponibilizado desde 1995 pela Transparência Internacional.

A primeira limitação observada é que o CPI é uma medida de reputação e não uma medida concreta da corrupção em um país. Power e González contornaram essa crítica ao ancorar o CPI em uma questão da WVS 1995. Nós optamos por uma análise mais densa da questão, e confrontamos o CPI com seis outras medidas internacionais de corrupção, diferentes em objeto, público alvo e metodologia, desde indicadores de corrupção da WVS até o Índice KKM do Banco Mundial, passando pelo Barômetro da Corrupção Global e pelo *Bribe Payers Index*, da Transparência Internacional. Essa extensiva análise gerou resultados bastante positivos e nos autoriza a concluir que o CPI é um excelente *proxy* para a corrupção, e que qualquer potencial viés em suas fontes é diluído ou eliminado por sua metodologia de parametrização dos dados.

O segundo aspecto limitante é que não dispomos de dados completos para todos os países e todas as variáveis estudadas. Embora esse tenha sido um problema mais grave no trabalho de referência que aqui, também observamos a redução da margem estatística em modelos mais complexos, o que nos levou a eliminar algumas variáveis na especificação dos modelos. Essas limitações, no entanto, não retiram o mérito de nossas análises e o valor científico de nossos achados. Além disso, o fato de que esses dois limitantes atingiram muito mais fortemente o trabalho de referência que o nosso demonstra que, em um tempo relativamente curto, a disponibilidade e qualidade dos dados apresentaram notável progresso, o que permite prever que as pesquisas futuras na área poderão ser ainda mais refinadas e abrangentes. Recapitulamos sucintamente, a seguir, os achados da pesquisa, comparando-os, quando cabível, com os de Power e González.

A nossa Hipótese 1, que relaciona a maior confiança interpessoal a uma menor corrupção, teve sua importância teórica

vigorosamente confirmada pelos testes empíricos, sendo a variável cultural dominante na vasta maioria dos modelos, corroborando os achados de Power e González.

A associação entre as nossas medidas de orientações não cívicas (Hipótese 2) e tolerância ao suborno (Hipótese 3) com a corrupção obedeceu às predições teóricas, mas em ambos os casos o poder explicativo foi moderado – e mesmo irregular, no caso das orientações não cívicas, cujo desempenho foi melhor em T1 que em T2 nas análises bivariadas simples, e melhor em T2 que em T1 nos modelos multivariados controlados por democracia e renda. Em todos os casos, aqui e no trabalho de referência, essas duas variáveis foram sistematicamente dominadas pela confiança interpessoal.

Nossas análises, com dados mais abrangentes e recentes, corroboram os achados dos autores sobre a relação entre o protestantismo e uma menor corrupção percebida, conforme estipula a Hipótese 4, reiterando que há provavelmente alguma particularidade duradoura no tocante a essa tradição religiosa e a prática corrupta.

Com relação ao catolicismo e ao islamismo e a sua ligação com a corrupção (Hipóteses 5 e 6, respectivamente), nossos resultados foram algo diversos dos encontrados no trabalho de referência. A filiação ao catolicismo não apresentou qualquer relação com a percepção da corrupção nas análises bivariadas simples em nenhum dos dois períodos, mas mostrou sua força com os dados mais completos nos modelos multivariados controlados por regime político e desenvolvimento em T2, contrastando com os resultados de Power e González.

De forma análoga, a filiação ao islamismo também se mostrou positivamente associada à maior corrupção, tanto na correlação simples quanto nos modelos controlados em T2, e embora seu poder de estimação tenha sido inferior ao apresentado pelo

catolicismo e principalmente pelo protestantismo, nossos resultados foram consistentes e contrastam com a conclusão dos autores de que qualquer relação entre essa tradição religiosa e a corrupção seria “espúria”.

Nossas análises também fazem eco aos resultados alcançados por Power e González e previstos pela literatura no tocante à conexão existente entre a maior participação feminina no governo e a menor incidência da corrupção (Hipótese 7). A despeito de essa relação ter oscilado consideravelmente, sendo insignificante ou apenas moderada nos modelos 15 e 18 e robusta nos modelos 7 e 17, verificamos que esse vínculo foi mais forte nos modelos com maior margem estatística, reforçando os indícios de que essa relação apresenta potencial de análise para futuras investigações.

Além das variáveis culturais propostas pelos autores, abordamos também a relação entre a corrupção e as condições ambientais, econômicas e políticas. Essas variáveis estruturais foram utilizadas como um controle estatístico, de forma a evitar o determinismo cultural.

A relação entre a desenvolvimento econômico e a corrupção (Hipótese 8) apresentou a direção esperada, de acordo com a literatura, tanto no trabalho de referência quanto com os novos dados. Essa foi a variável estrutural mais forte e relevante dentre as analisadas.

O elo entre a desigualdade de renda – nossa segunda variável econômica – e o índice de percepção da corrupção (Hipótese 9) se mostrou bem menos vigoroso. No trabalho de referência, essa condição apresentou, na correlação bivariada simples, razoável significância estatística, mas foi consistentemente dominada pelo PIB *per capita* e eliminada das demais fases de análise para garantir modelos mais minimalistas. Essa moderada força não se repetiu em T2, com dados mais abrangentes, quando a

variável sequer apresentou a polaridade esperada. Portanto, no que compete às variáveis econômicas, nossos achados reforçam a superioridade do PIB *per capita* como estimador econômico da corrupção, observada por Power e González, e questionam as vinculações entre desigualdade de renda e corrupção apresentadas pela literatura.

As liberdades política e de expressão também foram utilizadas em nossas análises. Verificamos que, assim como previsto pela produção teórica e indicado no trabalho de referência, o maior desenvolvimento democrático diminui consideravelmente a corrupção, atestando a nossa Hipótese 10. Nossos achados demonstram ainda que, principalmente nos modelos multivariados em T2 – com informações mais recentes e completas –, a significância e o poder explicativo dessa variável se mostraram mais fortes que nos modelos de Power e González. A liberdade de expressão também mostrou coerência com a previsão teórica, correlacionada com menos corrupção, em conformidade com nossa Hipótese 11. No entanto, com vistas a elaborar modelos menos sobrecarregados, e considerando que ela se mostrou demasiado correlacionada à democracia, seguimos o exemplo do trabalho de referência e excluímos essa variável das demais etapas de análise.

Embora a simples replicação da metodologia do trabalho de referência já representasse uma importante contribuição à pesquisa, analisamos ainda uma ampla gama de potenciais causas culturais da corrupção, apresentadas pela literatura e não diretamente abordadas pelos autores.

A importância dada ao mérito enquanto valor, apontada pela literatura como traço cultural inibidor da corrupção (Hipótese 12), não demonstrou em nossas análises qualquer poder explicativo.

A ética do trabalho, fortemente relacionada ao protestantismo e ao desenvolvimento econômico por Weber, apresentou correlação fortemente positiva com a corrupção, ou seja, quanto maior a importância dada ao trabalho, individualmente ou em oposição ao lazer, maior o nível de corrupção da sociedade. Esses achados são aparentemente paradoxais e contrariam a Hipótese 13, mas são coerentes com a teoria da “revolução silenciosa” de Inglehart, segundo a qual as sociedades pós-industriais apresentaram, em virtude do desenvolvimento econômico e da estabilidade, uma sensível mudança nos valores prioritários, que passaram de materialistas, com ênfase em questões como emprego, trabalho e inflação, para pós-materialistas, com foco no bem-estar e na autonomia.

Em um claro exemplo de como a interação entre cultura, política e economia não é unidirecional, mas complexa e multifacetada, observamos que a maior ênfase (ou motivação para a realização, para usar a terminologia de Lipset e Lenz) no trabalho foi um dos fatores que levaram as sociedades ao desenvolvimento econômico, e que esse desenvolvimento proporcionou uma alteração nos valores básicos da sociedade, aumentando a importância de objetivos não relacionados ao trabalho, como cultura, lazer e autoexpressão.

A importância da família foi utilizada como forma de testar a relação entre o familismo amoral e a corrupção (Hipótese 14). Nossos resultados apontam para um moderado mas consistente vínculo entre as variáveis, e mesmo que ele não seja particularmente intenso, os dados indicam haver espaço para se investigar mais profundamente as relações entre o familismo e a corrupção.

Buscamos testar o vínculo entre estruturas sociais mais hierarquizadas e estáticas e a corrupção por meio do respeito à autoridade. Esse nexos causal é previsto pela literatura em razão da maior verticalização da hierarquia em sociedades tradicionais, e

as análises apontaram para forte correlação entre esse elemento cultural e a corrupção, conforme estabelece a Hipótese 15.

As conexões entre o apego às tradições e a maior corrupção (Hipótese 16) também são extensas na literatura. A análise, a partir da variável selecionada, não foi capaz de demonstrar esse vínculo, mas os resultados devem ser relativizados e encarados com ressalva, pois a análise apresentou pequena margem estatística, cobrindo apenas 17 países em T2. A mesma relação, abordada com base na posição do país no eixo de valores tradicionais vs. valores racionais-seculares, sensivelmente mais abrangente (N=88 países), mostrou forte significância estatística, corroborando a Hipótese 16. No outro extremo do eixo, nossos resultados também indicam que a maior ênfase em valores secular-rationais está diretamente relacionada à menor percepção da corrupção, conforme previsto pela Hipótese 17.

Além do eixo de valores tradicionais e racionais, analisamos a relação entre a corrupção e os outros agregados culturais de Inglehart. Esses índices são compostos a partir de uma combinação de variáveis fundamentais, e apresentam maior poder sintético explicativo, englobando uma complexa dimensão cultural em uma variável simples.

O grau de autonomia apresentou uma relação negativa contundente com a corrupção, confirmando o que previa a teoria, e o índice de pós-materialismo demonstrou desempenho ainda mais significativo, sugerindo existir, concretamente, uma íntima relação entre os valores materialistas e a prática corrupta. Os resultados encontrados são condizentes com a teoria de Inglehart e corroboram as Hipóteses 18 e 19.

Esses valores pós-materialistas e de autonomia estão na gênese do eixo de valores de sobrevivência vs. autoexpressão, que juntamente com o eixo de valores tradicionais vs. racionais formam o mapa de valores culturais, mais moderna e elabora-

da formulação teórica de Inglehart. O desempenho dos valores desse eixo se mostrou o mais forte ao longo da análise, desde a correlação simples aos mais complexos modelos multivariados, e sua significância estatística e poder explicativo superaram inclusive o das variáveis de controle político e econômico – feito longe de ser alcançado pela variáveis culturais do trabalho de referência. Nossos resultados confirmam as Hipóteses 20 e 21, reiterando que a corrupção tende a ser maior em sociedades em que predominam os valores de sobrevivência, e menor nas quais há maior predominância dos valores de autoexpressão.

O contraste entre os resultados do trabalho de referência e os nossos achados atestam, de forma geral, a nossa hipótese geral de que existem fatores culturais associados à corrupção, e permite algumas considerações.

A confiança interpessoal, elemento central do capital social, demonstrou ser a mais consistente variável cultural dentre as originalmente estudadas, reforçando os achados de Power e González. Da mesma forma, a tradição protestante apresentou os resultados mais fortes dentre as filiações religiosas, aqui e no trabalho de referência, mas, diferentemente do que concluíram os autores, nossos dados revelam existir alguma relação entre corrupção e as religiões católica e islâmica. Por fim, o terceiro maior achado do trabalho de referência – que a maior participação feminina no governo tem impacto na redução da corrupção – foi também corroborado aqui.

A análise, no entanto, não se restringiu a condicionantes culturais, e os modelos de regressão estruturados por Power e González apresentaram, como variáveis de controle, condições econômicas (PIB *per capita*) e políticas (democracia). Com base nos seus resultados, os autores concluíram que quase quatro quintos da variância na corrupção pode ser explicada apenas com essas variáveis, limitando assim os ganhos de se introduzir variáveis

culturais no estudo do fenômeno. Nós questionamos essa conclusão sob dois diferentes aspectos, teórica e empiricamente.

Primeiramente, como os próprios autores sublinham, há uma vasta literatura que afirma que a variação entre os níveis de desenvolvimento econômico e político internacionalmente reflete a incorporação de diferentes valores culturais. Assim, segundo essa perspectiva teórica, não faria sentido afirmar que a economia, e não a cultura, explica a corrupção, uma vez que a própria economia pode refletir valores culturais, absorvendo seus *lagged effects*.

O outro contraponto que oferecemos a essa conclusão foi proporcionado pelas nossas evidências empíricas. A replicação dos modelos originais com os dados mais completos e atualizados demonstrou que as variáveis de controle apresentaram importância relativa menor, mas ainda muito forte – elas explicam, sozinhas, 64% da variância internacional da corrupção em T2 (Modelo 19).

Foi, porém, a nova perspectiva de análise, possibilitada aqui pela inclusão de outras variáveis além das utilizadas no trabalho de referência, que permitiu o nosso contraste mais importante. As duas variáveis culturais que apresentaram o desempenho mais forte, significativo e consistente em nossas análises foram os dois agregados culturais propostos por Inglehart e Welzel: o eixo de valores tradicionais vs. secular-rationais e o de valores de sobrevivência vs. autoexpressão. Acrescentando essas duas variáveis aos modelos propostos por Power e González, verificamos que não apenas elas dominaram consistentemente as variáveis culturais originais, como também apresentaram força estatística e significância maior que as variáveis de controle. Repetindo procedimento análogo ao de Power e González, poderíamos afirmar que 67% da variância internacional da corrupção é explicada conhecendo-se apenas a localização do país no mapa cultural de Inglehart e Welzel (Modelo 24).

Concluimos que, além do produtivo diálogo com o trabalho de referência proporcionado pela atualização das variáveis originais, a operacionalização de novas variáveis aqui se mostrou também oportuna e feliz, e efetivamente agregou mais valor à pesquisa do que a replicação apenas. De início, atestamos a força explicativa dos índices culturais, maior que qualquer outra variável cultural, econômica ou política do trabalho de referência. Além disso, oferecemos um novo olhar sobre os achados de Power e González. Esse exercício demonstrou que, tão importante e válido quanto tentar evitar o determinismo cultural, como fizeram os autores, é esquivar-se também do “determinismo estrutural”, uma vez que existe uma interação dinâmica entre os fatores culturais, econômicos e políticos, e qualquer abordagem monocausal será, por definição, incompleta.

Como afirma Gary King, “a boa ciência requer que sejamos capazes de reproduzir resultados numéricos existentes, e que outros pesquisadores possam demonstrar como nossos achados substantivos mudam quando aplicamos os mesmos métodos em outros contextos” (1995, p. 451). Assim, podemos concluir que atingimos os objetivos propostos com a nossa pesquisa, e que, ao sistematizar a literatura pertinente e contrastar os nossos achados com pesquisas anteriores – adotando uma metodologia coesa e replicável, e testando preliminarmente uma grande variedade de hipóteses –, contribuímos para a construção de conhecimento cumulativo e avanços científicos concretos na disciplina.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACEMOGLU, D; VERDIER, T. The choice between market failures and corruption. *American Economy Review* 90(1):194-211, 2000.

ALMEIDA, Alberto Carlos. *A cabeça do brasileiro*. Rio de Janeiro: Record, 4a ed., 2007.

ALMOND, G. e VERBA, S. *The Civic Culture: Political Attitudes and Democracy in Five Nations*. Princeton : Princeton University Press.1963.

ANDRESKI, S. *The African predicament: a study in the pathology of modernisation*. New York: Atherton Press, 1968.

AQUINO, Jakson. *Capital Social: Confiança e Corrupção*. 33º Encontro Anual da ANPOCS GT 06: Controles Democráticos e Instituições Políticas, 2009.

AQUINO, Jakson. *Trabalhando com os dados do World Values Survey*. IV Congresso Latino Americano de Opinião Pública da WAPOR, 2011. Disponível em: <http://www.lepem.ufc.br/jaa/wvs_wapor_bh.pdf>. Acesso em 20 jun 2012.

BANFIELD, Edward. *The Moral Basis of a Backward Society*. Glencoe, IL: The Free Press, 1958. Disponível em: < <http://pt.scribd.com/doc/49095975/Edward-C-Banfield-The-Moral-Basis-of-a-Backward-Society>>. Acesso em 20 jun 2012.

BECKER, G. Crime and punishment—economic approach. *Journal of Political Economy* 76(2):169-217, 1968.

BOBBIO, Norberto. *O positivismo jurídico*. São Paulo: Ícone, 1995.

BREUER, Janice Boucher; MCDERMOTT, John. Trustworthiness and economic performance. 2008. Disponível em: <<http://ssrn.com/abstract=1314844>>. Acesso em 20 jun 2012.

BRUNETTI, A.; WEDER, B. A free press is bad news for corruption. *Journal of Public Economics* 87(7-8):1801-1824, 2003.

CARRARO, André; DAMÉ, Otávio Menezes. Educação e corrupção: a busca de uma evidência empírica. UC Berkeley: Berkeley Program in Law and Economics. 2007. Disponível em <<http://escholarship.org/uc/item/42v1j573>>. Acesso em 20 jun 2012.

CATTERBERG, Gabriella; MORENO, Alejandro. The individual bases of political trust: trends in new and established democracies. *International Journal of Public Opinion Research*, 18(1): 31-48, 2005.

CENTRAL INTELLIGENCE AGENCY. CIA World Factbook 2000. Washington, 2000. Disponível em <<https://www.cia.gov/library/publications/download/download-2000/index.html>>. Acesso em 20 jun 2012.

CENTRAL INTELLIGENCE AGENCY. CIA World Factbook 2010. Washington, 2010. Disponível em <<https://www.cia.gov/library/publications/download/download-2010/index.html>>. Acesso em 20 jun 2012.

CHAFUEN, A.; GUZMÁN, E. Economic freedom and corruption. In: O'Driscoll GP, Holmes KR, Kirkpatrick M, 2000 index of economic freedom. Heritage Foundation, Washington DC, 1999.

DAHLSTRÖM, Carl. Bureaucracy and the Different Cures for Grand and Petty Corruption. QoG Working Paper Series 2011:20. Gothenburg: The Quality of Government Institute. 2011.

DAMATTA, Roberto. O que faz o Brasil, Brasil?. Rio de Janeiro: Rocco: 1986.

DELHEY, Jan. From Materialist to Postmaterialist Happiness? National Affluence and Determinants of Life Satisfaction in Cross-National Perspective. *World Values Research* 2(2):30-54. 2009.

DIAMOND, L. *Developing Democracy :Toward Consolidation*. Baltimore : Johns Hopkins University Press.1999.

DOLLAR, D.; FISMAN, R.; GATTI, R. Are Women Really the "Fairer" Sex? Corruption and Women in Government, Policy Research Report on Gender and Development, Working Paper Series, No. 4. Washington, D.C.: The World Bank, October, 1999. Disponível em: <http://www-wds.worldbank.org/servlet/WDSContentServer/WDSP/IB/2000/08/26/000094946_0008120532266/Rendered/PDF/multi_page.pdf>. Acesso em 20 jun 2012.

EASTERLIN, Richard; SAWANGFA, Onnicha, Happiness and Economic Growth: Does the Cross Section Predict Time Trends? Evidence from Developing Countries. *INTERNATIONAL DIFFERENCES IN WELLBEING*, Ed Diener, John F. Helliwell, and Daniel Kahneman, eds., Oxford University Press, Forthcoming; USC CLEO Research Paper No. C09-1, mar, 2009. Disponível em: <<http://ssrn.com/abstract=1356885>>

FAGUNDES, Bruno Flávio Lontra. Matrizes do pensamento culturalista: Tocqueville e Almond-Verba. *Lua Nova* [online]. n.74. 2008. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ln/n74/06.pdf>> . Acesso em 20 jun 2012.

FILGUEIRAS, Fernando. Notas Críticas Sobre o Conceito de Corrupção. In: *Teoria e Sociedade*, vol. 12, nº 1, 2004.

FISMAN, R; GATTI, R. Decentralization and corruption: evidence across countries. *Journal of Public Economics* 83(3):325-345, 2002.

Freedom House. Freedom in the World 2011. 2011a, Disponível em <<http://www.freedomhouse.org/report/freedom-world/freedom-world-2011>> Acesso em 20 jun 2012.

Freedom House. Freedom of the Press 2011. 2011b, Disponível em <<http://www.freedomhouse.org/report/freedom-press/freedom-press-2011>> Acesso em 20 jun 2012.

GERRING, J.; THACKER, S. C. Political Institutions and Corruption: The Role of Unitarism and Parliamentarism, *British Journal of Political Science*, vol. 34, pp.295-330, 2004.

GLAESER E.; SHLEIFER, A. Legal origins. *The Quarterly Journal of Economics* 117 (4): 1193-1229, 2002

GORODNICHENKO, Yuriy; ROLAND, Gerard. Which Dimensions of Culture Matter for Long-Run Growth? *American Economic Review*, American Economic Association, vol. 101(3), pages 492-98, May, 2011.

HARDOON, Deborah; HEINRICH, Finn. *Bribe Payers Index 2011*, Berlin: Transparency International, 2011.

HARRISON, Lawrence; HUNTINGTON, Samuel (orgs.). *A cultura importa*. Rio de Janeiro: Record, 2002.

HARRISON, Lawrence; Por que a Cultura é Importante. In: HARRISON, Lawrence; HUNTINGTON, Samuel (orgs.). *A cultura importa*. Rio de Janeiro: Record, 2002a.

HARRISON, Lawrence; Promoção da mudança cultural progressista. In: HARRISON, Lawrence; HUNTINGTON, Samuel (orgs.). *A cultura importa*. Rio de Janeiro: Record, 2002b.

HARRISON, Lawrence. Culture Matters. The National Interest 60, pp. 55-65, 2000.

HARRISON, Lawrence. The Central Liberal Truth: How Politics Can Change a Culture and Save It from Itself. Nova York, NY: Oxford University Press, 2006.

HARRISON, Lawrence. Underdevelopment is a State of Mind - the Latin American Case. Harvard University Press, 1985.

HEIDENHEIMER, Arnold J. Perspectives in the perception of corruption. In: HEIDENHEIMER, Arnold J. (ed.). Political corruption: readings in comparative analysis. New York: Hold, Rinehart and Wilston, p. 18-28. 1970

HOORN, A. van; MASELAND, R. (2008). Weber, Work Ethic and Well-Being. Papers on Economics of Religion, (08/07). Disponível em: <http://www.ugr.es/~teoriahe/RePEc/gra/paoner/per08_07.pdf> Acesso em 20 jun 2012.

HOSSAIN, Naomi; MUSEMBI, Celestine; HUGHES, Jessica. Corruption, Accountability and Gender: Understanding the Connections. Primers in Gender and Democratic Governance, no. 5, 2010.

HUNTINGTON, Samuel. O choque das civilizações e a recomposição da nova ordem mundial. Rio de Janeiro: Objetiva, 1997.

INGLEHART, Ronald; BAKER, Wayne. Modernization, Cultural Change, and the Persistence of Traditional Values. American Sociological Review 65: 19-55, 2000.

INGLEHART, Ronald; WELZEL, Christian. Changing Mass Priorities: The Link Between Modernization and Democracy. Perspectives on Politics (vol. 8, No. 2), Jun 2010.

INGLEHART, Ronald; WELZEL, Christian. *Modernization, Cultural Change and Democracy*, New York: Cambridge University Press, 2005.

INGLEHART, Ronald. *Cultura e democracia*. In: HARRISON, Lawrence; HUNTINGTON, Samuel (orgs.). *A cultura importa*. Rio de Janeiro: Record, 2002.

INGLEHART, Ronald. *Modernization and Postmodernization: Cultural, Economic and Political Change in 43 Societies*. Princeton: Princeton University Press, 1997.

INGLEHART, Ronald. *The Silent Revolution: Changing Values and Political Styles Among Western Publics*. Princeton : Princeton University Press, 1977.

KAUFMANN, Daniel, KRAAY, Aart. *Growth Without Governance*. Washington, DC: World Bank, 2002.

KAUFMANN, Daniel; KRAAY, Aart; MASTRUZZI, Massimo, *The Worldwide Governance Indicators: Methodology and Analytical Issues*, World Bank Policy Research Working Paper No. 5430. 2010. Disponível em <<http://ssrn.com/abstract=1682130>>.

KING, Gary. *Replication, Replication*. PS: Political Science and Politics 28, pp. 443-499. 1995.

KLITGAARD, Robert. *Controlling Corruption*. Berkeley: University of California Press. 1991.

KLITGAARD, Robert. *International Cooperation against Corruption*. Finance & Development, Washington, D.C., v. 35, n. 1, p. 3-6. Mar 1998.

LA PORTA, R., LOPEZ-DE-SILANES, SHLEIFER, A. & VISHNY, R. W. *The Quality of Government*. Journal of Law, Economics, and Organization, Oxford, v. 15, n. 1, p. 222-279, Mar 1999.

LA PORTA, R., LOPEZ-DE-SILANES, SHLEIFER, A. & VISHNY, R. W. Trust in Large Organizations. *American Economic Review*, Nashville, v. 87, n. 2, p. 333-338, May. 1997.

LAMBSDORFF, Johann Graf. Causes and Consequences of Corruption: What Do We Know from a Cross-Section of Countries? In: *International Handbook on The Economics of Corruption*. Ed. Susan Rose-Ackerman. Edward Elgar Publishing. 2006.

LANDES, David. Quase toda a diferença está na cultura. In: HARRISON, Lawrence; HUNTINGTON, Samuel (orgs). *A cultura importa*. Rio de Janeiro: Record, 2002.

LEIGH, Andrew; WOLFERS, Justin. Happiness and the Human Development Index: Australia is Not a Paradox. *Australian Economic Review* 39, 2 176-184, jun 2006.

LEITE, C; WEIDMANN, J. Does mother nature corrupt? Natural resources, corruption, and economic growth. IMF Working Paper. International Monetary Fund. Washington DC, 1999.

LEVITT, Steven. *Freakonomics: O lado oculto e inesperado de tudo o que nos afeta*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

LIPSET, Seymour; LENZ, Gabriel. *Corrupção, Cultura e Mercados*. In: HARRISON, Lawrence; HUNTINGTON, Samuel (orgs). *A cultura importa*. Rio de Janeiro: Record, 2002.

MASLOW, A. A Theory of Human Needs. *Psychological Review* 50:370-296. 1943.

MAURO, Paolo. Corruption and Growth. *Quarterly Journal of Economics*, CX, 681-712, 1995.

MAURO, Paolo. Os efeitos da corrupção sobre crescimento, investimentos e gastos do governo: uma análise de países repre-

sentativos. In: ELLIOT, Kinberly Ann (Org.). A corrupção e a economia global. Brasília: Ed. da UnB, 2002.

MENSAH, Yaw M. An Analysis of the Effect of Culture and Religion on Perceived Corruption in a Global Context. April, 2012). Disponível em <<http://ssrn.com/abstract=2012854>> . Acesso em 20 jun 2012.

MESSER, Ellen. Universal Human Rights vs. Cultural Relativity. *Journal of Anthropological Research* Vol. 53, No. 3. Autumn, 1997.

MONTINOLA, G; JACKMAN, R. Sources of Corruption: A Cross-Country Study. *British Journal of Political Science*, Colchester, v. 32, n. 1, p. 147-170, Jan 2002.

MULLER, E; SELIGSON, M. Civic Culture and Democracy: The Question of Causal Relationships. *American Political Science Review*, Cambridge, v. 88, n. 3, p. 645- 652, Sept.1994.

NEWTON, K. Social and Political Trust in Established Democracies. In: NORRIS, P. (ed.). *Critical Citizens: Global Support for Democratic Government*. New York, Oxford University Press, 1999.

NORRIS, P. Conclusions: The Growth of Critical Citizens and Its Consequences. In: _____. (ed.). *Critical Citizens: Global Support for Democratic Government*. New York , Oxford University Press, 1999.

NYE, Joseph. Corruption and political development: a cost-benefit analysis. *American Political Science Review*, Cambridge, v. 61, n. 4, 1967.

PELLEGRINI, L.; GERLAGH, R. Causes of Corruption: A Survey of Cross-Country Analyses and Extended Results. *Economics of Governance*, 9(3), pp. 245-63, 2008.

POWER, Timothy J.; GONZALES, Julio. Cultura política, capital social e percepções sobre corrupção: uma investigação quantitativa em nível mundial. Traduzido por Marília Gomide Mochel. In: Revista de Sociologia e Política. Curitiba: UFPR, n. 21, pp.51-6, nov. 2003.

PUTNAM, Robert D. Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna. 2. ed. Rio de Janeiro, RJ: Fundação Getúlio Vargas, 2000.

RIANÑO, Juanita; HEINRICH, Finn; HODESS, Robin. 2010 Global Corruption Barometer. Berlin, Germany: Transparency International, 2010.

ROSE-ACKERMAN, Susan. A economia política da corrupção. In: ELLIOT, Kimberly Ann (Org.). A corrupção e a economia global. Brasília: Ed. da UnB, 2002.

SILVA, Marcos Fernandes Gonçalves da. A economia política da corrupção. Estudos Econômicos da Construção, n. 2, 1996.

SPECK, Bruno Wilhelm. Mensurando a Corrupção: Uma Revisão de Dados Provenientes de Pesquisas Empíricas in: Cadernos Adenauer, Fundação Konrad Adenauer, São Paulo, no. 10, p. 7-46 dez, 2000.

SUNG H-E. Democracy and political corruption: A cross-national comparison. Crime, Law and Social Change 41:179-194, 2004.

SWAMY, Anand V.; LEE, Young; AZFAR, Omar; KNACK, Stephen. Gender and Corruption. IRIS Center Working Paper No. 232, Nov 1999.

TOCQUEVILLE, Alexis de. A democracia na América, 4. ed. Belo Horizonte: Itatiaia, 1987.

TRANSPARENCY INTERNATIONAL. 2010 Corruption Perceptions Index Report. 2010. Disponível em: <http://archive.transparency.org/content/download/55725/890310/CPI_report_ForWeb.pdf>. Acesso em: 20 jun 2012.

TRANSPARENCY INTERNATIONAL. Corruption Perceptions Index 2010 Long Methodological Brief. 2010a. Disponível em: <http://transparency.ee/cm/files/cpi2010_long_methodology_en.pdf>. Acesso em: 20 jun 2012.

TREISMAN, Daniel. The causes of corruption: a cross-national study. *Journal of Public Economics* 76, pp. 399–457, 2000.

TREISMAN, Daniel. What Have We Learned About the Causes of Corruption from Ten Years of Cross-National Empirical Research. *Annual Review of Political Science*, Vol. 10, pp. 211-244, 2007.

United Nations. Human Development Report. New York : Oxford University Press. 1999. Disponível em <http://hdr.undp.org/en/media/HDR_1999_EN.pdf>. Acesso em 20 jun 2012.

United Nations. Human Development Report. New York : Oxford University Press. 2009. Disponível em <http://hdr.undp.org/en/media/HDR_2009_EN_Complete.pdf>. Acesso em 20 jun 2012.

United Nations. Human Development Report. New York : Oxford University Press. 2011. Disponível em <<http://hdr.undp.org/en/reports/global/hdr2011/download/>>. Acesso em 20 jun 2012.

WEBER, Max. *A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo*. 4ª ed. São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1985.

WEBER, Max. *Economia e Sociedade*, Volume 2. Brasília, Editora UnB. 2004.

World Values Survey, Values Change The World. 2008. Disponível em <http://www.worldvaluessurvey.org/wvs/articles/folder_published/article_base_110/files/WVSbrochure6-2008_11.pdf> Acesso em 20 jun 2012.

World Values Survey. 1981-2008 OFFICIAL AGGREGATE v.20090914 . World Values Survey Association (www.worldvaluessurvey.org). Aggregate File Producer: ASEP/JDS, Madrid, 2009.

YOU, Jong-Sung; KHAGRAM, Sanjeev. A Comparative Study of Inequality and Corruption. *American Sociological Review*, VOL. 70 (FEBRUARY:136–157) Harvard University, 2005.

SENADO FEDERAL

